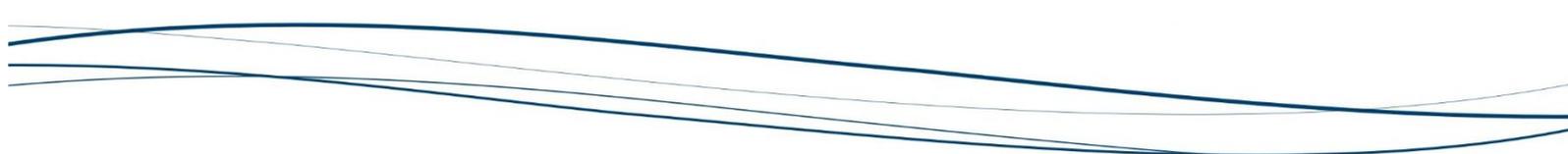




RELATÓRIO E CONTAS 2023



INDICE:

Mensagem do Presidente 4

2023 Em Destaque 7

A EMPRESA 11

QUEM SOMOS	11
Missão, visão e valores	11
Descrição, atividades e presença	15
Cadeia de Valor	17
Os nossos Stakeholders	17
Organização	46
Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	46
O Nosso Propósito	50

Relatório de Gestão 61

A Envolvente	61
Contexto macroeconómico	61
O Setor	63
A energia	70
Contexto Regulatório	78
As nossas pessoas	83
Orientações Estratégicas	87
A ATIVIDADE	92
Introdução	92
Água em Alta	92
Água em Baixa	92
Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo	93
Outras Atividades	93
Atividade Operacional	94
Risco e Controlo	160
Desempenho Económico-Financeiro	167
Eventos Posteriores ao Fecho	180
Cumprimento das Orientações Legais	181

Perspetivas Futuras	216
Considerações Finais	218
Proposta de Aplicação de Resultados	220
Anexo ao Relatório anual do órgão de administração	221

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023 222

Contas Individuais	222
Demonstração da posição financeira	223
Demonstração dos Resultados (por Naturezas)	224
Demonstração do rendimento integral	225
Demonstração das variações do capital próprio	226
Demonstração dos Fluxos de Caixa	227
Notas às Demonstrações Financeiras	228
Certificação Legal de Contas	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

Mensagem do Presidente

Em 2023 registamos um desempenho muito positivo e consolidamos os principais indicadores económicos e técnicos EPAL, sendo de destacar a capacidade de reorientar a empresa para os investimentos estratégicos de manutenção e renovação das infraestruturas críticas, sem perder de vista as áreas que nos alinham com desafios e objetivos de política pública para a neutralidade carbónica, a resiliência face a efeitos decorrentes das alterações climáticas e economia circular.

Este impulso para novos domínios tem contado com o esforço de toda a equipa, e mobiliza para os desafios futuros, onde destacamos um papel crescente na produção de energias renováveis, com novos desafios organizacionais e um reforço de processos colaborativos com os clientes municipais.

Recentemente a EPAL viu o seu desempenho ao longo de 2023 reconhecido publicamente, sendo de destacar os Prémios ERSAR:

- Prémio de Excelência ERSAR 2023 de Serviço de Abastecimento de Água ao consumidor;
- Selo de Qualidade ERSAR 2023 de Serviço de Abastecimento de Água ao consumidor;
- Selo de Qualidade ERSAR 2023 de Uso Eficiente de Água.

Em 2023 a EPAL viu a sua qualidade de serviço reconhecida com a atribuição do prémio de Melhor marca na experiência do cliente no setor da água, com a atribuição do selo BECX.

Foi ainda distinguida com prémios da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), “Merchandising Circular”, “Projetos de Sustentabilidade Ambiental com Valor Social”, e a Menção honrosa para “Serviço Waterbeep para clientes com deficiência visual – cegos e amblíopes”.

No decorrer do ENEG 2023 a APDA distinguiu a EPAL com Menção Honrosa nos Tubos de Ouro na categoria “Melhor projeto de interação com o cliente”.

Uma empresa que celebrou os seus 156 anos, incorpora naturalmente muito conhecimento e o domínio do saber-fazer, com os quais se posiciona entre as melhores empresas europeias e mundiais do setor.

A EPAL assume a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e essa responsabilidade determina repensar soluções técnicas e uma abordagem de modernização tecnológica, determinando mais planeamento e instrumentos de ação, traduzidos em estudos e em planos diretores regionais, matéria que mereceu forte dinamização.

O volume de negócios da EPAL cresceu 6% face ao ano anterior, o investimento foi superior a 31 milhões de euros, mais do dobro da média da última década, e o resultado líquido foi de 56,7 milhões de euros, mesmo penalizado por um contexto de forte agravamento dos custos de energia.

O ano ficou marcado, também, pelo conjunto de iniciativas decorrentes da realização em Lisboa das Jornadas Mundiais da Juventude 2023, pois a natureza do evento trouxe a várias áreas da cidade um número elevado de participantes que induziram complexos problemas para o abastecimento de água em quantidade e qualidade. Esse trabalho desenvolvido em articulação com o Município de Loures, e um conjunto de autoridades, desde logo a comissão responsável pela organização, foi um caso de sucesso.

O ano de 2023 ficou também marcado por um reforço do ambiente organizacional, desde logo pelo acordo de valorização salarial dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também com iniciativas para reforçar laços entre equipas, num pós-pandemia que muito afetou a interação pessoal, sendo de destacar os “Encontros de empresa” que foram realizados em todos os polos regionais de atuação da empresa, com elevada participação e que constituíram momentos de aprendizagem e forte convívio.

A formação contínua e capacitação dos recursos humanos constitui um desafio e por isso cresceu o número de formandos e de horas de formação. As obras da nova Academia das Águas Livres conheceram um atraso e limitaram os projetos e a ambição para uma abordagem mais qualificada e abrangente que temos para o futuro. No essencial foi seguido e cumprido o Plano de 2023, mas estamos apostados em criar as condições para um ano de 2025 mais auspicioso.

Os serviços de abastecimento de água prestados pela EPAL conheceram um ambiente de relativa normalidade, naturalmente com pontuais situações de maior preocupação decorrentes de fatores de contexto. O indicador de água segura da ERSAR conheceu melhoria, traduzindo todo um trabalho integrado no sentido de assegurar elevados padrões de serviço aos clientes.

O plano de negócios carece de urgente revisão e de adaptação a novas situações entretanto suscitadas decorrentes de imperiosa intervenção ou adaptação. O atraso na aprovação do Plano de Atividades e Orçamento determinou limitações que conduzem a maior complexidade na concretização das medidas e ações, e condicionam no tempo decisões de gestão, mas estamos apostados em diligenciar de molde a assegurar condições para prosseguir todos os objetivos.

O mercado das empreitadas de obras públicas determinou um vasto número de processos de contratação pública desertos, determinando um complexo procedimento para obter autorização de início de novo procedimento, com valores bases mais alinhados com valores de mercado, protelando prazos.

Foram dados passos relevantes para um trabalho consistente no domínio da transição digital e no desenvolvimento de um ambiente de inovação, procurando desenvolver projetos transversais que promovam um ambiente organizacional mais colaborativo e adaptado aos novos tempos.

Foi dado um forte impulso a iniciativas que visam a valorização de ativos não operacionais, dos quais esperamos promover novas linhas de otimização, nomeadamente com o projeto Campus da Água, a consolidar no Recinto do Parque das Nações.

Gostaria de destacar em nome do Conselho de Administração o apoio que encontramos na Tutela, na Águas de Portugal SGPS, nos órgãos sociais e órgãos de fiscalização da EPAL, e a compreensão e abordagem colaborativa dos reguladores ERSAR e APA, bem como o sentido de entrega de trabalhadoras e trabalhadores a este projeto que visa assegurar tão relevantes serviços públicos buscando a excelência.

2023 Em Destaque

À semelhança dos anos anteriores, também o ano de 2023 foi afetado por acontecimentos que afetaram a atividade socioeconómica do país, com reflexos diretos na atividade da Empresa.

Contudo, apraz registar que o desempenho económico e financeiro da EPAL foi bastante positivo, apresentando um resultado líquido de 56,7 milhões de euros que, apesar de decrescer ligeiramente face ao ano anterior (cerca de 2%), em resultado dos efeitos económicos e geopolíticos que determinaram um aumento global dos gastos da Empresa, se consubstancia num dos melhores resultados já alcançados na longa história da EPAL.

A contínua retoma da atividade económica na região de Lisboa permitiu um assinalável crescimento do volume de negócios, fruto da conjugação do aumento da procura e do aumento do número de clientes, sobretudo no segmento comércio e indústria.

Ressalva-se ainda, apesar da redução verificada no resultado económico de 2023, a manutenção de uma estabilidade assinalável nos seus indicadores económicos e financeiros, com EBITDA de 103,1 milhões de euros, a redução do seu passivo bancário em cerca de 15%, bem como o forte crescimento da execução do investimento em cerca de 70%, face ao período homólogo, apesar da execução ter sido condicionada pelos constrangimentos decorrentes da situação económica e geopolítica vivida durante o ano de 2023, com repercussões nas atividades relacionadas com a construção civil.

No que respeita aos investimentos, importa dar nota que para além da execução do ano ter atingido 31,3 milhões de euros, a Empresa assegurou ainda a elaboração de um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos (cujo preço base totaliza cerca de 46 milhões de euros), destinados a assegurar a execução do plano de investimentos previsto. Adicionalmente procedeu-se a adjudicações de empreitadas num valor total de 21 milhões de euros.

O ano de 2023 marca o início do novo mandato do atual Conselho de Administração para o triénio 2023/2025, e em que se pretende dar um especial enfoque ao reforço na resiliência do sistema de produção, elevação e transporte de água, através de projetos estruturantes que já se encontram aprovados no plano de investimentos da Empresa. A aposta na transição digital, na inovação partilhada e aberta, assim como na formação, com o reforço da estrutura da Academia das Águas Livres, são desígnios que potenciarão o crescimento da EPAL, e assegurarão a sua sustentabilidade futura.

Destaca-se a concretização do acordo rendimentos salariais, o qual permitiu uma valorização da massa salarial de todos os trabalhadores da Empresa, salvaguardando e assegurando a eficiência operacional e a sustentabilidade económica da Empresa.

Promoveu-se em 2023 a iniciativa “Encontros da Empresa”, com diversas ações que tiveram como objetivo principal promover e reforçar a ligação emocional dos trabalhadores à EPAL, e aumentar assim sua satisfação e motivação.

Na cidade de Lisboa decorreu durante o ano a Jornada Mundial da Juventude, que para a EPAL constituiu um desafio e uma responsabilidade de distribuir água de consumo a todos os participantes, mantendo simultaneamente a qualidade de serviço. A nível operacional, dar realce ao conjunto de trabalhos e intervenções preparatórias, tendentes a adequar a capacidade de resposta da rede de distribuição de água às necessidades adicionais associadas a um evento dessa magnitude, que constituiu o maior evento já realizado no país em termos de número de visitantes. É de elementar justiça salientar o empenho, dedicação e profissionalismo dos trabalhadores da EPAL associados às inerentes atividades, cujo sucesso final alcançado orgulha a todos.

Apesar do ano de 2023 ter sido caracterizado por alguma estabilidade ao nível da disponibilidade hídrica, contrariamente ao verificado no ano de 2022, garantindo assegurar a disponibilidade de volumes nas principais origens de água da EPAL (albufeira de Castelo do Bode e Rio Tejo), a EPAL manteve como objetivo principal a implementação de ações por forma a aumentar a resiliência do sistema, nomeadamente a reforçada e contínua sensibilização ao utilizador final, alertando-o para o seu papel essencial e responsável na utilização deste recurso precioso e cada vez mais escasso.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando este ano um valor de 12,2%. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, permitem manter um nível em que EPAL continue a ser considerada como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos, e das boas práticas para a redução de água não faturada.

Registar ainda que a EPAL foi anfitriã da assinatura dos contratos para a produção de hidrogénio e outros gases renováveis, no valor de 102 milhões de euros, no âmbito do Programa de apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis do PRR, com a presença do Primeiro-Ministro, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, e da Secretária de Estado da Energia e Clima.

Em 2023 foi dada continuidade à segunda fase do projeto de Bebedouros de Lisboa, uma parceria da EPAL com o Município de Lisboa e a ONGA GEOTA, tendo sido instalados mais 97 equipamentos, encontrando-se atualmente em funcionamento cerca de 150 bebedouros.

Ao nível de prémios e reconhecimentos de entidades externas atribuídos à EPAL durante o ano de 2023, destacam-se:

- Pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), a distinção com dois prémios para os projetos “Merchandising Circular”, “Projetos de Sustentabilidade Ambiental com Valor Social” e uma menção honrosa para o “Serviço waterbeep para Clientes com deficiência visual (cegos e amblíopes)”
- Pelo ENEG 2023, organizado pela APDA, a atribuição nos Tubos de Ouro com uma Menção Honrosa atribuída ao projeto “waterbeep para Clientes Cegos e Amblíopes”, na categoria “Melhor projeto de interação com o Cliente”
- A EPAL foi a melhor marca na Experiência do Cliente no ranking do Setor da Água, tendo-lhe sido atribuído o selo BECX.

Síntese de Indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Volume de água vendida (milhões m3)	196,2	199,8	205,0	5,2	2,6%
Clientes diretos (n.º)	360 258	363 828	367 714	3 886	1,1%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	17	0	0,0%
Clientes multimunicipais (n.º)	2	2	2	0	0,0%
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	34	0	0,0%
Consumidores ⁽¹⁾	2 876 464	2 875 941	2 915 640	39 699	1,4%
Área abastecida ⁽²⁾	7 095	7 095	7 095	0	0,0%

⁽¹⁾ INE - População residente na área abastecida- período ref^a 2022 (Dados Censos 2022)

⁽²⁾ Área em Km² (ano de referência 2022)

INDICADORES FINANCEIROS¹

		2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	-	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	654,1	671,9	682,4	10,5	1,6%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	847,1	856,0	851,2	(4,9)	(0,6%)
Passivo Total	(milhões EUR)	193,0	184,1	168,8	(15,3)	(8,3%)
Volume de Negócios	(milhões EUR)	160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%
CMVMC	(milhões EUR)	1,8	1,9	2,1	0,2	10,4%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	30,5	28,2	42,8	14,6	51,9%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	13,4	18,4	31,3	12,9	69,9%
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	78,9	68,6	58,1	(10,4)	(15,2%)
EBITDA	(milhões EUR)	98,9	110,7	103,1	(7,6)	(6,9%)
Margem EBITDA	%	61,6	65,1	57,3	(7,8)	(12,0%)
Endividamento Líquido / EBITDA	n.º	(0,4)	(0,6)	(0,6)	-	(3,6%)
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	49,7	58,0	56,7	(1,4)	(2,4%)
ROCE	%	9,4	10,9	10,0	(0,9)	(8,0%)
Evolução do N.º de Trabalhadores	n.º	1.038	1.058	1 058	-	0,0%
N.º de Trabalhadores (EPAL)	n.º	644	642	642	-	0,0%
N.º de Trabalhadores (AdVT)	n.º	394	416	416	-	0,0%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	29	30	25	(5)	(16,7%)
Prazo Médio de Recebimentos	dias	59	63	59	(3)	(6,3%)

Nota: Detalhe dos indicadores nos capítulos específicos do relatório, designadamente no capítulo financeiro

A EMPRESA

QUEM SOMOS

Missão, visão e valores

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;
- Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;
- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da Empresa e da sociedade;
- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o

desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;

- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;

- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

Descrição, atividades e presença

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a

sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redeterminada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

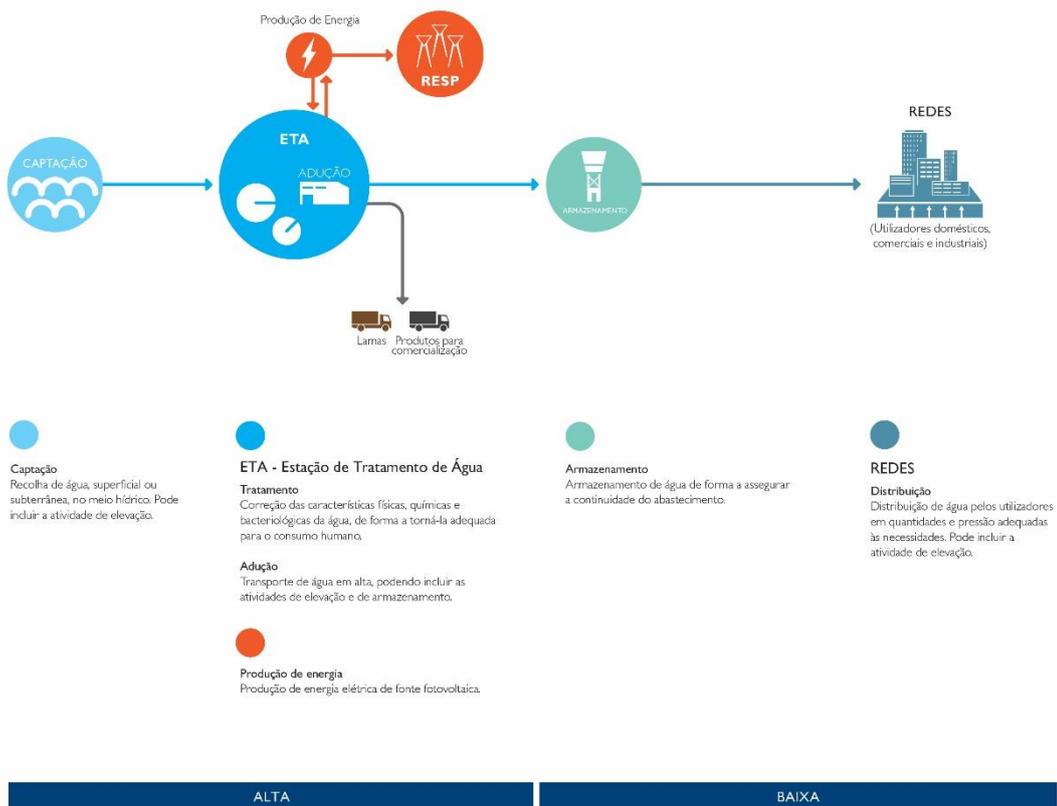
- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;

- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem da água (captação) até à distribuição ao cliente final.

OPERAÇÃO ÁGUA



Os nossos Stakeholders

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da Empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da Empresa na sua vivência diária.



Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

No ano de 2023 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela EPAL no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da Empresa, designadamente:

Foram desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

- Lançamento da nova edição da coleção “A Irresistível Água da Torneira à Mesa com...”

O Chef Fábio Bernardino foi o autor da nova edição da coleção de 28 receitas feitas com mais eficiência de recursos, onde o ingrediente principal é a água da torneira, e colocando em prática a economia circular na cozinha. Figura presente nas redes sociais e nos meios de comunicação, o Chef Fábio Bernardino acompanhou-nos assiduamente durante a pandemia, não deixando

de cozinhar um único dia, sendo conhecido por criar receitas inovadoras e que preservam o nosso património gastronómico-cultural.

Nesta edição também é possível encontrar dicas para uma confeção mais saudável e sustentável, e que fazem a diferença no orçamento familiar e no bem-estar do Planeta.

O evento teve lugar na EPAL e contou, além da presença do Chef Fábio Bernardino, com Francisco Ferreira, Presidente da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, e com a *influencer* Catarina Barreiros, defensora de um estilo de vida com menos desperdício e mais sustentável.

- Lançamento da Garrafa ALMA MATER de assinatura Souto Moura

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, a EPAL lançou uma nova garrafa de autor, desenhada pelo arquiteto Eduardo Souto Moura, com o objetivo promover a sustentabilidade do consumo de água da torneira. A ALMA MATER presta homenagem à abundância da Mãe Natureza, ao ciclo da água, ao ciclo da vida, à transformação por que tudo passa, sensibilizando para a necessidade da circularidade das nossas ações e comportamentos. Esta peça icónica foi produzida pelo Depósito da Marinha Grande e apresenta-se numa caixa de cartão branca, igualmente assinada pelo autor, invocando a transparência e cristalinidade da água.

O evento decorreu no Museu da Água da EPAL com a participação do prestigiado arquiteto Eduardo Souto Moura e com a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro.

A garrafa de assinatura Souto Moura é a segunda peça de assinatura da EPAL e vem juntar-se à *Lisbon Soul*, desenhada por Álvaro Siza Vieira, lançada em 2017.

- Lançamento do Projeto *Make a Circular Wave*

A EPAL lançou o projeto *Make a Circular Wave*, uma iniciativa pioneira que transforma materiais obsoletos em novos objetos, conciliando as vertentes educativa, artística, ambiental e social, de forma inclusiva. Com foco nos princípios da Economia Circular, a EPAL criou uma linha de produtos feitos com os seus excedentes, dando nova vida a materiais em desuso, de onde resultaram jogos tradicionais - um baralho de cartas e um dominó - e objetivos decorativos como um candeeiro.

Este projeto nasceu de um concurso de ideias na ETIC - Escola de Tecnologias, Inovação e Criação, estimulando os jovens a idealizarem merchandising feito a partir de excedentes e a sua materialização foi concretizada pela CAIS Porto, CERCI Lisboa e APCL.

A sessão de apresentação foi no Museu da Água e contou com os alunos da ETIC, com os representantes das IPSS e com a intervenção da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes.

- Projeto Bebedouros de Lisboa

Em 2023 foi dada continuidade à segunda fase deste projeto, uma parceria da EPAL com o Município de Lisboa e a ONGA GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente. Em 2023 foram instalados 97 bebedouros, encontrando-se atualmente em funcionamento cerca de 150 bebedouros. Antes da instalação destes bebedouros foram efetuados os ramais respetivos e após instalação feitas recolhas de amostra de água para análises, assegurando dessa forma a conformidade da qualidade.

- Aniversário 155 Anos

“155 anos da EPAL. A fazer o ciclo da Água. A garantir o ciclo da Vida.”

Foi este o mote para um ciclo de comemorações do 155.º aniversário da EPAL, que se assinalou a 2 de abril de 2023. Para assinalar a efeméride, a empresa resolveu promover um conjunto de iniciativas gratuitas viradas para os seus Trabalhadores e Clientes, mas também para a Comunidade.

No dia do aniversário, as iniciativas foram voltadas para os Trabalhadores e os seus familiares, com a realização de dois workshops de águas aromatizadas no Laboratório de Água na *KidZania*, direcionados a filhos e netos dos Trabalhadores. À tarde fez-se silêncio no Jardim do Reservatório do Pombal para se ouvir cantar o fado. O concerto "Fados da nossa vida", foi dedicado aos Trabalhadores no ativo, em situação de Reforma, utentes e familiares da AREPAL - Associação de reformados da EPAL, e todos juntos cantaram os tradicionais "Parabéns a você" à EPAL, após o que foi distribuído bolo de aniversário acompanhado de águas aromatizadas, feitas com ingredientes fornecidos pela Associação Bipp – Semear, de origem biológica, parceira nos projetos de inclusão.

A 3 de abril cantaram-se os “Parabéns” na Loja de Atendimento da Sede e serviu-se uma fatia de bolo a todos os Clientes durante a manhã, acompanhado por refrescantes águas da torneira aromatizadas. Foi também oferecido aos Clientes o novo individual de mesa produzido pela APSA – Associação Portuguesa da Síndrome de Asperger para a EPAL, no âmbito do projeto “*Make a Circular Wave*” e o livro “A irresistível água da torneira à Mesa com ...Chef Fábio Bernardino”.

Durante todo o mês de abril, foram dinamizados Workshops de “Cozinha Sustentável” gratuitos, por diferentes Chefs Circulares, Fábio Bernardino, Diogo Coimbra e Rui Marques, pensados no sentido de envolver a comunidade nas questões associadas ao Valor da Água e seu uso eficiente, assim como de todos os restantes recursos naturais onde se incluem os alimentos. Após os workshops, realizaram-se concertos gratuitos e abertos a todos.

A encerrar esta grande comemoração, a 30 de abril, no recinto do Arco – Academia das Águas Livres, o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Carlos Martins, participou no último workshop, sendo de seguida apresentado o filme do 155º aniversário, “EPAL | O Som da Sua Água”.

- Pátio da Água

Em 2023 a EPAL voltou a promover a iniciativa “Pátio da Água”, durante os meses de verão. O conceito, já conhecido de todos, prendeu-se com a oferta de água da torneira, simples ou aromatizada, enquanto promoveu a mensagem da proteção dos recursos naturais e da sustentabilidade do nosso Planeta. À semelhança de anteriores anos, foi palco de diversas iniciativas com reconhecidos chefs e influenciadores digitais, dirigidas à população em geral, mantendo como escopo um dos grandes objetivos da EPAL: a proximidade junto da comunidade que serve. Destes eventos destacam-se os *showcookings* com os chefs Fábio Bernardino e por Rui Marques, da página “A pitada do Pai”, e o lançamento da 6ª edição do livro “Torne a sua água da torneira ainda mais irresistível” com propostas de sopas frias. No dia do encerramento, teve lugar um *showcooking* exclusivo do Chef Fábio Gomes, ex-concorrente do *Masterchef*, culminando com um momento musical.

A EPAL desenvolveu ainda neste espaço diversas iniciativas de Educação e Sensibilização Ambiental dirigidas à comunidade infantojuvenil, que foi assim alertada para a necessidade de mudar comportamentos e fazer um uso eficiente da água.

A Delta Cafés foi um dos parceiros, unindo-se uma vez mais à EPAL na defesa e promoção da sustentabilidade ambiental, trazendo a novidade da oferta de Mazagran feito, claro, com café

Delta e Água da Torneira. De 19 de julho a 29 de setembro, foram oferecidos cerca de 30 mil copos de Água e enchidas milhares de garrafas reutilizáveis que os portugueses e turistas, cada vez mais, se habituaram a transportar. De realçar que, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, e num período de calor intenso, foram disponibilizados cerca de 4.000 copos de água aromatizada aos peregrinos, para além de ser um dos principais pontos de reabastecimento de água na baixa lisboeta.

- Novo Livro “Torne a sua Água da Torneira ainda mais Irresistível - Sopas Frias”

Depois de diversas edições dedicadas a Águas Aromatizadas, Tisanas e *Blends*, Águas Frescas Mexicanas, receitas das Entidades Parceiras e ainda Picolés, a EPAL lançou, uma nova edição de receitas com Água da Torneira, desta vez dedicada a Sopas Frias.

Porque no verão a sopa é um prato menos apetecível, a EPAL apresentou propostas refrescantes que incentivam a manter a sopa nas refeições, que é uma excelente maneira de consumir alimentos frescos e água da torneira. Em complemento, este livro apresenta, também, dicas para tornar as sopas mais amigas do Ambiente e curiosidades sobre alguns dos ingredientes utilizados.

O lançamento teve lugar no Pátio da Água e a equipa “*Waterstar*” realizou receitas do livro com a presença de dezenas de participantes. Esta foi mais uma iniciativa a promover a sustentabilidade ambiental, a economia circular e cozinhar sem desperdício. Foram ainda produzidos vídeos para o Youtube com algumas das receitas para divulgação nas Redes Sociais.

- Parceria com a APPACDM para a criação de Estojos em pano

A EPAL celebrou uma parceria de responsabilidade ambiental e social com a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Lisboa, assinalando o Dia Mundial da Criança de 2023 com uma proposta de estojos infantis produzidos pelos utentes dos Centros de Atividades de Capacitação para a Inclusão da Quinta dos Inglesinhos e Júlia Moreira.

Cada estojo é único e é feito com sobras de tecidos coloridos, personalizado com elementos criativos. Esta nova peça, é uma opção amiga do ambiente resultante do reaproveitamento numa ótica de circularidade, enquadrando-se na linha de merchandising sustentável da EPAL.

O lançamento foi no Dia Mundial da Criança e foi oferecido aos Clientes nas Lojas EPAL que fizeram a adesão a serviços.

- Campanha *waterbeep* para Clientes Cegos e Amblíopes

Em parceria com o INR a EPAL conheceu algumas das dificuldades dos clientes cegos, nomeadamente, na comunicação da leitura do contador e no recebimento dos avisos de interrupções de abastecimento colocados nas portas dos edifícios. Neste sentido, a EPAL disponibilizou o serviço *waterbeep* gratuitamente junto dos clientes cegos e amblíopes para eliminar a necessidade de terem de comunicar a leitura do contador, podendo beneficiar do automatismo de registo de leituras reais e acompanhar a evolução dos consumos de água, contribuindo para uma utilização mais eficiente deste recurso e evitando os acertos de contas. Adicionalmente, e no caso das suspensões programadas, a EPAL passou a classificar estes clientes como "Sensíveis", para assegurar que recebem um aviso atempado por telefone em futuras faltas de água, podendo, assim, ativar medidas que minimizem impactos.

De salientar o apoio determinante da ACAPO nesta iniciativa pioneira, entidade que divulgou este serviço gratuito em Braille e SMS a todos os seus sócios de Lisboa.

A EPAL evidencia, assim, mais uma vez, o seu compromisso com os valores de responsabilidade e inclusão social, disponibilizando serviços diferenciadores para quem mais precisa.

- Campanha "Água é Vida"

Sob o mote "Água é vida – não a desperdice", o Grupo Águas de Portugal, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática, lançaram uma campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água visando promover práticas que fomentem o seu uso eficiente no atual contexto de seca e escassez de água.

A EPAL divulgou esta campanha através de vários canais de comunicação internos e externos. Além disso, fez-se presente no nosso site, nas nossas assinaturas de email, na nossa rede de outdoors bem como nas nossas redes sociais, e ainda na app *myAQUA*.

Foi enviada uma newsletter aos Clientes e incluída a imagem da campanha na fatura, tendo sido também desenvolvido um *flyer* para acompanhar a fatura enviada por email.

Realizou-se ainda um mailing dirigido às 320 entidades aderentes ao consumo exclusivo da água da torneira, tendo 19 entidades manifestado a sua colaboração com a mesma,

nomeadamente, a Presidência da República, a Direção-Geral da Saúde, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, a Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Marinha, o INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, a ADENE - Agência para a Energia, os SSAP - Serviços Sociais da Administração Pública, a CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, o Neya Hotel, a Transtejo Soflusa, a Zomato, o Departamento de Engenharia Informática do IST, o Parque Florestal de Monsanto da CML, a Universidade Aberta e a Dona Ajuda.

- *Showcooking* inclusivo Fábio Bernardino

No final do ano, o Chef Fábio Bernardino apresentou, num *showcooking* único, propostas de consumo sustentável de água da torneira e zero desperdício, juntando boas práticas ambientais e inclusão social. A sessão decorreu na Fundação LIGA, que acolhe pessoas com diferente vulnerabilidade física e/ou intelectual, onde utentes, alunos e parceiros conheceram refeições com poupança de recursos e menor pegada ambiental.

Neste evento, a comunicação multiformato e técnicas adequadas uniram-se para confeccionar opções criativas e circulares. As receitas foram ainda traduzidas para Braille, para Língua Gestual Portuguesa e para Escrita Pictográfica e podem ser acedidas no Site EPAL em “Receitas para Todos”.

A iniciativa contou com o acompanhamento técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tem ajudado a EPAL a enriquecer as opções de acessibilidade e que espelham o respeito e proteção dos direitos humanos.

- Projeto “A Irresistível Água da Torneira à mesa com...Chefs Circulares”

A EPAL lançou um desafio a cinco Estabelecimentos de Ensino Superior e Profissional de Restauração da sua área de atuação para que os alunos, futuros Chefs, apresentassem receitas sustentáveis, reutilizando água e alimentos e ensinando um conjunto de técnicas de reaproveitamento, conservação e preparação de refeições num contexto de Economia Circular e de consumo sazonal de alimentos.

Quatro foram as Escolas que responderam ao desafio lançado pela EPAL: Escolas de Hotelaria e Turismo de Lisboa e do Estoril, Casa Pia de Lisboa e Escola Profissional Agostinho Roseta.

As receitas apresentadas foram avaliadas por um júri composto pelos Chefs Fábio Bernardino e Vítor Claro, e por Hunter Halder, fundador da Refood, que destacou oito receitas das que foram apresentadas.

Realizou-se um *showcooking* em cada uma das Escolas, com transmissão em *streaming*. Foram entregues os prémios aos alunos vencedores e às Escolas.

Este projeto-piloto, que além de premiar o talento, promove valores fundamentais para um futuro mais sustentável, foi desenvolvido em parceria com a Ethical e será a materialização da 4ª edição da coletânea “A Irresistível Água da Torneira à mesa com...”, cujo lançamento acontecerá em 2024.

- 2º Conto da coletânea “O PLANETA É A NOSSA CASA – Melro Ró”

“O planeta é a nossa casa” é uma coleção de livros dirigidos ao público mais jovem. As personagens são animais que têm por missão promover e sensibilizar, de forma acessível, a importância das boas práticas na proteção e defesa do meio ambiente no sentido de reduzir as ameaças aos ecossistemas. Para além de ensinamentos sobre a água e conselhos, os livros incluem ainda vários jogos engraçados e atividades, para fazer em família, que promovem os cuidados a ter para preservar o nosso Planeta.

A seguir ao primeiro conto lançado em 2020, no Dia Mundial das Abelhas, cuja principal personagem é a abelha Bé, foi lançado o segundo, no Dia Internacional da Educação, que conta a aventura do melro Ró que foca a poupança de água nas nossas casas.

Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Durante o ano de 2023, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

- A EPAL apoiou a 11ª edição da Corrida da Água no Aqueduto das Águas Livres com aguadeiros.
- A EPAL apoiou o “Curso Estilo de Vida Saudável nos primeiros cem dias de vida” disponibilizando garrafas *Lisbon Tap Water* e jarros de vidro EPAL.
- A EPAL apoiou a IV Conferência da *Green Savers* disponibilizando garrafas *Lisbon Tap Water* para as mesas dos oradores.

Educação ambiental:

De janeiro a dezembro de 2023 foram realizadas cerca de cem ações destinadas, maioritariamente, ao público escolar, no âmbito do programa “Educação ambiental em ação”, quer em sala de aula quer com sessões de jogos didáticos e workshops de águas aromatizadas.

Foram realizadas vinte e nove visitas a doze instalações operacionais das áreas de atuação da EPAL e da Águas do Vale do Tejo. Estas ações de sensibilização e educação ambiental, e visitas às instalações, contaram com mais de quatro mil participantes.

A EPAL comemorou o dia do 155º aniversário, começando a festa logo pela manhã, com as crianças da EPAL, na *KidZania*, onde realizou dois workshops de águas aromatizadas. Porque a brincar também se aprende!

Participámos com Jogos da Água no projeto “Rua Escolar Ativa”, promovido pela Lisboa E-Nova, Junta de Freguesia do Lumiar e o Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra.

O Dia Mundial da Água foi comemorado no programa “Esta Manhã” da TVI. Com o Chef Fábio Bernardino transmitimos dicas de poupança e de reutilização da água da torneira na cozinha, criando pratos sustentáveis.

O Dia Mundial do Ambiente foi comemorado em Campo Maior, com Jogos da Água, a convite da Delta Nova – Grupo Nabeiro, num evento com o tema “Deitar as sementes à terra”, dirigido às novas gerações. E também em Lisboa, com crianças do pré-escolar da Associação de Atividades Sociais do Bairro 2 de maio.

Em 2023, o Pátio da Água também acolheu alunos que participaram em ações de sensibilização, oriundos de Escolas e OTL.

O Dia Internacional da Juventude foi assinalado em Évora. A convite da Direção Regional do Alentejo do Instituto Português do Desporto e Juventude, marcámos presença com Jogos da Água no evento com o mote “Competências Verdes para Jovens: Rumo a Mundo Sustentável”, definido pela ONU.

Inscrevemos dez instalações operacionais da EPAL e Águas do Vale do Tejo no Programa Ciência Viva verão 2023.

A convite do Grupo Águas de Portugal, participámos num evento no Centro Cultural de Belém, no dia em que pela primeira vez se assinalou o Dia da Sustentabilidade, com a participação em três workshops de cozinha sustentável e águas aromatizadas.

Numa parceria com a Divisão de Gestão do Parque Florestal de Monsanto e Sensibilização Ambiental, da Câmara Municipal de Lisboa, comemorámos o Dia Nacional da Água com a realização de dois workshops de águas aromatizadas e sopas frias.

Os Jogos da Água foram dinamizados na 4ª edição da Feira da Saúde e do Bem Estar, em Lisboa, onde participámos ainda numa palestra sobre “O Valor da Água” para o público escolar.

A convite do Externato de S. José, em Lisboa, marcámos presença na Feira da Sustentabilidade promovida por aquele estabelecimento de ensino, com Jogos da Água e dispensadores de águas aromatizadas para toda a comunidade escolar.

Também em 2023 estivemos no Wonderland Lisboa, durante dois dias, com Jogos da Água para miúdos e graúdos.

Foi renovada a parceria com a *KidZania*, em junho de 2023, para que se continue a espalhar alegria, pedagogia e muita água da torneira. Pelo Laboratório da Água da EPAL na *KidZania*, passaram mais de 14 000 crianças que realizaram a atividade proposta naquele espaço, a de técnico de um laboratório de água. Por ocasião aniversário da EPAL oferecemos ingressos para entrada na Cidade das Crianças.

As ações de verão em praias fluviais realizaram-se mais uma vez. Foram dinamizadas, com recurso a jogos pedagógicos, doze ações de sensibilização e educação ambiental em seis praias de seis concelhos, nos dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de julho: Praia Fluvial do Alqueva (Portel), Praia Fluvial de Quadrazais (Sabugal), Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira (Seia), Praia Fluvial do Carvoeiro (Mação), Praia Fluvial do Açude do Pinto (Oleiros) e Praia Fluvial do Pessegueiro (Pampilhosa da Serra). Estas iniciativas integram uma campanha de consciencialização ambiental, dirigida a todos os veraneantes e comunidades locais para a Gestão do Ciclo Urbano da Água, a proteção dos recursos hídricos e para o uso racional da água.

E ainda a propósito destas ações de verão em praias fluviais foi produzido um anúncio que integrou a edição de 2023 do Guia das Praias Fluviais, bem como um texto de sensibilização. O mesmo anúncio também foi publicado na revista *Estrelas & Ouriços*, na edição de julho/agosto, publicação com quem mantivemos um plano de comunicação ao longo de 2023.

Foi produzido um anúncio, por ocasião do Dia Mundial da Água, sob o lema “Gota a gota podemos mudar o futuro”, publicado na Estrelas & Ouriços.

Para além de integrarmos os conselhos Eco-Escolas de alguns estabelecimentos de ensino, participámos em cerimónias do hastear da bandeira Eco-Escolas, em reuniões e no Encontro Nacional Eco-Escolas 2023.

Extremamente importante no âmbito da educação ambiental não formal são as parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA). No âmbito destas parcerias assistiu-se em 2023 à realização de diversas atividades, as quais abrangeram cerca de 360 pessoas:

- *Com a Quercus*

Participação no projeto “Bandeira Praias com Qualidade Ouro 2023”, com inserção do logotipo AdVT nas bandeiras, Press Release nacional com a divulgação das “Praias com Qualidade de Ouro 2023” e nota de imprensa sobre a parceria, divulgação nas Redes Sociais (Facebook + Instagram), vídeo em animação gráfica com conselhos sobre comportamentos sustentáveis a adotar durante a época balnear.

Participação no hastear da bandeira na praia fluvial de Quadrazais, no município do Sabugal, tendo sido no mesmo dia filmado um “Minuto Verde”.

Deslocações de vigilância e monitorização no perímetro da albufeira de Castelo do Bode e em cada uma das áreas do interior do País – Évora, Portalegre, Castelo Branco e Guarda.

- *Com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza*

No âmbito do programa “Despertar para a Natureza” foram realizadas sete saídas de campo, com alunos dos 2º e 3º ciclos. Um projeto que desperta nos mais novos uma consciência ambiental, proporcionando a alunos e docentes um contacto direto com a natureza e a biodiversidade.

No mês de setembro houve lugar a quatro workshops, sendo três em formato oficina e um *peddy paper*, com os temas: “Missão: proteger os polinizadores”, “Aves da cidade: descobrir e proteger”, “Biodiversidade em Alerta Vermelho” e “As pistas da biodiversidade”. O workshop “Aves da cidade” foi realizado no âmbito das comemorações do *Ecology Day*.

A esta ONGA foi cedido um bebedouro para as suas instalações.

Eventos, Comitivas e Inaugurações:

Em 2023, foram organizados e acompanhados 47 eventos que contaram com inúmeros convidados, destacando-se:

- Presença no Portugal *Smart Cities Summit 2023*;
- O lançamento do Livro "A Irresistível Água da Torneira à Mesa com o Chef Fábio Bernardino", que contou com Francisco Ferreira, Presidente da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável e de Catarina Barreiros, *influencer* e defensora de um estilo de vida com menos desperdício e mais sustentável;
- O projeto "*Make a Circular Wave*", com a presença da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes e representantes das instituições de solidariedade como a CAIS Porto, a CERCIS Lisboa e a APCL;
- O lançamento da garrafa ALMA MATER, assinada pelo Arquiteto Souto Moura, que contou com a presença do Arquiteto Souto Moura e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro;
- Um balanço da Jornada da EPAL na JMJ 2023, e de todo o trabalho desenvolvido pelas várias equipas da EPAL na preparação deste grande evento que foi a Jornada Mundial da Juventude em Portugal, onde estiveram também presentes as 3 entidades que foram parceiras da EPAL neste processo, nomeadamente, a Águas do Tejo Atlântico, a SIMAR Loures/Odivelas e a BeWater - Águas de Ourém. Este evento mostrou o percurso feito pela Empresa e os demais intervenientes neste percurso, que no final se traduziu numa história de sucesso;
- Tradicional evento de homenagem aos Trabalhadores da EPAL com 25, 35 e 50 anos de casa;
- A organização e operacionalização dos Encontros da Empresa 2023, no último trimestre do ano, com a participação de cerca de 730 trabalhadores.

A EPAL em 2023 recebeu as seguintes comitivas:

- Comitiva do Banco Mundial, no âmbito do Projeto WICER - *Water in Circular Economy and Resilience*, que visitou instalações da Águas do Vale do Tejo.
- Comitiva internacional da KWSB/Banco Mundial, onde a EPAL partilhou as boas práticas no âmbito da Gestão de Ativos, da atividade comercial e do sistema Aquamatrix. Visitaram o Centro de Comando e o Museu da Água.

- Comitiva da Empresa “Agua y Saneamientos Argentinos S.A.”, com a visita à obra de construção da Mini Hídrica que tornará a ETA da Asseiceira a primeira Estação de Tratamento de Água no mundo autossustentável em termos energéticos. A visita realizou-se no âmbito da 2.ª missão do Projeto de Assistência Técnica entre Operadores de Saneamento de Portugal e Argentina (AdP Internacional e AYSA).
- Comitiva da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, Brasil, cuja visita serviu para conhecer as suas infraestruturas e serviços inovadores desenvolvidos na EPAL, o WONE – destinado ao controlo de perdas de água nas redes - e AQUAmatrix, aplicação de gestão comercial líder em Portugal.
- Comitiva da Agência Portuguesa do Ambiente e Administração de Região Hidrográfica, com a visita ao Laboratório da EPAL, apresentando as atividades desenvolvidas no âmbito do controlo da qualidade da água ao longo do sistema até à torneira do consumidor.
- Comitiva de altos dirigentes de reguladores de 11 países de África (África do Sul, Angola, Burundi, Lesoto, Malawi, Moçambique, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), que integra o 2º Retiro de Lisboa para Reguladores dos Serviços de Águas promovido pela LIS-Water, acolhida pela EPAL.
- Missão técnica de intercâmbio – Portugal/Angola, no âmbito de projetos que a AdP Internacional está a implementar em Angola para prestação de serviços de assistência técnica especializada às Empresas Públicas de Água e Saneamento (EPAS) da Província de Bengo e da Província de Cunene.
- Comitiva da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), com a visita ao Laboratório Central da EPAL.

Iniciativas de Comunicação com Clientes:

Campanha de Incentivo ao Consumo Água da Torneira em Lisboa conquistou 31 Entidades Públicas e Privadas

No ano de 2023 aceitaram o desafio do consumo sustentável da EPAL mais 31 Entidades que, desta forma, evidenciaram a sua confiança na qualidade da água fornecida pela EPAL na cidade de Lisboa, passando a disponibilizar universalmente este bem, aos seus públicos, nas suas áreas comuns (salas de reuniões, áreas de *coffee break* e refeitórios).

Este ano continuaram a destacar-se as IPSS, tendo aderido diversas entidades da inclusão social, como a APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, a Crescer - Associação de Intervenção Comunitária, a CERC Lisboa, o GIRA - Grupo Intervenção e Reabilitação Ativa, a APD - Associação Portuguesa de Deficientes, a ARIA - Associação de

Reabilitação e Integração Ajuda e a Elo Social – Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Mental Jovem e Adulto.

No âmbito do Estado e Entidades oficiais há a destacar a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional, que veio juntar-se a outras entidades militares já aderentes à campanha em anos anteriores, bem como a Secretaria Geral da Educação e Ciência. Neste segmento aderiram também a Direção-Geral dos Assuntos Europeus e o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, ambos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito das Entidades do Ambiente e ONGA destaca-se a Quercus, a ZERO, a ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Os Escoteiros de Portugal também manifestaram interesse nesta campanha.

O Parque Florestal Monsanto e o Departamento de Educação juntaram-se a outras divisões da CML que já fazem parte da lista de aderentes.

Merecem ainda referência, noutros domínios, a Associação Portuguesa do Pacto Global e a Cofidis, esta última, em cuja cerimónia se fez, também, uma sessão de sensibilização.

Aderiram também, neste ano, a Maternidade Alfredo da Costa e, no âmbito da Educação, a campanha recebeu mais três unidades de ensino: a Universidade Aberta o Externato de São José e a Escola Artística de Música do Conservatório Nacional.

Campanha Serviços + Eficientes + Sustentáveis

A EPAL lançou uma campanha de promoção sob o mote "*Serviços + Eficientes + Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes*" com o objetivo de relembrar a diversidade de serviços cómodos e amigos do ambiente que a EPAL tem ao dispor. A iniciativa foi lançada no verão sensibilizando para os serviços facilitadores da gestão contratual, nomeadamente, a modalidade de pagamento mais rápida, o Débito Direto. Poderiam também optar pelo envio da Fatura por e-mail, reduzindo o papel, e ainda, comunicar a Leitura do Contador através dos meios gratuitos à disposição, da app myAQUA ou do balcão digital EPALnet. No período de férias, os Clientes podiam ainda controlar os seus consumos através do waterbeep. Para os Clientes com deficiência visual ou surdez, a EPAL tem ao dispor opções inclusivas com o intuito de fazer chegar a informação a todos.

Esta campanha abrangeu diversos suportes de comunicação e meios digitais, sensibilizando também para a alteração de hábitos, de modo a contribuir para um ambiente mais verde.

Campanha EPAL e ACM – Poupança de Água

No âmbito da parceria com o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, foi concebida uma campanha com o intuito de consciencializar e alertar para o uso e desperdício de água. Para o efeito, foi criado um folheto informativo com o tema “Água – Use com Consciência. Não Desperdice” partilhando conselhos úteis para evitar gastos desnecessários e também dicas de poupança. Este folheto está disponível em diversos idiomas, de forma a chegar ao maior número de destinatários e sensibilizá-los para esta temática, a qual ganha cada vez mais relevância dado o contexto de seca que atravessamos e em que, por todo o país, se faz o apelo a um uso cuidado deste recurso.

Iniciativas com Aguadeiros e Bebedouros

A EPAL tem-se aliado a algumas das suas Entidades parceiras, apoiando atividades de natureza ambiental, científica, social/cultural e desportivas, participando ativamente na comunidade, promovendo hábitos amigos do ambiente e contribuindo para uma cidade mais verde. No ano de 2023, a EPAL apoiou 12 ações com Aguadeiros. Estas iniciativas realizaram-se em conjunto com a Nova FCSH, a Lisboa E-Nova, o Festival MEOKalorama, a Junta de Freguesia de Alcântara e, ainda, na Jornada Mundial da Juventude. A EPAL marcou também presença com a oferta da torneira na Corrida da Água e na Feira da Saúde e Bem-Estar.

Tendo em conta o sucesso da parceria entre a EPAL e o MEO Kalorama em 2022, a mesma voltou a realizar-se em 2023 com Bebedouros e Aguadeiros que saciaram a sede aos festivaleiros com a água de excelente qualidade e fizeram o *refill* de garrafas reutilizáveis.

Estas ações têm tido enorme agrado por parte dos públicos, tendo a EPAL apoiado igualmente as iniciativas da CML “*Bike Day*”, na Semana Europeia do Desporto, e as “*Vindimas 2023*”.

Parcerias de Sustentabilidade

No decorrer do ano de 2023, a EPAL continuou o caminho em prol da defesa da sustentabilidade, celebrando parcerias com entidades públicas e privadas, sempre com o objetivo de promover e incentivar o consumo sustentável de água da torneira e sensibilizar os públicos para a redução do desperdício e da pegada ambiental.

Neste contexto merecem destaque:

- O apoio a congressos de medicina promovidos por diversas universidades aderentes ao consumo sustentável da água da torneira, nomeadamente, a 5ª Edição do FutureMD da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da UNL, o IMED Conference 15.0 da NOVA Medical School (NMS), o CNEM- Congresso Nacional de Estudantes de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL),

- o I Encontro "Pausa para a Saúde Mental: Uma reflexão no Ensino Superior" também da FMUL com a disponibilização de garrafas "*Lisbon Tap Water*" para os oradores, jarros de vidro para o *Coffee Break* e materiais promocionais da qualidade da água e uso eficiente;
- o O apoio a iniciativas como as 36º Jornadas de Medicina Oral da FMDUL, o curso "Estilo de vida saudável nos primeiros 1000 dias de vida - formação em 1000 minutos" na Aula Magna da FMUL o Curso de Urgências em Neurologia promovido pelo curso de Neurologia no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central e a 3ª edição do *Nutrition Science Student (N2S) Conference 2023* da NMS, também com garrafas para os oradores e merchandising;
 - o O apoio a eventos das entidades parceiras, através da oferta de material didático e recipientes, sendo de salientar o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, a Associação Voarte, o 22º Hospital da Bonecada da NMS e o XXI Hospital dos Pequenininos da Faculdade de Medicina. De salientar, a parceria com a Junta de Freguesia de Penha de França, que assinalou o Dia Mundial da Criança junto do seu público infantil contando com dispensadores de água da torneira e com a oferta do livro infantil "O Planeta é a nossa Casa - Melro Ró" que sensibiliza para a poupança de água nos usos domésticos;
 - o O reforço do compromisso do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central com o consumo sustentável de água da rede pública, contando com colocação de bebedouros no Hospital São José, Curry Cabral e Maternidade Alfredo da Costa para que os profissionais de saúde e utentes destes hospitais possam saciar a sede;
 - o O apoio a outros eventos universitários como: a SINFO 30, evento tecnológico do IST; o *Global AI + Power Platform Bootcamps 2023 Lisboa* no ISEG; o *Youth Speak Forum*, organizado pela AIESEC; a 9ª Edição do Fórum de Engenharia Química e Biológica no ISEL; e o Dia da Sustentabilidade da NOVA FCSH, entre outros.

Parcerias com Entidades para a realização de Palestras de Sensibilização

A EPAL tem vindo a realizar ações presenciais em entidades aderentes ao consumo de água da torneira, focando os temas da qualidade da água, uso responsável e serviços sustentáveis da empresa e a água virtual dos alimentos e bens de consumo, finalizando com provas de águas da torneira aromatizadas, muito apreciadas por todos os participantes.

Em 2023, merecem destaque as ações desenvolvidas para os utentes e profissionais de IPSS de Lisboa, como a APPCDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente

Mental, a Fundação LIGA, o GIRA - Grupo Intervenção e Reabilitação Ativa, a ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda, a Elo Social, entre outros. Estas ações, além da divulgação de informação, procuram estimular a participação ativa dos públicos e a partilha de ideias, contribuindo para uma sociedade mais integrante da diferença.

A EPAL marcou ainda presença na Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no ACM - Alto Comissariado para as Migrações, na Cofidis, e na Direção-Geral do Património Cultural em parceria com os SSAP.

A EPAL promoveu ainda *showcookings* com a Tia Cátia, no Ministério do Ambiente e na Procuradoria-Geral da República, bem como com o Chef Fábio Bernardino, na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, partilhando receitas com água da torneira, mais sustentáveis, com menor consumo de recursos e sem desperdício.

Parcerias para a Inclusão

- Na continuidade do projeto com o acompanhamento técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação I.P., a EPAL acrescentou à sua “Coleção Receitas para Todos” mais receitas em Braille, em Língua Gestual Portuguesa e em Escrita Pictográfica, com a colaboração da ACAPO, SERVIIN e APCB. As receitas são do Chef Fábio Bernardino, foram partilhadas no *showcooking* inclusivo e estão disponíveis no Site EPAL, tendo sido divulgadas aos diversos parceiros da inclusão da EPAL.
- Por ocasião do Dia Mundial da Conservação da Natureza, a EPAL lançou a 3ª coleção de bases para copos em cerâmica, dedicada à “FLORESTA”. O projeto “EPAL LIGA-se”, visa alertar para a proteção do recurso Água, enquanto promove o trabalho artístico de pessoas com deficiência. Esta coleção foi incluída nas ofertas institucionais da empresa e pode ser adquirida nas Lojas da EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.
- No Aniversário da EPAL (2 de abril) e no Dia Mundial dos Oceanos (8 de junho), a EPAL lançou mais duas coleções de individuais de mesa em pano produzidos pela APSA, os quais foram oferecidos nas Lojas EPAL aos Clientes que fizeram a adesão aos serviços sustentáveis. Este projeto resultou de um repto lançado ao Ateliê de Costura de conceber uma peça para acompanhar a refeição e o consumo de água da torneira, enquanto assinala a relevância da capacitação das pessoas com Síndrome de Asperger.

Ações promocionais nas Lojas EPAL

No ano de 2023 realizaram-se cinco ações nas Lojas EPAL, com o intuito de incentivar os nossos Clientes a aderirem aos serviços eficientes e sustentáveis e também consciencializar para a importância da sustentabilidade e da inclusão social.

Nas celebrações do 155º Aniversário da EPAL, cantaram-se os “Parabéns” na Loja de Atendimento da Sede e serviu-se uma fatia de bolo aos Clientes acompanhada por águas da torneira aromatizadas, tendo ainda sido oferecido o novo Individual de Mesa da APSA e o livro “A irresistível água da torneira à Mesa com ...Chef Bernardino”.

No dia 19 de maio, a EPAL assinalou o Dia Mundial das Abelhas nas Lojas, oferecendo aos Clientes que aderiram à fatura por email ou ao débito em conta, o livro “O Planeta é a nossa casa – Abelha Bé” e um pack bombas de sementes “Vamos salvar as abelhas”.

No dia 28 de maio, Dia Mundial da Brincadeira, a EPAL ofereceu o livro infantil “O Planeta é a nossa casa – Melro Ró” focado na poupança de água e conjuntos de lápis de cor Viarco.

Em celebração do Dia Mundial da Criança foram doados estojos infantis de pano produzidos pela APPACDM e ainda no Dia Mundial dos Oceanos, 8 de junho, a EPAL assinalou esta data oferecendo Individuais de mesa da coleção da APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger aos clientes que aderiram à fatura por email.

Parceria com a AHP - Associação de Hotelaria de Portugal

No âmbito da parceria entre a EPAL e a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou presença no 1º Connect Hospitality Market Place, evento exclusivo para os associados e parceiros desta Associação, onde os fornecedores e as empresas hoteleiras têm a oportunidade de se encontrar num espaço único e participar em reuniões individuais, criar e fazer crescer novos negócios e envolver-se nos diversos momentos de networking.

A EPAL participou nesta 1.ª edição promovendo as suas soluções sustentáveis, entre as quais se destacam o waterbeep, serviço que permite otimizar o uso da água, evitando o desperdício, apoiando este segmento do mercado a melhorar a sua eficiência e contribuindo, também, para aumentar a confiança na água da rede pública junto de quem nos visita.

No verão de 2023 foi também lançada uma campanha de divulgação da qualidade da água da torneira na cidade de Lisboa e de incentivo ao seu uso eficiente, a qual inclui a disponibilização de um folheto “Água da Torneira” para os quartos dos hotéis, bem como a oferta de 1 dispensador com torneira e 20 jarros para as áreas comuns, aos 10 primeiros interessados. A campanha manter-se-á em curso em 2024.

Iniciativas de responsabilidade social:

No âmbito da campanha “*Juntos Somos+Solidários*” foram realizadas duas ações, nomeadamente:

- A primeira, em setembro, entregou bens alimentares, roupa e calçado para crianças, produtos de higiene, brinquedos, livros, jogos, cadeiras auto, banheiras para bebé, a duas instituições (Ajuda de Mãe e Crescerbem).
- Em dezembro, a segunda ação contemplou a entrega de bens alimentares, roupa e calçado para adultos e crianças, produtos de higiene pessoal, artigos para o lar, caixas descartáveis, brinquedos, livros e jogos. Estes bens doados foram entregues a onze instituições (Cais, Comunidade Vida e Paz, ReFood – núcleo da Penha de França e de Carnide, Ajuda de Mãe, Crescerbem, Citador de Sonhos, Cáritas de Portalegre, Centro Social e Paroquial da Urra-Portalegre, Casa da Criança da Guarda, Solar do Mimo-Guarda, Casa do Menino Jesus-Castelo Branco).

Redes Sociais:

A EPAL tem como estratégia para as Redes Sociais a comunicação com o exterior e aproximação aos seus Clientes, seguidores e comunidade em geral através das mesmas. O objetivo da Empresa é consciencializar a comunidade de que a água da torneira é segura e de excelente qualidade e, assim, promover o consumo deste bem essencial à vida. Este caminho tem vindo a ser feito nas plataformas Facebook, LinkedIn e Instagram, tendo em vista o tipo de conteúdo publicado e o seu público-alvo.

No ano de 2023, a EPAL lançou várias ações nas redes sociais com o intuito de divulgar mensagens relacionadas com a importância da sustentabilidade, da poupança e uso eficiente da água da torneira e, ainda, através de dicas e sugestões de alterações de hábitos do dia a dia, incentivar todos os Clientes, seguidores e comunidade a adotarem comportamentos mais sustentáveis e amigos do ambiente.

Tendo em conta o conteúdo partilhado nas Redes Sociais, uma das publicações com melhores resultados, foi a do lançamento da Garrafa “Alma Mater” com um alcance de cerca de 83 mil pessoas, 1.058 reações, 16 comentários e 14 partilhas. Outras publicações que também evidenciaram um impacto positivo foram a do aniversário da EPAL, “A EPAL faz 155 anos”, o “Dia Mundial da Água com a Pitada do Pai”, a “Entrada Gratuita nos Núcleos do MDA – 1 domingo do mês” e ainda a apresentação pública do projeto “*Make a Circular Wave*”.

Os indicadores de desempenho das três redes sociais da EPAL, Facebook, Instagram e LinkedIn, do ano de 2023, totalizaram 811 publicações, alcançando 3,6 milhões de pessoas, contabilizando cerca de 139

mil gostos, 5.226 comentários e 5.492 partilhas. Estes indicadores resultam num aumento muito positivo relativamente ao ano de 2022.

Terminámos o ano de 2023 com um balanço muito favorável no que diz respeito ao número de seguidores, uma vez que, o seu somatório nas três plataformas foi de 75.199 seguidores, evidenciando um aumento de 11,4% comparativamente ao ano de 2022.

- Facebook

Esta rede social é o canal com maior expressão da EPAL. No ano de 2023, o Facebook teve um aumento de 3.121 seguidores, refletindo-se num crescimento de 6.68% comparativamente ao ano de 2022. O público-alvo desta plataforma é maioritariamente feminino (cerca de 63,3%), com idades compreendidas entre os 35 e os mais de 65 anos, evidenciando assim, a necessidade de conteúdo variado para que este possa interessar e despoletar reações/interações por parte do mesmo.

Em termos de publicações, o mês março foi o melhor do ano, uma vez que apresentou os melhores resultados em termos de engajamento, isto é, o envolvimento do público-alvo com as publicações. Assim, a publicação com maior taxa de engajamento é relativa ao comunicado em que a “EPAL garante excelente qualidade da água” com 4,30% de taxa de engajamento.

- LinkedIn

Acompanhando a tendência de crescimento do ano anterior, o LinkedIn, teve um aumento de 2.078 seguidores, ou seja, um acréscimo de cerca de 9.5% comparativamente ao ano de 2022.

O tipo de conteúdo publicado no LinkedIn acaba por ser diferenciado das restantes plataformas, tendo em conta que esta rede social é orientada numa ótica empresarial. Desta forma, o conteúdo das publicações é relacionado com notícias das diversas áreas de atividade da empresa, obras e projetos inovadores que a EPAL tem em curso, eventos, anúncios de recrutamento e notícias relacionadas com o sector.

Relativamente ao engajamento das publicações, nesta rede o mês de março também se mostrou ser o melhor mês do ano 2023, sendo que a publicação que apresentou maior taxa de engajamento foi a do lançamento da Garrafa “Alma Mater” com 16% de taxa de engajamento.

- Instagram

O Instagram foi a rede social da EPAL que mais cresceu em termos do número de seguidores relativamente ao ano de 2022. Terminámos o ano de 2023 com uma subida de 3.378 seguidores, evidenciando um aumento de 50,8% comparativamente ao ano de 2022. Os nossos seguidores são

maioritariamente de Lisboa e cerca de 71% são mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos. Tendo em conta que esta rede tem um público-alvo mais jovem, é importante que as publicações sejam diversas e com conteúdo animado para conseguirmos continuar a crescer e continuar a despertar interesse do mesmo.

Neste canal, o mês com maior engajamento também foi o mês de março, sendo que a publicação com maior taxa de engajamento foi a da “1º Domingo do Mês - Entrada Gratuita nos Núcleos do MDA” com 2% de taxa de engajamento.

Iniciativas de comunicação interna

- Distribuição do Cabaz de Natal

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Conciliação a aquisição de bens de responsabilidade social e a oferta de um cabaz de Natal a todos os Trabalhadores no ativo e EPAL e da AdVT concretizou-se uma vez mais, em dezembro de 2023.

Juntamente com o cabaz de Natal, foi oferecida, também a todos os Trabalhadores, uma garrafa Alma Mater, a nova garrafa de vidro da EPAL, assinada pelo arquiteto português Eduardo Souto Moura.

Também no âmbito de ação de responsabilidade empresarial, a EPAL adquiriu bens de responsabilidade social destinados aos habituais prestadores de serviço que marcam presença no dia-a-dia da empresa. À semelhança de anos anteriores, esta oferta foi adquirida ao SEMEAR que, pelo extraordinário projeto de sustentabilidade e de inclusão social, permite-nos reforçar o nosso espírito solidário e respeito por esses valores.

Na sequência das celebrações da quadra natalícia, o dia de Reis foi assinalado, com a habitual distribuição de bolos-rei, entregue a todos os Trabalhadores e prestadores de serviço.

- Cabaz do Bebé

Em 2023 assinalámos o nascimento de 4 bebés filhos/as de trabalhadores/as da AdVT, com a entrega do “Cabaz Nascimento” que inclui produtos de higiene para bebé, cartão “Dá-presente” e kit EPAL. A iniciativa implementada em 2016 é uma das medidas de conciliação da vida profissional e familiar.

Também neste ano, assinalámos o nascimento de 13 bebés filhos/as de trabalhadores/as da EPAL, com a entrega do “Cabaz Nascimento” que inclui produtos de higiene para bebé, cartão “Dá-presente” e kit EPAL. A iniciativa implementada em 2016 é uma das medidas de conciliação da vida profissional e familiar.

- Distribuição de ofertas a todos os trabalhadores

No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação, houve lugar a mais uma distribuição a todos os trabalhadores.

Em 2023 a oferta foi associada às celebrações do Dia Nacional da Água, altura em que se distribuiu um conjunto de copos de vidro e uma mochila de tecido reciclado. Este kit, para além de uma oferta simbólica, traduz-se também na continuidade na promoção do hábito sustentável de consumir água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do Ambiente.

- Cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores com 25 e 35 anos de Casa

A 22 de novembro realizou-se no Museu da Água – Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, a cerimónia de Homenagem aos Trabalhadores que completaram 25, 35 e 50 anos de casa em 2023. Na cerimónia esteve presente o Conselho de Administração da EPAL, o presidente da AREPAL, um representante da Comissão de Trabalhadores e outro da Casa do Pessoal, além da maioria dos diretores da EPAL, que todos juntos homenagearam este conjunto de Trabalhadores.

Foram homenageados 43 trabalhadores que iniciaram o seu percurso profissional na EPAL em 1998 e 19 trabalhadores que iniciaram o seu percurso na Empresa em 1988. Nesta cerimónia tivemos ainda o privilégio de contar com a presença de um trabalhador que conta já com 50 anos ao serviço da EPAL. À semelhança dos anos anteriores, foi produzido, um pequeno livro, que regista o momento da entrada dos Trabalhadores na EPAL.

- Encontros da Empresa 2023

No âmbito do Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, têm vindo a ser realizadas auscultações às Trabalhadoras e aos Trabalhadores da EPAL/Águas do Vale do Tejo, das quais resultam, sistematicamente, como sugestões de melhoria, a realização de *teambuildings*, visitas às instalações e a promoção de encontros entre colegas, uma vez que, pelo facto de desempenharem funções em Polos, Recintos ou Infraestruturas diferentes, raramente se encontram e inclusivamente muitos, apesar de falarem com frequência, não se conhecem pessoalmente.

Para dar resposta a esta necessidade, o Conselho de Administração decidiu promover a iniciativa “Encontros da Empresa”, para cuja organização criou um Grupo de Trabalho (GT), com representação das Direções de Recursos Humanos (DRH), Comunicação, Marketing e Educação Ambiental (CMEA) e Sustentabilidade Empresarial (DSE) e da Comissão de Trabalhadores (CT).

Esta ação de *teambuilding* tinha como objetivo principal promover e reforçar a ligação emocional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras à EPAL/AdVT, aumentar a sua satisfação e motivação e, ainda, a “descoberta” do/a colega que tantas vezes nos pode ajudar a solucionar problemas e que está tão perto e nem sabemos.

Estes objetivos foram corporizados na FUNtástica Viagem da Felicidade, que foi reproduzida nos vários Encontros da Empresa, com o entusiasmo participante das Trabalhadoras e dos Trabalhadores que, voluntariamente, se inscreveram no evento. Esta viagem abordou, de forma descontraída e animada, as 6 dimensões que sustentam a FELICIDADE, concretamente, Relacionamento, Propósito, Envolvimento, Objetivos, Vitalidade e Alegria.

Após o *teambuilding*, seguiu-se sempre um almoço descontraído, onde todos tiveram a oportunidade de conviver com os colegas, havendo ainda lugar a um momento musical.

Os “Encontros da Empresa” concretizaram-se nos dias 22 de setembro na ETA do Caldeirão (Polo Beira Alta), 12 de outubro na ETAR de Évora (Polo Centro Alentejo), 26 de outubro na ETA da Póvoa (Polo Norte Alentejo), 3 de novembro na ETA de Santa Águeda (Polo Beira Baixa), 9 de novembro na ETA de Vale da Pedra e 17 de novembro no Recinto do Parque das Nações, com a presença muito significativa de mais de 600 participantes.

No dia 23 de novembro, foi proporcionada aos Trabalhadores e às Trabalhadoras, uma visita aos núcleos Museológicos, concretamente à Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, a que se seguiu um almoço, e à exposição “*Dalí Cybernetics*”, a primeira exposição imersiva e interativa em Portugal, dedicada ao pintor catalão, que está patente no Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras e que fechou, com chave de ouro, os “Encontros da Empresa”, contando com a adesão de 130 Trabalhadores e Trabalhadoras provenientes de todos os polos da AdVT e dos vários recintos da EPAL.

Como balanço final, viveram-se momentos muito positivos, com grande participação e entusiasmo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, reforçando os laços entre todos, contribuindo assim para um maior sentimento de pertença, pelo que a iniciativa “Encontros da Empresa 2023” foi inequivocamente um verdadeiro sucesso.

Museu da Água

O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios históricos, edificado entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e integra o roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico da Água.

O Museu da Água é constituído por cinco espaços museológicos, nomeadamente:

- Aqueduto das Águas Livres;
- Galeria subterrânea do Loreto;
- Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras;
- Reservatório da Patriarcal; e
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.

A missão do Museu da Água revela-se através de três eixos basilares:

- Preservação e divulgação de um conjunto patrimonial único;
- Sensibilização histórica, científica e tecnológica na área do abastecimento de água;
- Manutenção de um programa de educação e sensibilização ambiental, com especial relevância para as temáticas da água.

Os objetivos pedagógicos do Museu da Água são os seguintes:

- Estimular o uso eficiente da água;
- Compreender o ciclo hidrológico;
- Compreender o ciclo urbano da água;
- Valorização do património histórico relacionado com o abastecimento de água;
- Conhecer o funcionamento da sociedade, nos diversos aspetos que a compõem, antes da construção do Aqueduto das Águas Livres;
- Perceber a importância da água no contexto do desenvolvimento da cidade, nomeadamente no favorecimento das condições de vida da população;
- Sensibilizar para as temáticas da poluição e desperdício da água;
- Criar laços de afetividade com o património da cidade de Lisboa.

Desta forma, a atividade do Museu da Água é desenvolvida ao nível da gestão, conservação, musealização, investigação, divulgação e dinamização do património histórico edificado.

Durante o ano de 2023 o Museu da Água recebeu um total de 131.183 visitantes, o que representa um aumento face ao período homólogo de cerca de 18%, salientando-se:

- o Serviço Educativo dinamizou 530 visitas guiadas efetuadas aos vários ciclos de estabelecimentos de ensino, envolvendo 13.424 alunos/as de escolas, de todos os níveis de ensino, e 550 visitas guiadas ao público em geral;
- A presença de 30.735 visitantes estrangeiros;
- Estiveram em exibição 6 exposições temporárias, 4 exposições imersivas, e circularam por todo o país 4 exposições itinerantes.

Inclui-se na atividade do Museu o Centro de Documentação Histórica e Técnico, que é um serviço especializado de documentação e informação da EPAL e encontra-se dedicado à gestão, preservação, organização e divulgação do património documental histórico e técnico das Empresas, tendo a seu cargo coleções de arquivo e de biblioteca.

A atividade Centro de Documentação Histórica e Técnico desenvolve-se em quatro eixos distintos: preservação documental, organização documental, disponibilização documental, gestão administrativa e logística da participação da Empresa em instituições de carácter fundacional ou associativo.

O Centro de Documentação Histórica e Técnica, além da disponibilização online de portais de pesquisa, recebeu 453 pedidos de acesso a informação, interagindo durante o ano de 2023 com um total de 69 utilizadores externos, sobretudo investigadores e alunos de ensino superior, e também com 100 utilizadores internos, contribuindo assim para a pesquisa e recuperação de informação necessária às atividades das várias direções das empresas, nomeadamente ao nível da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais atualmente a cargo da EPAL e da AdVT.

RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2023, a EPAL foi distinguida com os seguintes prémios e reconhecimentos:

- Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), onde a EPAL foi galardoada com 2 prémios e 1 menção honrosa pela (APEE):

- Prémio “Merchandising circular”

O Make a Circular Wave é um projeto que demonstra o compromisso da EPAL com a Integração e com a Economia Circular, aliando merchandising de design exclusivo à reutilização criativa, apostando numa nova linha idealizada pelos alunos da ETIC e concebida com desperdícios, por IPSS como a CAIS, a CERCI Lisboa e a APCL, excedentes estes que, agora, ganham outra vida.

Um dos grandes desafios deste projeto é, precisamente, a mudança de mentalidades e conseguir aliar, num único projeto, a Economia Circular, a Inclusão Social e a aposta no talento dos jovens, enquanto minimiza o impacte sobre as matérias-primas naturais e reduz a pegada ambiental.

- Prémio “Projetos de Sustentabilidade Ambiental com Valor Social”

A EPAL tem vindo a apostar em parcerias com IPSS, recorrendo aos seus serviços. É o caso da ACAPO, para a fatura em Braille, do SERVIIN – Portal do Cidadão Surdo, com o atendimento em Língua Gestual Portuguesa, por videochamada, e da APCB, com conteúdos para a sustentabilidade em Escrita Pictográfica.

Mas a EPAL foi mais longe, adquirindo bens de responsabilidade social feitos pelos utentes das IPSS, sendo exemplos as coleções de bases para copos da Fundação LIGA, os individuais de mesa da APSA e os estojos de lápis em pano da APPACDM, apoiando a capacitação e uma sociedade mais plural.

- Menção Honrosa “Serviço waterbeep para Clientes com deficiência visual (cegos e amblíopes)”

A EPAL e a ACAPO são parceiras há mais de uma década para a emissão da fatura em Braille e de outros documentos associados ao contrato e à comunicação da sustentabilidade.

Em 2023, no âmbito do apoio técnico prestado pelo INR - Instituto Nacional para a Reabilitação I.P, a EPAL conheceu algumas das dificuldades que os Clientes com deficiência

visual atravessam, nomeadamente, na comunicação da leitura e no recebimento dos avisos de interrupções de abastecimento que são colocados nas portas dos edifícios. Com a colaboração da ACAPO, a EPAL passou a disponibilizar gratuitamente o waterbeep para Clientes cegos e amblíopes, que elimina a necessidade de terem de comunicar a leitura, apoiando-os numa maior autonomia e inclusão.

- O ENEG 2023 (Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento), organizado pela APDA (Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas), distinguiu a EPAL nos Tubos de Ouro com uma *Menção Honrosa atribuída ao projeto "waterbeep para Clientes Cegos e Amblíopes"*, na categoria "Melhor projeto de interação com o Cliente", tendo sido reconhecidas as boas práticas exemplares no domínio da resposta às necessidades dos Clientes e Consumidores com vulnerabilidade.
- Em 2023, a EPAL foi a melhor marca na Experiência do Cliente no ranking do Setor da Água, tendo-lhe sido atribuído o selo BECX. O BECX está posicionado na Experiência e Satisfação do Cliente, na concretização das suas expectativas e na aproximação a uma empresa ideal.



A empresa apresentou o melhor resultado do Estudo BECX em 5 das 8 variáveis analisadas e melhorou a sua posição em quatro face a 2022, comprovando o empenho na prestação de um serviço de excelência.

À dimensão com a melhor nota, a "Qualidade do Produto/Serviço" (8.1), juntam-se agora, no topo da escala, os "Canais de Contacto" (que subiram de 8.0 para 8.1) e os "Incidentes", ou seja, as experiências positivas versus as negativas sentidas pelos Clientes (de 7.8 para 8.0), bem como o "Esforço" para resolver problemas do Cliente (7.8 para 7.9) e as "Emoções" (7.4 para 7.5).

Além de pontuações elevadas na generalidade das dimensões, a EPAL manteve o 1º lugar absoluto nos "Canais de Contacto" e nos "Incidentes", onde detém uma nota superior a todas as entidades gestoras participantes, comprovando a sua liderança na satisfação dos Clientes com a diversidade e eficácia das modalidades de contacto, bem como com a capacidade de concretizar experiências positivas e reduzir as negativas, obtendo uma boa avaliação global das experiências no último ano,

empenhando-se, assim, em ir ao encontro das expectativas do Cliente. No índice central do estudo, BECX “Experiência do Cliente”, a EPAL manteve a pontuação de 7.9.

A EPAL fecha o ano de 2023 totalizando 5 variáveis com a nota máxima do Setor (face a 3 em 2022).

A EPAL recupera, assim, a sua melhor posição, regressando ao 1º lugar do ranking do Setor em mais de uma década (desde 2008), quando tiveram início estudos de benchmarking a nível nacional, dividindo agora o pódio com outra entidade gestora do país.

Nesta 3ª edição, para além do Índice BECX de 7.9, também a “Lealdade” manteve a sua classificação de 8.0.

A “Qualidade” e os “Canais” ocupam agora o topo (8.1) refletindo o peso dos critérios com maior valorização. Na “Qualidade” destacam-se a “Fiabilidade do produto e do serviço” e a “Adequação dos meios de pagamento” (ambos com 8.7), o “Abastecimento” (8.5), a “Qualidade da Água” e a “Qualidade global” (ambos com 8.3) a “Periodicidade da faturação (8.2), o “Profissionalismo do Atendimento” e a “Qualidade das Instalações do Atendimento” (8.1), a “Capacidade de resolução de problemas/ Funcionamento da assistência Técnica/piquetes de urgência” (8.0), a “Diversidade de Serviços (7.9) e as “Intervenções domiciliárias” (7.8). Nos “Canais”, os Clientes referem que os meios de contacto oferecidos apresentam “uma boa diversidade” (7.9) e “conveniência” (8.0), que “resolvem as suas necessidades” e nos quais “se sentem bem tratados” (8.1).

Os “Incidentes” apresentam uma boa valorização face a 2022, subindo de 7.8 para 8.0, sobretudo pelo facto de os inquiridos atribuírem uma menor importância à “Experiência negativa” (de 7.3 para 6,4) e pela melhor avaliação das experiências com a empresa no último ano (de 7.9 para 8.0), mantendo-se a importância da “Experiência positiva” em 8.8. Aqui, apenas 6% dos inquiridos referiram ter tido experiências negativas, face a 8.9% no ano anterior.

ORGANIZAÇÃO

Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

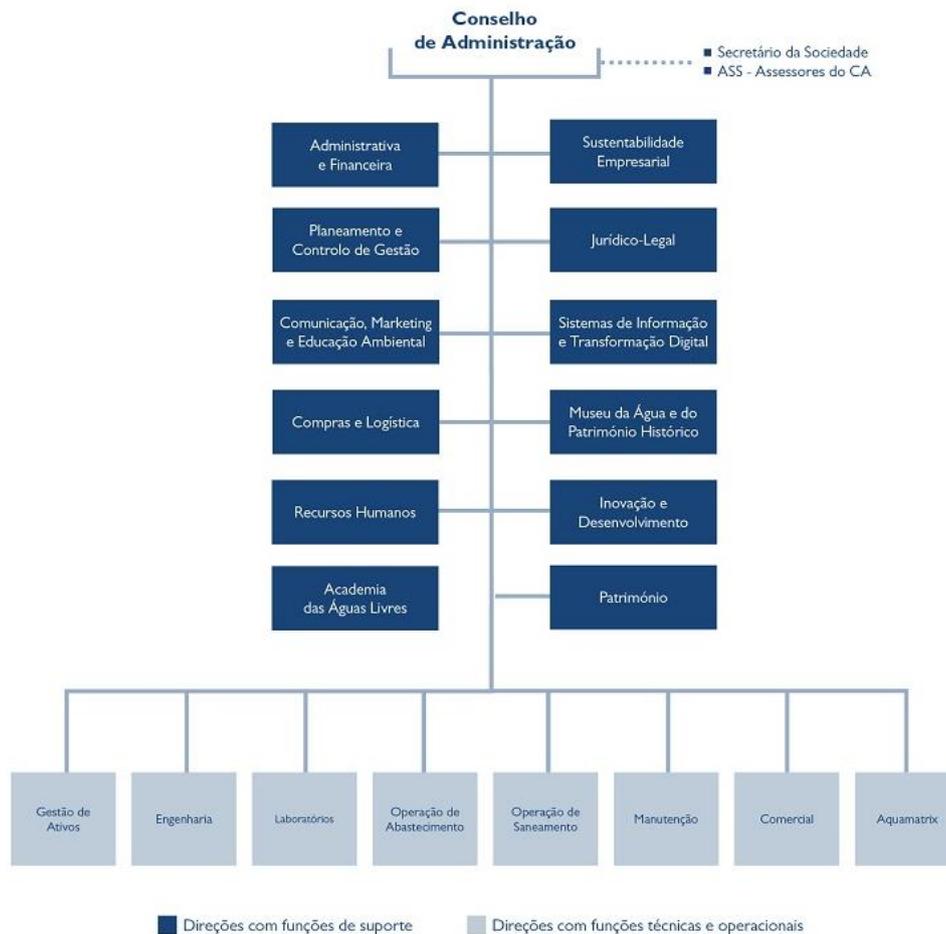
A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da Empresa encontra-se estabilizada desde 2021, ainda em resultado do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, determinada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Esta reorganização teve como objetivo adaptar a sua estrutura à missão que se lhe encontra confiada, nomeadamente no que respeita aos novos desafios relativos à gestão delegada da AdVT, bem como aos processos de transformação energética e digital que se avizinham.

Esta alteração pretende potenciar o aumento da eficiência organizacional, através da simplificação de tarefas e otimização dos processos internos empresariais, através da implementação de novas técnicas e metodologias. A nova estrutura da Empresa assenta ainda numa maior definição de responsabilidades e melhor integração das direções e serviços, permitindo assim um aumento na produtividade e maior satisfação dos trabalhadores.

A atual estrutura orgânica da Empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:



Obs: A Direção de Património e a Direção de Inovação e Desenvolvimento foram extintas no ano de 2024

Com a eleição do novo Conselho de Administração para o mandato 2023/2025, em 19 de abril de 2023, foram definidos os pelouros atribuídos aos membros do Conselho de Administração:

Presidente – Carlos Manuel Martins

- Secretário da Sociedade
- CMEA – Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental
- DAA – Direção da Academia das Águas Livres
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- ENG – Direção de Engenharia
- MDA – Direção do Museu da Água e do Património Histórico

Vice-Presidente – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- DPT – Direção de Património
- JUR – Direção Jurídico-Legal
- LAB – Direção de Laboratórios

Vogal – Telma Susana Rodrigues Correia

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DAQ – Direção do AQUAmatrix
- DID – Direção de Inovação e Desenvolvimento
- MAN – Direção de Manutenção

Vogal – Pedro Pinto de Jesus

- DCL – Direção de Compras e Logística
- DCM – Direção Comercial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | Carlos Manuel Martins

Vice-Presidente | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Telma Susana Rodrigues Correia

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Vogal | Pedro Pinto de Jesus

Secretário da Sociedade

Efetivo | Luís Alberto Vilalonga Pinto Durão

Suplente | Bruno Manuel Cortes Lopes*

**Substituído em 2024 por Graça Maria Oliveira*

Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Isabel Maria da Paz Mendes

Vogal | Eduardo José dos Santos Clemente

Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.

ROC Efetivo | José Alves Bizarro Duarte

ROC Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Fernando José Pires Santana (falecido em janeiro de 2021)

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2023, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

O NOSSO PROPÓSITO

"Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturização e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis

A EPAL orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a *governance* para cumprir o nosso propósito.

Compromisso de Integridade

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela EPAL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos

de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A EPAL dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Este Compromisso com a Sustentabilidade 2022-2025 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do UN Global Compact e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- **Ambição: TRABALHAR COM PROPÓSITO**

Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

- **Ambição: AGIR PELO CLIMA**

Reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE), mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética
- Reduzir as emissões de GEE
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto

- **Ambição: ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA**

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Conservar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos

- **Ambição: VALORIZAR OS TERRITÓRIOS**

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

- **Ambição: INOVAR PARA IMPACTAR**

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP

Ambição: GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento
- Operar numa geografia de referência

Ambição: EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento
- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação

Na sequência da sistematização desta Estratégia de Sustentabilidade, a EPAL assegurou em 2023 que os objetivos dos seus processos se encontravam devidamente alinhados com a mesma, assim como os objetivos de gestão aplicáveis aos gestores da empresa.

Durante o ano de 2023 a Direção de Sustentabilidade Empresarial, no âmbito da sua missão, promoveu e desenvolveu várias atividades, por forma a ir ao encontro das necessidades e expetativas dos seus Stakeholders, designadamente:

No âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):

Foram mantidas as certificações dos sistemas de gestão integrado em Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, Energia e Segurança da Informação e o Sistema de Gestão de Gestão de Ativos (na EPAL), assim como a certificação Adene MOVE + das frotas.

No que respeita à Plataforma digital de apoio à gestão do Sistema de Responsabilidade Empresarial (AGIR), tem sido promovida o alargamento da sua utilização, nomeadamente no módulo de gestão de simulacros e Avaliação da Conformidade Legal (ACL) que foi acompanhado com ações de comunicação e de formação junto dos trabalhadores e das trabalhadoras que utilizam o referido módulo da plataforma. Foi, ainda, promovida a utilização da referida Plataforma por entidades externas, aquando da realização de auditorias de ACL relativa ao ambiente, SST.

Foram definidos e implementados objetivos que suportam o Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) e que visam a eficácia e eficiência dos processos, a melhoria do desempenho em todas as vertentes do SRE, a redução dos riscos empresariais e para o desenvolvimento sustentável da empresa, consequentemente para os ODS.

Foram produzidos, ou revistos, individualmente ou em colaboração com outras direções de documentos relevantes, associados à qualidade e eficácia das atividades da empresa, para a sustentabilidade empresarial e governança corporativa e consequentemente visando a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente:

- Política e Regulamento de Subsídios Patrocínios e Donativos
- Plano Prevenção Riscos Corrupção e Infrações Conexas
- Guia para Fornecedores
- Regulamento de Funcionamento da Academia das Águas Livres
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Privacidade dos Recursos Humanos
- Código de Boas Práticas de Higiene no Sistema de Abastecimento
- Política de Segurança da Informação
- Política de Soluções Digitais e desenvolvimento seguro
- Planos de Contingência para a Jornada Mundial da Juventude – Grande Lisboa e Fátima
- Plano de Contingência para os eventos de Seca - AdVT

Procedeu-se ao desenvolvimento de vídeos sobre o Código de Ética e Conduta e SST, no sentido da melhoria da comunicação e sensibilização dos/as trabalhadores/as, sobre as várias temáticas.

Ao longo do ano foram realizadas campanhas e ações de comunicação sobre temas relevantes do Sistema de Responsabilidade Empresarial, designadamente:

Simulacros

Em 2023 foram realizados vários exercícios de simulacro, dando cumprimento ao respetivo Plano, alguns deles com a colaboração de entidades externas, nomeadamente Prestadores de Serviços e Bombeiros Voluntários locais, no sentido de testar e validar os procedimentos ao nível da emergência, nas áreas da segurança e do ambiente.

Pegada Carbónica

O compromisso de redução de emissões de gases com efeito de estufa (eGEE) da Empresa ficou oficialmente atestado e publicado em fevereiro de 2023 no site da SBTi, e a EPAL integrou assim o conjunto de empresas portuguesas (e mundiais do nosso setor) com metas para a descarbonização, a cumprir até 2029, validadas, escrutinadas e consideradas em linha com o desígnio de contribuir para que a temperatura do planeta não aumente mais do que 1,5°C: *"até 2029, a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, compromete-se a reduzir as emissões de GEE de âmbito 1 e âmbito 2, em 43%, quando comparadas com as emissões de 2019. Também até 2029, compromete-se, ainda, a reduzir as emissões do âmbito 3, resultantes de bens e serviços adquiridos, de atividades relacionadas com combustível e energia e da vida útil dos produtos vendidos, em 43%".*

Durante o ano, procedeu-se ao cálculo da pegada da EPAL, através do projeto desenvolvido pelo Grupo AdP.

Medidas de autoproteção

Para avaliação do nível de implementação das medidas de autoproteção, foram realizadas auditorias em instalações com documentos aprovados, pela ANEPC, de que resultaram a identificação das situações em incumprimento ou a melhorar, levando à definição das medidas a implementar e à elaboração de Planos de Ação para acompanhamento das situações e garantia da resolução das mesmas. Simultaneamente e, dando cumprimento a obrigação legal, foi ministrada formação aos trabalhadores e às trabalhadoras afetas aos locais.

Ergonomia

Foi realizado um estudo ergonómico, que contempla postos de trabalho operacionais, laboratoriais e administrativos, por forma a avaliar e uniformizar as condições de trabalho, do ponto de vista da ergonomia e, conseqüentemente as necessidades de aquisição de equipamento e alterações a promover, por forma a minimizar esta variável na avaliação de risco.

Foram adquiridos equipamentos de trabalho complementares para colmatar falhas identificadas no estudo, nomeadamente ao nível da movimentação manual de cargas (ex: plataformas de elevação de carga) e do manuseamento de reagentes (ex: bombas de trasfega) e no caso dos postos administrativos, dotação com cadeiras adaptadas ao utilizador.

Tiveram lugar diversas ações de sensibilização nos locais de trabalho sobre ErgoCoaching, com uma componente muito prática, com o objetivo de melhorar, corrigir e reeducar a postura dos trabalhadores para as tarefas.

Trabalhos em Altura e Espaços Confinados

Neste âmbito, procedeu-se à aquisição e distribuição de equipamentos considerados no “KIT Operacional” e no “KIT Manutenção”, aos trabalhadores enquadrados em cada uma das tipologias, à instalação de equipamentos de proteção contra quedas em várias infraestruturas por forma a garantir a realização dos trabalhos em segurança, ao acompanhamento de trabalhos de risco considerado como elevado, assim como ao habitual desenvolvimento de ações de formação diversas.

Riscos químicos | Agentes CMR e regulamentos REACH, CLP E BPR

Em fase de desenvolvimento estão: a digitalização da metodologia de gestão do risco no âmbito da exposição a agentes químicos CMR, preconizada pela Direção-Geral da Saúde, um *software* associado ao cumprimento legal no desenvolvimento do Inventário de Substâncias Químicas e uma ferramenta informática - ALQUIMIA, que pretende dar resposta ao Inventário e Análise de Substâncias Químicas.

Riscos psicossociais

Tiveram lugar sessões de trabalho, com todas as direções da empresa, para comunicação dos resultados obtidos na auscultação realizada e identificação de medidas/ações de melhoria a implementar, de forma transversal ou em cada uma das direções, para minimizar os Riscos Psicossociais.

Formação/Sensibilização (Interna e Externa)

Realça-se a formação em Segurança na Operação e Manutenção em sistemas de desinfecção de cloro, com componente teórica e prática e apresentação das comunicações “Metodologia de Abordagem à Gestão da Exposição a Agentes Químicos CMR” e Gestão de Fontes de Radioatividade Natural em Águas Subterrâneas: Caso de Estudo na ETA de Manteigas”, no ENEG 2023.

Fornecedores

Procedeu-se à divulgação aos fornecedores, de Especificações Técnicas, Guia para Fornecedores e Código de Conduta para Fornecedores, assim como à realização de auditorias de 3ª parte, a alguns dos fornecedores de serviços e empreitadas, classificados como críticos para o negócio e para o SRE, dando cumprimento ao Plano de Auditorias a Fornecedores, com colaboração de auditores externos e envolvimento das áreas intervenientes.

Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar

Com a organização conjunta com a Comissão de Trabalhadores da EPAL, realçam-se os Encontros da Empresa que decorreram entre setembro e novembro. No mesmo âmbito foi, ainda, promovida uma visita aos núcleos museológicos, por parte de trabalhadores e de trabalhadoras dos vários polos.

Dar resposta às necessidades e expectativas das partes interessadas implica a respetiva auscultação, de acordo com a importância e criticidade de cada uma. Ao longo de 2023 foi realizada auscultação a todos os trabalhadores e trabalhadoras em Matérias de Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, tendo a adesão sido significativa.

Política de Integridade

Procedeu-se à divulgação da Política de integridade do Grupo AdP e do seu Mecanismo de Denúncia e a vídeo sobre o Código de Ética e Conduta.

Partes Interessadas

Atendendo que a Igualdade de Género e a Não Discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, foi desenvolvido e submetido às entidades nacionais (CITE e SIG), o Plano para a Igualdade de Género 2024. Adicionalmente, foram dinamizados workshops sobre “Linguagem Inclusiva” e “A Responsabilidade Social na perspetiva da Igualdade de Género”.

Em 2023 manteve-se: o compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, mantendo-se na respetiva task-force, assim como o protocolo de cooperação com a PWN (Professional Women Network - Lisbon), sendo que, esta parceria possibilitou, ao longo de 2023, a várias trabalhadoras e trabalhadores usufruir das diversas atividades/programas, mais concretamente:

- Programa de Liderança – Nível I e Nível II;
- Participação na Conferência Anual da PWN – Dream Day - Engaging All for Change – A Life Story;
- Programa YOUTH – 4ª edição.

De salientar a frequência do Programa Executivo, Women on Boards.

Gestão de Risco Proteção

Foi assegurada a proteção das instalações, o acompanhamento e controlo das prestações de serviço especializadas, nomeadamente Vigilância, CCTV e SADIR, SADI e SAEI, Extintores, Controlo Acessos e Barreiras, Chaves, Implementação de Chaves Mecatrónicas, a preparação dos processos de contratação pública (vigilância e serviços de prestação especializada em segurança), e acompanhamento de projetos diversos para reforço de medidas de proteção:

Foi realizado um *Stress Test* à rede de distribuição da área do Parque Tejo, que recebeu alguns dos eventos mais significativos da Jornada Mundial da Juventude. Tratou-se de um ensaio para aferir o comportamento da rede de distribuição para abastecimento à área abrangida pelas Jornadas, nas imediações do Parque Tejo, bem como a capacidade de resposta operacional, para fazer face aos vários

tipos de desafios e problemas que pudessem advir da realização daquele evento, mitigando alterações ao nível da qualidade de serviço no abastecimento de água, na componente quantitativa e qualitativa.

O ensaio e as atividades preparatórias que lhe estiveram associadas implicaram a realização de um vasto leque de atividades, em resultado de um apurado trabalho, conjunto e articulado, das diversas direções envolvidas. Destaca-se o profundo trabalho de preparação e o empenho e espírito de colaboração entre as equipas envolvidas, bem como realçar a presença de entidades convidadas, qual se insere no contexto de parceria e colaboração necessários para dar resposta aos desafios colocados por um evento da dimensão da JMJ 2023.

Complementarmente procedeu-se ao desenvolvimento do projeto para Reforço da Segurança Física e Eletrónica das infraestruturas e à realização, de diversos simulacros de continuidade de negócio com as equipas internas e as de vigilância do prestador de serviços.

No âmbito da Gestão de Riscos Empresariais manteve-se a participação no Projeto “Modelo de Controlo Interno do Grupo AdP” promovido pela AdP tendo como objetivo promover e divulgar a importância de uma cultura de gestão do risco, e da comunicação da responsabilidade de cada trabalhador e de cada trabalhadora no cumprimento das normas e regras estabelecidas. Para além da gestão e a mitigação dos riscos, promove a salvaguarda dos recursos, a identificação de oportunidades de melhoria e a identificação de constrangimentos no desenvolvimento das atividades da empresa.

Ainda neste domínio e com a coordenação da AdP, foi realizada a reavaliação dos riscos empresariais e a consequente determinação dos planos de ações para tratar os riscos e oportunidades relevantes.

Relatório de Gestão

A ENVOLVENTE

Contexto macroeconómico¹

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

Global

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

Zona do Euro

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da União Europeia perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres deste ano. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da União Europeia melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais. do verão. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e Instituto Nacional de Estatística.

PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação aumentem o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo IHPC continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6%, em termos homólogos, registado em outubro de 2022 na área do euro. Em outubro de 2023, estima-se que tenha atingido o mínimo de dois anos de 2,9%. A inflação na União Europeia seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da União Europeia diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Espera-se que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretoras inalteradas. Embora a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

	Estimativa 2023	Ano 2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025/26.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.

O Setor

O setor a nível mundial²

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água e o abastecimento mantêm-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do ODS6, que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores; e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Em março de 2023 realizou-se a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 se concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

Crise Geopolítica e Energética³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas a 7 de outubro de 2023, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético,

³ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar uma nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022, de 3 de novembro).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado, a 27 setembro de 2022, o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.⁴

⁴ Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da Adene.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁵

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante uma maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5581€/m³
- Indicadora água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitantes servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5351€/m³

Dados: RASARP 2022 volume 1 e RASARP 2023 volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da

⁵ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos,

A 14 dezembro de 2023, foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030 estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

O Grupo AdP em 2023

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e

eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente; e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoureagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão

internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28 em dezembro de 2023.

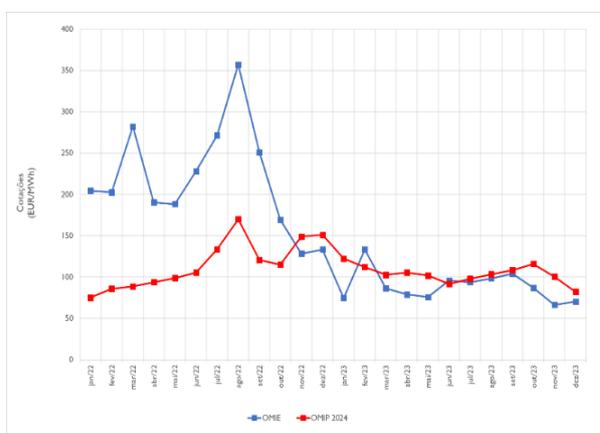
No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.

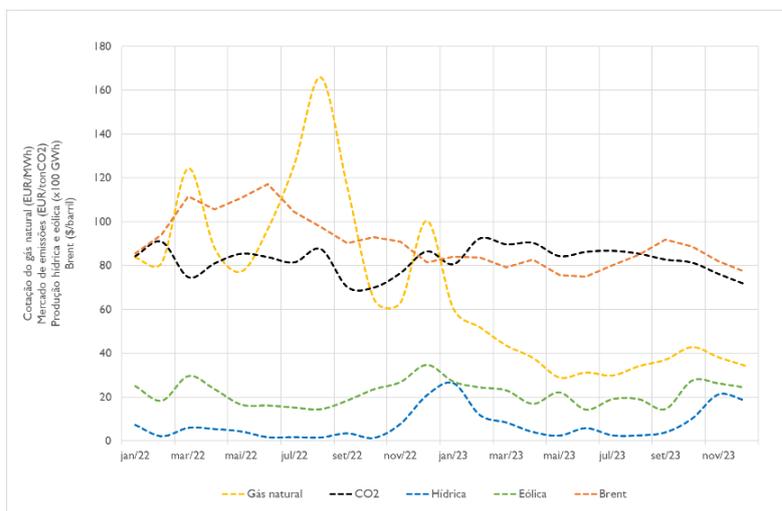
A energia

O preço da energia elétrica em Portugal

No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2º semestre, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte. De relembrar que o ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em 2023, e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), apesar do impacto nos mercados ter sido significativamente menor.



Em 2023 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 88,27 €/MWh (tendo sido de 217,84 €/MWh em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo 3,6% face ao ano de 2022.



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a redução do preço médio do gás natural que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. A cotação mensal média do CO² aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+3,6%). A produção hídrica foi significativamente superior (+85,2%), já a produção eólica na Europa em 2023 foi próxima da verificada no ano anterior (-1,5%). Quanto ao Brent apresenta um preço médio em 2023 de 82,1 \$/barril, valor inferior face a 2022 (98,6 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação do mercado diário	Cotação média em 2023 (EUR/MWh)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	2023/2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2024, reduziram-se face ao ano anterior, com menor expressão do que as verificadas nos mercados diários, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

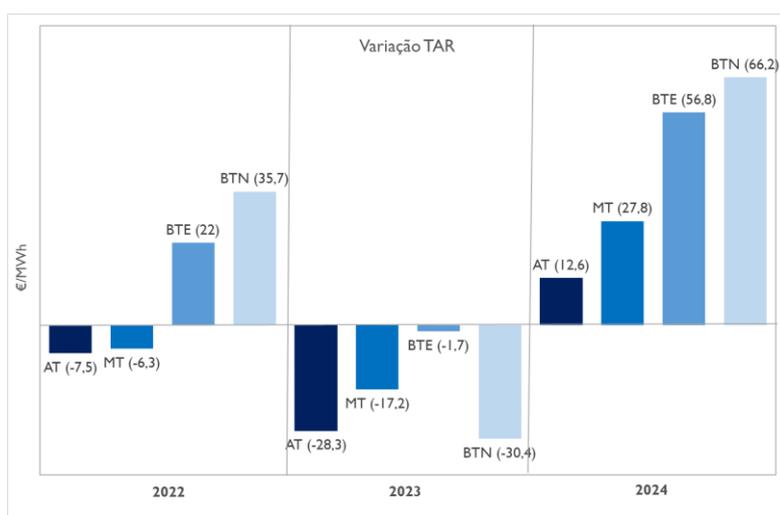
Varição do mercado de futuros para fornecimento em 2024	Cotação média em 2023 (EUR/MWh)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	2023/2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

No ano de 2023, o consumo nacional foi de 50.728 GWh, superior em 0,8% face ao registado em 2022.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Como se tem referido inúmeras vezes, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e conseqüente aumento da TAR.

Em 2024 as TAR terão um aumento significativo em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte.



Em 2023, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos

contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1º semestre e outro para o 2º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023, calculando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros.

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

O consumo de energia elétrica é indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, o qual representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras, com um peso muito significativo nos fornecimento e serviços externos (FSE) e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2023 (+2,8% do que em 2022) cifrando-se em 768,91 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 1,3% do caudal em abastecimento de água e de 6,0% em água residual.

Destes, 739,26 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,4% do que em 2022, e 29,72 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,4% do que em 2022). Este valor de 739,26 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 731,89 GWh e 6,69 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP.

No ano de 2023 merece ainda destaque a produção própria de energia (100% renovável), seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2023 apontam para uma produção de 39,24 GWh/ano (+1,8% face a 2022). O autoconsumo foi de 29,72 GWh (+8,8% do que em 2022) e a energia vendida à RESP totalizou 9,52 GWh (-14,9% do que em 2022).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2023 foi de 729,74 GWh, o que representa uma variação de +2,9% do que em 2022, onde o saldo foi de 712,20 GWh (de notar que parte deste aumento se deve à integração das instalações do município de Setúbal na SIMARSUL). A autossuficiência energética do Grupo AdP manteve-se em 5,1% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2023, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2024) deverá atingir em 2023 cerca de 101 milhões de euros (+215,6% do que em 2022), que corresponde a cerca de +68,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado dos preços de energia de mercado elevados.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2023, os 190 veículos 100% elétricos (+59 do que em 2022) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,5 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 214 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 561 tep. Em termos de energia primária, a redução foi de 44,5% (-81,7 tep), e o consumo elétrico foi de 475 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de 475 toneladas (-83,5%).

No ano de 2023 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (≈1.600 veículos) consumiu cerca de 2,83 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -3,1% face a 2022 – ano em que foram consumidos 2,99 milhões de litros - e uma variação

de +1,2% face a 2021, ano ainda perturbado pela pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,80 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 7.766 l/dia em 2023 (em 2022 o consumo médio diário foi de 8.190 l/dia e em 2021 de 7.676 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2023 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,3 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -15,4% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +7,5% face a 2021 (2,5 milhões de euros, sem IVA incluído). A redução verificada na fatura de combustíveis deve-se à redução do preço médio dos combustíveis.

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis diminuiu face ao ano anterior: -19,0% no gasóleo e de -18,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos

mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados; e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia

renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo, também, investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Contexto Regulatório

Enquadramento regulatório

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

No que concerne à EPAL, o seu modelo de exploração assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em alta a 34 concelhos (excluindo Lisboa) e em baixa, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma CTA a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo, a beneficiar o serviço de abastecimento de água.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços

constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em alta e que é repercutida nos clientes em baixa da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

Durante o ano de 2023, as tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente

Regulação da qualidade do serviço

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da EPAL.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2023, no cumprimento da legislação, a EPAL implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela EPAL são também incluídos no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos (RASARP).

Em setembro de 2023, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022, foi divulgado pela ERSAR.

Regulação da interface com o utilizador

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

AS NOSSAS PESSOAS

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

No final de 2023 a EPAL tinha 1.058 trabalhadores/as, dos quais 416 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.038	1.058	1.058	0	0,0%
EPAL	644	642	642	0	0,0%
Gestão delegada AdVT	394	416	416	0	0,0%

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2021	2022	2023
Entradas	47	61	41
Saídas	34	41	41
Total	13	20	0

Em 2023 as saídas ocorridas foram compensadas por entradas no exato valor (41).

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.058 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2023, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.058 colaboradores, 779 são do sexo masculino (74%) e 279 do sexo feminino (26%).

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Homens	763	777	779	+2	+0,3%
Mulheres	275	281	279	-2	-0,7%

À semelhança dos últimos anos, continua a verificar-se a inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Efetivos	1.038	1.058	1.058	-	-
A termo	0	0	0	-	-

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL cifrou-se nos 48 anos.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Idade média	47	47	48	+1	+2,1%
Trab. Por estrutura etária	1.038	1.058	1.058	-	-
idade - <25	9	11	9	-2	-18,2%
idade - 25-34	73	86	82	-4	-4,7%
idade - 35-44	348	317	301	-16	-5,0%
idade - 45-54	323	368	393	+25	+6,8%
idade - >55	285	276	273	-3	-1,1%

A antiguidade média mantém-se em 17 anos.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Antiguidade média	18	17	17	-	-
Trab. por Antiguidade	1.038	1.058	1.058	-	-
antiguidade - <2	67	100	94	-6	-6,0%
antiguidade - 2-5	151	137	158	+21	+15,3%
antiguidade - 6-10	34	45	46	+1	+2,2%
antiguidade - 11-20	441	394	347	-47	-11,9%
antiguidade - >20	345	382	413	+31	+8,1%

A caracterização por categorias profissionais é a seguinte:

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Trab. por nível profissional	1.038	1.058	1.058	-	-
Quadros superiores	157	155	157	+2	+1,3%
Quadros médios	229	238	256	+18	+7,6%
Encarregados/mestres	21	18	20	+2	+11,1%
Altamente qualificados	138	137	132	-5	-3,6%
Qualificados	345	346	424	+78	+22,5%
Semi qualificados	148	164	69	-95	-57,9%

Cerca de 39% dos trabalhadores/as (415) detêm qualificações ao nível do ensino superior.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Trab. por nível habilitações	1.038	1.058	1.058	-	-
Ensino Básico	239	227	220	-7	-3,1%
Ensino Secundário	395	416	423	+7	+1,7%
Ensino Superior	404	415	415	-	-

No ano de 2023 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 13.823 horas de formação, tendo abrangido 1.960 participantes.

Formação	2021	2022	2023
N.º de horas de formação	11.065	12.996	13.823
N.º. Participantes	1.381	1.649	1.960

A Taxa de absentismo em 2023 foi de 3,59%, correspondente a 68.682 horas de ausência, sendo que cerca de 59% das horas foram remuneradas pela empresa.

Absentismo	2021	2022	2023
Taxa de absentismo	4,44%	4,33%	3,59%
Horas de Absentismo	82.754	82.215	68.682

Em 2023 ocorreram 34 acidentes de trabalho, dos quais 24 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2021	2022	2023
Total de acidentes de trabalho	42	47	34
Acidentes de trabalho com baixa	24	29	24

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

Índices de acidentes de trabalho	2021	2022	2023
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	16,62	19,74	18,44
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	12,00	14,10	13,02

TF=NA/HTx10⁶ | Tf=NAita/HTx10⁶

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal, tendo como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2023 as seguintes orientações estratégicas gerais, estabelecidas por Deliberação Unânime por Escrito, em 3 de novembro de 2023, as orientações estratégicas e indicadores de desempenho para o atual mandato onde deverá assegurar, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, que:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;

- Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - 1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - 1.3 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.4 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
 - 1.5 Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

- 2.2 Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4 Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
- 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3 No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
- 4.1 Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - 4.2 Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.3 Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

- 4.4 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
- 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
- 5.2 No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
- 6.1 Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
- 6.2 Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
- 6.3 Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
- 6.4 Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
- 6.5 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional

Circunstâncias Transitórias e Excecionais

O presente mandato da EPAL-Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A corresponde a um ciclo extremamente exigente em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimento suportado por fundos europeus.

Acresce a excecionalidade inerente ao contexto de guerra na Europa, com a necessidade imperiosa de neutralizar as repercussões na atividade corrente e de assumir uma função relevante de estabilização social, de alavanca na recuperação económica e indutora na evolução de paradigma da sociedade.

Não se dispondo ainda de informação completa em matérias sensíveis, pelo que não sendo possível projetar com objetividade e rigor algumas medidas de gestão a adotar para cabal cumprimento das presentes orientações, determina-se que os parâmetros de desempenho operacional, económico e financeiro possam vir a ser revistos num prazo de 12 meses.

A ATIVIDADE

Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 367 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação através da Academia das Águas Livres.

Atividade Operacional

PRODUÇÃO DE ÁGUA

O ano de 2023 foi caracterizado por alguma estabilidade ao nível da disponibilidade hídrica, contrariamente ao verificado no ano de 2022. Com efeito, os valores de precipitação registados no território de Portugal continental, particularmente no centro e norte do país, foram consistentemente superiores aos do ano de 2022, garantindo, deste modo, a necessária afluência de caudais às linhas de água, o que permitiu assegurar a disponibilidade de volumes nas principais origens de água da EPAL (albufeira de Castelo do Bode e rio Tejo).

Apesar da evolução favorável da disponibilidade de água nas origens da EPAL, constatou-se que o ano de 2023 foi considerado o mais quente de sempre em Portugal continental, pelo que as elevadas temperaturas registadas em longos períodos do ano conduziram à necessidade de dar continuidade ao reforço dos níveis de desinfetante residual, o qual é alvo de maior dissipação nestas condições ambientais, por forma a responder eficazmente as exigências de saúde pública.

A nível operacional, o ano foi marcado pelos preparativos para a realização da Jornada Mundial da Juventude (JM), que constituiu o maior evento já realizado no país em termos de número de visitantes, que se admite ter ultrapassado 1,5 milhões. Neste contexto, foi necessário realizar um conjunto de trabalhos e intervenções preparatórias, tendentes a adequar a capacidade de resposta da rede de distribuição de água às necessidades adicionais de água normalmente associadas a um evento da magnitude da JM.

Entre as iniciativas implementadas destaca-se a realização, no dia 20 de maio, de um Ensaio de Stresse em condições reais, envolvendo diferentes direções da EPAL, com o objetivo de avaliar o comportamento da rede de distribuição nas imediações do Parque Tejo, em cenários de elevado consumo, visando simular situações que pudessem vir a ocorrer no período da JM. Para o efeito, foram provocados vários incrementos de caudal, através de descargas controladas, tendo-se procedido, ao longo do ensaio, à monitorização da pressão de serviço nos pontos críticos (cotas mais elevadas), bem como à monitorização da evolução da qualidade da água. Os resultados do Ensaio permitiram validar a capacidade de resposta das infraestruturas face ao incremento dos caudais, o que veio a ser comprovado ao longo do evento real.

Por outro lado, em 2023 voltaram a registar-se dificuldades associadas ao fornecimento de alguns produtos químicos utilizados nos processos de tratamento, tendo pontualmente sido atingidas situações próximas da rotura de stocks, bem como o aumento do respetivo custo, como

consequência da crise de matérias-primas decorrente das guerras no leste da Europa e no Médio Oriente.

Não obstante os desafios decorrentes do já mencionado evento atípico e das condições adversas referidas, foi possível ajustar e adequar os processos de tratamento e as diferentes componentes do sistema de abastecimento de forma a assegurar a capacidade de resposta requerida pelos consumos excecionais que se registaram durante o período da JMJ. Foi também possível responder cabalmente às novas exigências preconizadas para a qualidade da água para consumo humano, designadamente as inerentes ao Decreto-Lei nº 69/2023, de 21 de agosto.

Origens

Ao longo do ano de 2023 foram utilizadas como origens principais as captações superficiais de água na Albufeira de Castelo do Bode (rio Zêzere) e no rio Tejo em Valada. Como origens complementares ou com importância, fundamentalmente, local ou regional, foram também utilizadas diferentes captações subterrâneas, designadamente: Lezírias, OTA e Alenquer, e ainda, no caso do sistema Oeste, as captações subterrâneas do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

Ciclo da Água

		2021	2022	2023	Variação 2023/2022
Água captada	m ³	221.716.595	225.064.451	233 422 570	3,7%
Castelo de Bode	m ³	160.420.110	161.152.938	176 317 339	9,4%
Valada Tejo	m ³	47.225.510	48.198.150	39 303 620	-18,5%
Capt. Subterrâneas	m ³	11.922.207	13.846.447	15 710 594	13,5%
Capt. Sistema Oeste	m ³	2.148.768	1.866.926	2 091 017	12,0%
Água tratada/produzida	m ³	221.384.388	224.600.916	232 984 416	3,7%
Castelo de Bode	m ³	160.415.215	161.147.632	176 312 240	9,4%
Valada Tejo	m ³	46.927.130	47.744.530	38 872 940	-18,6%
Capt. Subterrâneas	m ³	11.922.207	13.846.447	15 710 594	13,5%
Capt. Sistema Oeste	m ³	2.119.836	1.862.308	2 088 642	12,2%
Água Vendida	m ³	196.167.276	199.766.483	204 967 791	2,6%
Clientes Municipais/Multimunicipais	m ³	151.005.322	150.427.934	153 901 043	2,3%
Clientes Diretos	m ³	45.161.954	49.338.549	51 066 749	3,5%
Água não faturada (ANF)	m ³	25.549.318	25.297.978	28 454 779	12,5%
ANF na Rede de Distribuição	m ³	9.606.827	9.521.192	11 387 162	19,6%
ANF na Produção e Transporte	m ³	15.942.491	15.776.786	17 067 617	8,2%
Água não faturada	%	11,5%	11,2%	12,2%	0,9 p.p.
ANF na Rede de Distribuição	%	11,3%	10,9%	12,8%	1,9 p.p.
ANF na Produção e Transporte	%	7,2%	7,0%	7,3%	0,3 p.p.

O volume de água captada no ano de 2023 foi de 233,4 milhões de m³, superior em 8,4 milhões de m³ (3,7%) ao verificado no período homólogo.

A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 78% do total da água captada na Empresa.

A captação de Valada Tejo continuou a assumir um papel relevante no total de volume produzido, representando no corrente ano cerca de 17% do volume total.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apesar da subida verificada, apresentando um valor de 12,2%, que representa um aumento de 0,9 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior.

Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 27 Reservatórios e 23 Postos de Cloragem.

		2021	2022	2023	Variação 2023/ 2022
Comprimento Conduitas	km	695	696	696	-
Est. Tratamento Água	n.º	2	2	2	-
Est. Elevatórias	n.º	31	31	31	-
Reservatórios	n.º	27	27	27	-
Postos de Cloragem	n.º	23	23	23	-
Pontos de Entrega	n.º	188	190	193	+3

Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdinha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em emergências dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em emergências).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços "Alfragide-Caxias", "Caxias-Estoril" e "Estoril-Cobre", num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2023 verificaram-se 71 avarias em condutas na rede de adução, registando-se uma diminuição nas avarias em condutas da EPAL.

		2021	2022	2023	Varição 2023/2022
Avarias em Condutas na Rede de Adução	n.º	97	95	71	-24
Sistema EPAL	n.º	69	67	45	-22
Sistema Oeste	n.º	28	28	26	-2

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas no sistema de produção e transporte:

Subsistema Castelo do Bode:

Ao longo do ano de 2023, os níveis da Albufeira de Castelo do Bode variaram entre 110,2 m e 120,5 m. A recuperação do nível deu-se no início do ano, devido às fortes chuvas de dezembro de 2022 e de janeiro de 2023, permitindo que o nível médio anual registado tenha sido de 116,4 m, situação que se configurou bastante mais favorável (designadamente na perspetiva energética), face ao verificado em 2022, em que o nível médio foi de 109,7 m.

Foram realizadas diversas operações de conservação e limpeza de canais, caleiras e beneficiação de zonas funcionais da ETA de Asseiceira, nomeadamente em órgãos de tratamento da Linha 1 e da Linha 2, realçando-se as limpezas dos Saturadores de Cal e dos Flotadores.

No decorrer do ano de 2023 destacam-se:

- Realização de ensaios bimestrais do funcionamento da etapa de flotação da linha 1 na ETA de Asseiceira, com a duração de uma semana, com o objetivo de avaliar a sua operacionalidade, tendo-se registado diversas situações anómalas e condicionantes, que têm vindo a ser resolvidas;
- De março a novembro foram encaminhadas, para incorporação na indústria do cimento, 2.434 toneladas de lamas secas que se encontravam depositadas no parque de lamas da ETA;
- Em dezembro, com o apoio da AdP Valor, foram enviadas 526 toneladas de insolúveis de cal para a ETAR de Coimbra – Leiria, no âmbito de uma operação que terá continuidade no início de 2024;
- Durante o ano continuaram os trabalhos de upgrade do sistema Scada do Centro de Comando de Asseiceira, onde se mantém um posto de trabalho utilizador do sistema antigo em paralelo com dois postos de trabalho que utilizam o sistema novo;
- Na zona da AdVT – SSAA da Mendacha, gerida pelo Equipa do Centro Operacional do Médio Tejo, foi finalmente assegurado o reforço do abastecimento ao subsistema de Tomar a partir do subsistema da Choromela, tendo como origem a ETA da Asseiceira, originando a diminuição significativa do contributo dos volumes de água captados a partir dos furos da Mendacha, que apenas representaram 9% do volume anual entregue a este subsistema;
- Ao longo do ano foram sendo realizadas melhorias e beneficiações na operação do Médio Tejo, destacando-se a automatização e integração na telegestão de diversas variáveis de controlo do reservatório do Casal do Grilo e do reservatório da Atalaia. No município de Tomar, foram realizados diversos trabalhos de melhoria em condutas e órgãos de manobra, na Mendacha e na Choromela, tendo também sido dado início aos trabalhos finais de conversão do posto de

cloragem da Mendacha, que passará a utilizar Hipoclorito de Sódio em substituição do Cloro gás;

- Durante o ano realizaram-se os ensaios de estanquidade de todos os reservatórios do Médio Tejo, bem como as respetivas ações de Higienização, a cargo da equipa interna da EPAL;
- Na ETA de Asseiceira, devido à deficiente condição do revestimento da galeria de filtros da linha 1, foram limpas as paredes laterais e melhorada a imagem desta importante zona, tendo os trabalhos sido realizados em conjunto com a equipa da Higienização;
- Deu-se continuidade ao regular funcionamento do novo decantador de inertes de insolúveis de cal provenientes dos saturadores, tendo as operações sido realizadas em modo local e manual, mas com resultados positivos;
- Em dezembro foi realizado um simulacro da operação manual da ETA da Asseiceira, que envolveu a colaboração conjunta de diversas direções da EPAL. O simulacro teve como principais objetivos testar os procedimentos de emergência, em caso de ocorrência de situações anómalas, e avaliar a eficácia dos canais de comunicação internos, de forma a assegurar a continuidade do processo de tratamento da água na ETA.

Subsistema Tejo:

No ano de 2023 a qualidade da água do rio Tejo foi considerada regular, o que permitiu dispensar a tomada de medidas excecionais.

Em 2023 as principais atividades foram as seguintes:

- alterados os circuitos das tubagens de injeção de insolúveis de cal, passando a dosagem a processar-se diretamente para a “saia” dos saturadores de cal;
- procedeu-se à manutenção do sistema de neutralização de fugas de cloro. Como tal, foi recolhido e encaminhado para destino final o produto químico Hidróxido de Sódio, efetuada a limpeza da respetiva cuba e colocado novo produto (Hidróxido de Sódio), tendo ainda sido concretizadas a impermeabilização da cuba de retenção e a colocação dos grupos eletrobomba em local de maior acessibilidade;
- colocado em funcionamento o novo sistema Scada no Centro de Comando de Vale da Pedra, viabilizando o controlo remoto dos Sistemas Autónomos do Oeste a partir do mesmo, com o complemento do trabalho no terreno da equipa do Posto Móvel de Vale da Pedra;
- instalado um variador de velocidade no agitador da cuba de mistura rápida da linha de tratamento 1, dispondo os dois agitadores da possibilidade de parametrizar a respetiva

velocidade. Além da poupança energética proporcionada, a medida permitiu ultrapassar as anomalias no que diz respeito à vibração que se verificavam na estrutura;

- lavagem e higienização dos decantadores 1 e 2 da linha de tratamento 1;
- Em abril, maio, junho e setembro foram encaminhadas, para incorporação na indústria do cimento, 1.940 toneladas de lamas secas que se encontravam depositadas no parque de lamas da ETA de Vale de Pedra.

Zona Oeste:

Durante o ano em apreço destaca-se a realização das seguintes atividades:

- beneficiação do edifício da captação de água RA1;
- operacionalização do grupo submersível do furo 4 do Reguengo Grande;
- beneficiação do posto de cloração com Hipoclorito de Sódio do Bairro da Senhora da Luz, nomeadamente pela alteração de bomba doseadora e alteração do ponto de injeção de Hipoclorito de Sódio, utilizando-se para o efeito válvulas de funcionamento automático em sincronia com os grupos elevatórios;
- beneficiação da Estação Elevatória do Bairro da Senhora da Luz, nomeadamente, através da substituição dos autómatos e colocação de displays no Quadro Elétrico;
- trabalhos de melhoria de condições de acesso e de segurança às caixas de alguns pontos de entrega, mediante a colocação de pega articulada, nomeadamente na Palmeira, nos Capuchos e em Évora de Alcobaça;
- trabalhos de beneficiações na Pena Seca, nomeadamente colocação de painéis fotovoltaicos, uma vez que não existe energia elétrica no local. No seguimento desta beneficiação, foi possível dispor de nível do reservatório, com sinal incorporado no sistema Scada;
- beneficiações em Figueiros, nomeadamente ao nível da medição de caudal dos grupos elevatórios;
- colocação de analisador de cloro e turvação no Casal da Galharda, melhorando o controlo da qualidade da água entregue;
- beneficiações em diversos pontos de amostragem, nomeadamente na Arrifana, no Reguengo Grande, na Capeleira, em Mosteiros, nas Gaeiras e na Paraventa;
- beneficiações nas estações elevatórias e reservatórios, com a substituição das UPS por sistemas da "Vitron" equipados com carregadores de bateria e inversores (quando aplicável), para socorrer os autómatos, medidores de caudal e de nível e *modem's*, para que se mantenham em funcionamento, em caso de falha de energia.

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m); e
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 161 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.452 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 105,2 mil ramais de abastecimento, 13 reservatórios e 11 estações elevatórias.

		2021	2022	2023	Variação 2023/2022
Comprimento da Rede	km	1.448	1.449	1.452	+3
Est. Elevatórias	n.º	11	11	11	-
Reservatórios	n.º	13	13	13	-
Ramais	n.º	104.009	104.285	105.183	+ 898
Zonas Altimétricas	n.º	4	4	4	-

		2021	2022	2023	Variação 2023/2022
Avarias em Conduatas na Rede de Distribuição	n.º	426	425	389	-36
Avarias em Conduatas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.º	29	29	27	-2
Roturas em Ramais	n.º	542	503	546	+43

Registou-se no ano de 2023, uma diminuição de cerca de 8,5% nas avarias em condutas de rede de distribuição (-36 avarias), e o número de roturas em ramais aumentou igualmente em cerca 8,5% (+43 roturas).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 27 avarias/100 km rede/ano, inferior ao verificado no ano anterior.

QUALIDADE DA ÁGUA

A Direção de Laboratórios (LAB) é o órgão da Empresa responsável pelo controlo analítico/monitorização da qualidade da água ao longo dos sistemas de abastecimento da EPAL (incorporando as componentes de captação, tratamento, adução e distribuição), manteve durante o ano de 2023, uma das atividades consideradas prioritárias para a continuidade do negócio da Empresa - a verificação da qualidade/segurança da água produzida e distribuída.

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA).

Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa, nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e nos pontos de entrega a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

No que respeita aos Pontos de Amostragem:

Controlo Legal

No âmbito do controlo legal foram efetuadas, no ano 2023, colheitas em 1 625 pontos de amostragem:

- 1 452 pontos de amostragem nas torneiras de Clientes;
- 165 pontos de amostragem instalados nos locais de entrega de água às Entidades Gestoras, sendo que o sistema de abastecimento de água da EPAL fornece água em alta a 31 Entidades Gestoras através de 194 locais físicos (pontos de faturação);
- 8 pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras.

Controlo Operacional/Vigilância

No âmbito do controlo operacional foram efetuadas colheitas em 352 pontos de amostragem:

- 178 pontos fixos de amostragem na rede de distribuição da cidade de Lisboa;
- 112 pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte;
- 62 pontos de amostragem instalados nas origens de água.

Controlo dos Processos de Tratamento

No âmbito do controlo de processo, foram efetuadas colheitas em 42 pontos de amostragem representativos das diferentes etapas do processo de tratamento de água instalado na ETA da Asseiceira e na ETA de Vale da Pedra, bem como dos respetivos efluentes e lamas.

Controlo dos Produtos Utilizados no Tratamento de Água

No âmbito do controlo de produtos utilizados no tratamento de água, foram efetuadas colheitas em 61 pontos de amostragem representativos do controlo dos produtos de tratamento utilizados na ETA da Asseiceira, na ETA de Vale da Pedra e no Sistema de adução e distribuição da EPAL.

Já no que se refere às determinações realizadas, durante o ano 2023, foram colhidas 14.554 amostras de diferentes matrizes no âmbito do PCQA, sendo que 6.780 amostras de água para consumo humano, águas superficiais e águas subterrâneas foram colhidas para cumprimento do implementado no âmbito do controlo legal e do controlo operacional/vigilância e 7.774 amostras foram colhidas para cumprimento do definido no controlo de processo (água, efluentes e lamas) e controlo dos produtos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Foram realizadas 207.964 determinações de parâmetros, das quais cerca de 962 determinações foram contratadas a laboratórios externos, o que corresponde a cerca de 0,5% do total de determinações realizadas no âmbito do PCQA.

Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição de determinações pelas diferentes componentes do controlo da qualidade, bem como a respetiva evolução do ano 2021 ao ano 2023:

	N.º de Determinações de Parâmetros		
	2021	2022	2023
Controlo Legal			
Clientes Diretos através da Adução	717	721	748
Entregas a Entidades Gestoras	18 450	17 444	17 151
Torneiras de Consumidores na Cidade de Lisboa	13 456	12 728	13 644
Subtotal	32 623	30 893	31 543
Controlo Operacional/Vigilância			
Origens (superficiais e subterrâneas)	12 109	12 700	13 737
Sistema de Adução (desde saída das ETA)	60 155	68 000	68 139
Rede de Distribuição (Pontos fixos)	22 961	27 745	29 495
Subtotal	95 225	108 445	111 371
Controlo de Processo			
(Água, Efluentes e Lamas)			
ETA da Asseiceira	13 199	13 464	12 196
ETA de Vale da Pedra	51 322	50 040	51 339
Subtotal	64 521	63 504	63 535
Controlo de Produtos de Tratamento			
ETA da Asseiceira	22	189	112
ETA de Vale da Pedra	1 097	944	993
Sistema de Adução/Distribuição	6	105	410
Subtotal	1 125	1 238	1 515
Total	193 494	204 080	207 964

Nota: Dados obtidos à data da elaboração do Relatórios e Contas

Decorrentes de solicitações pontuais das áreas operacionais da EPAL, entre as quais solicitações no âmbito do tratamento de Reclamações da Qualidade da Água, de Processos de Incumprimentos de Valores de Alerta e de Valores Paramétricos/Recomendados, de operações de Lavagem e Desinfecção de Conduitas e de Reservatórios, arranque de novas origens, etc., foram colhidas cerca de 2.826 amostras que originaram 33.859 determinações de parâmetros.

Avaliação da Qualidade da Água

a) Qualidade da água nas origens

Captações superficiais

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A3 para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais, Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados e Oxigénio dissolvido e na Classe A1 para os restantes parâmetros. No entanto, a ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe A3 para os parâmetros Coliformes fecais, Coliformes totais e Substâncias extraíveis com clorofórmio, na Classe superior a A2 para o parâmetro Salmonelas, na Classe A2 para os parâmetros Estreptococos fecais, Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados e Manganês, na Classe superior a A1 para o parâmetro Sólidos suspensos totais e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem igualmente instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade da água.

b) Qualidade da água fornecida/distribuída

Água distribuída na cidade de Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,29% (40 incumprimentos) das determinações de parâmetros realizadas nas torneiras dos consumidores.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,09% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (27 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrências de incumprimentos nas torneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conforme se devem a problemas das redes prediais.

Água entregue em Alta

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,14% de valores não conformes (22 incumprimentos).

EPAL - Indicador AA04 da ERSAR - Água Segura

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a EPAL obteve os seguintes resultados:

Sistema de distribuição	Água Segura (%) - EPAL		
	2021	2022	2023
Em baixa	99,09	99,29	99,60
Em alta	99,75	99,72	99,86

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da Empresa.

Divulgação de dados

No sítio www.epal.pt são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Adicionalmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio trimestral a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

Plano de segurança da água

Durante o ano de 2023, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Plano de Segurança da Água (PSA) da EPAL:

- Submissão no portal do regulador (ERSAR) da análise de perigos e avaliação/gestão do risco referente a aspetos/impactos na “Qualidade da água”. Devido ao novo diploma legal foi solicitado pelo Regulador (ERSAR) a reimportação de todas as avaliações de risco para a atualização de parâmetros de acordo com o Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.
- Compilação e tratamento de dados analíticos relativos à qualidade da água do ano 2022, contemplando as componentes da monitorização operacional e legal do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), no formato definido pelo Regulador.
- Submissão no portal da ERSAR destes dados para suportar as avaliações de risco bem como para a definição de parâmetros/frequências a incluir no PCQA da EPAL de 2024.

c) Colaboração às Jornadas Mundiais da Juventude

O ano de 2023 foi marcado pela presença da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa.

Para a EPAL, o desafio e a responsabilidade de distribuir água de consumo a todos os peregrinos, mantendo a qualidade de serviço a todos os seus clientes, foram elevados a um patamar ainda mais exigente.

A Direção de Laboratórios ajudou a desenvolver e colocou em prática, um Plano de Contingência que permitiu monitorizar com uma frequência mais apertada a qualidade da água em pontos de amostragem estratégicos do sistema de abastecimento da EPAL: Saídas das Estações de tratamento de água (ETA), Entradas de água em Lisboa, Reservatórios de armazenamento de água em Lisboa e Ourém e Pontos de entrega a Entidades Gestoras, entre outros pontos de amostragem próximos de eventos com uma afluência de peregrinos de maior expressão (ex. Cidade da Alegria em Belém, Parque Eduardo VII e Parque Tejo).

Ainda no decorrer do mês de maio, período anterior e preparatório à JMJ, foi realizado um Stress Test que pretendia simular o caudal máximo estimado a ser distribuído nos dias de maior afluência ao Parque Tejo, bem como o impacto na qualidade da água aí distribuída. Neste âmbito, foram

colhidas amostras de água para avaliar/monitorizar a sua qualidade em cada incremento de caudal realizado e após reposição da normalidade de exploração.

Neste exercício estiveram envolvidos 6 Técnicos de Amostragem, realizando a colheita de um total de 67 amostras que deram origem a 5 033 análises realizadas em Laboratório.

Durante a semana da JMJ e nas três semanas que a antecederam, foram ainda realizados controlos adicionais ao incremento de monitorização já implementado no âmbito do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), de modo a garantir que o aumento do consumo de água não conduzia a uma variação da qualidade da água distribuída.

Neste contexto, foram colhidas 118 amostras adicionais que produziram um total de 4 280 análises realizadas na Direção de Laboratórios da EPAL.

ATIVIDADE COMERCIAL

No âmbito do fortalecimento do relacionamento com os clientes estratégicos da cidade de Lisboa e visando uma maior proximidade, foram promovidas diversas reuniões com hospitais, hotéis, faculdades, entre outros, potenciando uma maior articulação e acompanhamento dos assuntos. De igual modo foram realizadas diversas reuniões com as juntas de freguesia da cidade, as quais revelaram-se profícuas no que concerne ao esclarecimento de dúvidas existentes por parte destas entidades, bem como serviu para promover a apresentação dos nossos produtos e serviços, nomeadamente do waterbeep.

A este propósito a empresa manteve em 2023 a divulgação e apresentação do serviço waterbeep, reforçando a sensibilização junto dos clientes para a realização de um maior controlo e monitorização dos seus consumos, assegurando, assim, a sua otimização e minimizando perdas de água e gastos desnecessários.

A área comercial promoveu durante o ano diversas campanhas com o principal objetivo reforçar a mensagem de confiança na água da rede pública, e apelar ao seu consumo consciente, contribuindo para um melhor Ambiente para todos.

Salienta-se a parceria com a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, estabelecendo-se uma campanha de divulgação sobre a qualidade da água denominada: "A água da EPAL é uma escolha Segura e Sustentável". Esta campanha pretende alcançar os turistas que diariamente visitam a cidade, dando a conhecer que a EPAL abastece 1/3 da população nacional, incluindo Lisboa e que são realizadas cerca de 300 mil análises por ano, com vista ao controlo de qualidade, nas quais mais de 99% em conformidade com os requisitos legais. Esta iniciativa traduz o empenho da EPAL na aproximação ao segmento da hotelaria, com vista à adoção de melhores práticas de gestão da água nos hotéis de Lisboa, abrangendo o incentivo ao consumo de água da rede pública e ao seu uso eficiente.

Em 2023 manteve-se a monitorização em contínuo efetuada pela EPAL através do WONE, permitiu à empresa poder comunicar e, conseqüentemente, alertar diversos clientes estratégicos para a existência de potenciais roturas nas respetivas redes de abastecimento. Este trabalho permitiu, com elevado grau de eficácia, que os clientes identificassem as respetivas fugas e, por conseguinte, a redução das perdas, aumentando significativamente a eficiência na utilização de um recurso essencial como a água.

Na esfera dos serviços de apoio a clientes, à semelhança do ano anterior, a área de Atendimento a Clientes manteve a tendência de atendimentos maioritariamente via telefónica (*contact center*) e por escrito (e-mail, carta). O atendimento presencial efetuado nas Lojas do Cidadão e da Sede é o menos requerido.

Em 2023, foram atendidos telefonicamente 274 mil clientes da EPAL, sendo este o meio mais representativo no total de atendimentos do ano. A exemplo do que já tinha ocorrido no ano anterior, o contacto por meio escrito, na generalidade e-mail, manteve-se como o 2.º canal de contacto mais procurado pelos nossos clientes, com a receção de cerca de 171 emails e cartas. No atendimento presencial, em 2023, foram atendidos 74 mil clientes nas Lojas da Sede e da Loja do Cidadão. No total foram atendidos cerca de 519 mil clientes da EPAL pelos meios de contacto presencial, telefónico e escrito.

Preconizando a melhoria contínua do serviço que prestamos, em 2023 implementou-se um novo meio de comunicação com o cliente, através de um CHAT disponível no site da EPAL em “Fale connosco”. Este meio permite ao cliente submeter as suas questões, de forma simplificada, sendo o tratamento deste canal assegurado pela equipa do *Contact Center*, tornando a resposta mais célere às questões colocadas pelo cliente. Neste ano foi ainda implementada no *Contact Center* uma nova metodologia de triagem dos e-mails provenientes de clientes e do site da EPAL. Esta funcionalidade, suportada na plataforma de atendimento telefónico comunica, automaticamente com o AQUAmatrix permitindo ganhos de automatismo na identificação do cliente e na tipificação do assunto.

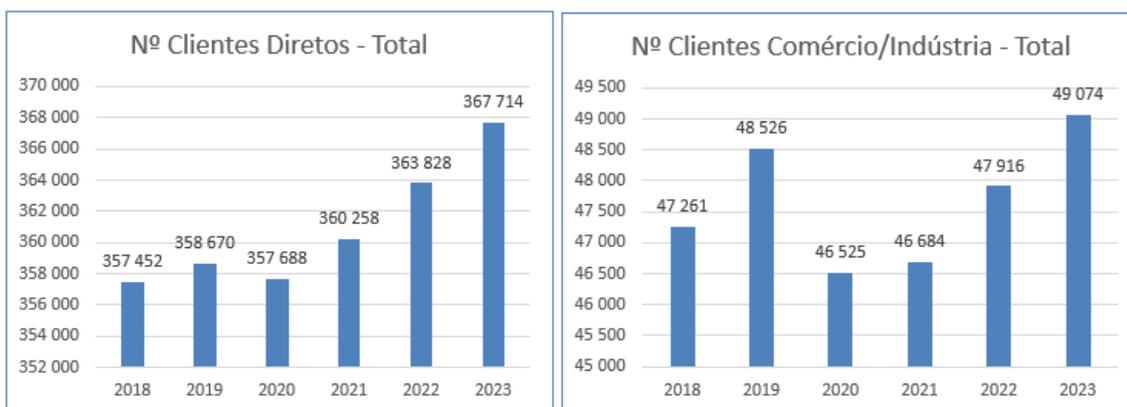
Na área de assistência local aos clientes, foram realizadas 700 mil leituras, tendo sido possível alcançar 78,5% de realização na leitura primária. No final do ano, a monitorização de locais de consumo contava com 1.839 mil locais com waterbeep ativo, e 4.497 locais com telemetria instalada. De salientar a instalação de telemetria com protocolo LPWAN-AfE-EA num condomínio da zona do Lumiar (cerca de 280 contadores), com vista a se proceder à realização de um estudo dos consumos medidos (totalizador e diferenciais), que permita o apuramento de eventuais desvios ou fugas de água.

Ainda no decorrer do ano, foi implementada uma solução informática, no âmbito do projeto da leitura por foto, que prevê o reconhecimento automático dos caracteres/dígitos. No total foram enviados 91.781 e-mails a clientes sem leitura da Empresa há mais de 6 meses, tendo-se obtido uma resposta de 45.109 e-mails, com fotos de contadores, a que corresponde uma taxa de 49,1%, que permitiu avaliar a medida implementada.

A área de faturação e cobrança continua a apresentar uma melhoria dos indicadores de faturação e cobrança, os quais foram fortemente afetados pela pandemia COVID-19, embora a dívida tenha tido um acréscimo face ao período homólogo, em parte relacionado quer com o aumento do número de clientes, quer com o aumento verificado dos volumes e valores faturados em 2023.

Em 2023 verifica-se um aumento de 1,1% no nº de clientes diretos da EPAL. No final de 2023 a EPAL tinha 367.714 clientes o que representa um acréscimo de 3.886 clientes face ao ano anterior, e para o qual contribuíram essencialmente os segmentos Doméstico (+2.676) e Comércio/Indústria (+1.158). No que respeita ao segmento Comércio/Indústria, continuou a registar-se um acréscimo, tendo já ultrapassado os valores pré-pandemia.

De referir que no final de 2023 a EPAL tem 5.138 clientes com tarifa social e 2.689 clientes com tarifa familiar da água.



Regista-se por fim que em 2023 continuou a tendência de aumento de faturas enviadas por e-mail. Das cerca de 3,2 milhões de faturas emitidas, 52% foram enviadas através do envio eletrónico de fatura, verificando-se um acréscimo face a 2022, cuja percentagem tinha sido de 49%.

Relativamente à área de novos sistemas de ligação, verificou-se uma redução nos novos processos de ligação face ao ano anterior, com totais inferiores aos que se verificaram antes da Pandemia.

Relativamente às restantes atividades inerentes aos licenciamentos de redes prediais, não se verificaram variações significativas. Salienta-se o aumento de 4% na emissão de "Certificados de Exploração da Instalação de Rede de Águas".

Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km², com cerca de 2,9 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente são cerca de 368 mil, verificando-se a manutenção da tendência que se registou no ano anterior, com um aumento em 2023 de 3.886 clientes (+1,1%).

		2021	2022	2023	Varição 2023/2022
Clientes Municipais (municípios diretamente abastecidos)	n.º	17	17	17	-
Clientes Multimunicipais	n.º	2	2	2	-
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	n.º	360.258	363.828	367.714	1,1%
Domésticos	n.º	306.994	309.182	311.828	0,9%
Comércio e Indústria	n.º	46.684	47.916	49.074	2,4%
Estado, CM Lisboa e Embaixadas	n.º	2.306	2.415	2.526	4,6%
Instituições	n.º	4.272	4.313	4.284	-0,7%
Unidades Militares	n.º	2	2	2	-
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	-
Número de consumidores	n.º	2.876.464	2.875.941	2.915.640	1,4%
Lisboa	n.º	545.923	545.796	548.703	0,5%
Municípios	n.º	2.330.541	2.330.145	2.366.937	1,6%
Área total abastecida	km ²	7.095	7.095	7.095	-
Lisboa	km ²	100	100	100	-
Municípios	km ²	6.995	6.995	6.995	-

⁽¹⁾ INE - População residente na área abastecida - período refº 2022

⁽²⁾ Área em Km² (ano de referência 2022)

Vendas

Volume vendido

Em 2023 o volume vendido ascendeu a 205,0 milhões de m³, que representa um aumento de 5,2 milhões de m³ (+2,6%) face ao volume vendido em 2022.

		2021	2022	2023	Varição 2023/2022
Volume total vendido	m ³	196.167.276	199.766.483	204.967.791	2,6%
Clientes Diretos	m ³	45.161.954	49.338.549	51.066.749	3,5%
Clientes Municipais	m ³	117.840.339	116.947.511	118.748.675	1,5%
Clientes Multimunicipais	m ³	33.164.983	33.480.423	35.152.368	5,0%

Níveis de Serviço

A duração das suspensões de serviço com impacto em Clientes registou um acréscimo no ano de 2023, de 10,2% face ao período homólogo.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2021	2022	2023	Varição 2023/2022	
Por tempo (h)	2.398	3.095	3.412	317	10,2 %
Total Produção e Transporte	793	1.074	1.428	354	32,9%
Programadas	793	1.024	1.428	403	39,4%
Não programadas	-	50	-	-50	100,0%
Total Distribuição	1.605	2.021	1.948	-37	-1,8%
Programadas	295	472	317	-155	-32,8%
Não programadas	1.310	1.549	1.667	118	7,6%
Por quantidade	628	650	651	1	0,2%
Total Produção e Transporte	62	98	82	-16	-16,3%
Programadas	62	93	82	-11	-11,8%
Não programadas	-	5	-	-5	100,0%
Total Distribuição	566	552	569	17	3,1%
Programadas	80	81	100	19	23,5%
Não programadas	486	471	469	-2	-0,4%

Eficácia do serviço	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	47	73	57	-16	-21,9%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	132	165	169	4	2,4%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	18	24	11	-13	-54,2%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	4	3	12	9	300,0%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	60	101	95	-6	-5,9%

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – AQUAmatrix:

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, e tem vindo a desenvolver-se e a comercializá-lo a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Ao longo dos anos tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

Durante o ano de 2023, o AQUAmatrix foi implementado no Município da Batalha e nos SMAS de Almada, e teve como principais projetos estruturantes, a migração tecnológica do AQUAmatrix, a certificação como software de Faturação em Cabo Verde, o início do Projeto de certificação ISO27001, a melhoria no processo do reconhecimento de Leituras por Foto, o início da implementação da AEB, Ilha da Boa Vista, e no N'Dalatando, Cuanza Norte – Angola, o interface com o meio de Pagamento PAYPAY e PAYSHOP, a implementação de coordenadas geográficas a nível dos locais, e a melhoria no processo automático para envio de SMS nomeadamente com a inclusão da categorização de Prioridade

Neste momento, o AQUAmatrix está presente em 48 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 103 municípios em Portugal e 11 municípios nos Países de Língua Portuguesa. Assim, no final de 2023, apresenta uma quota de mercado nacional de 47,8% com 2,6 milhões de clientes finais em Portugal, considerando o universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em 4 municípios de Angola, Ilha de Santiago e Ilha do Maio em Cabo Verde e nas Águas da região de Maputo, o que perfaz cerca de mais 170 mil clientes finais.

Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante este último ano foram efetuadas prestações de serviços para 18 entidades, das quais 8 são entidades gestoras de distribuição de água e as restantes 10 são entidades públicas e privadas com redes de abastecimento internas. Os trabalhos realizados envolveram a realização de campanhas de deteção de fugas de água, a disponibilização de licenças do software de gestão de perdas WONE e alguns trabalhos de consultoria.

Atualmente existem 13 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água, constatando que em 2023 se verificou acréscimo de contactos recebidos por parte de potenciais clientes, sobretudo privados, solicitando informações a colaboração da EPAL na prestação de serviços de deteção de fugas.

Refira-se que 71% do serviço prestado é realizado em Entidades Gestoras (diretas e serviços municipalizados), o que representa o papel determinante do serviço WONE no combate às perdas no setor.

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:

O waterbeep® é um serviço através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

Lançado em 2013, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com mais de 28 mil adesões, das quais 89,7% são referentes ao waterbeep home, 8,5% ao waterbeep plus, 1,6% ao waterbeep pro e 0,2% ao waterbeep premium.

Em 2023, o waterbeep foi promovido em diversas iniciativas, nomeadamente, no 1º *Connect Hospitality Market Place* da AHP, para os associados e parceiros, onde os fornecedores e as empresas hoteleiras tiveram a oportunidade de participar em reuniões individuais, criar e fazer crescer novos negócios e envolver-se nos diversos momentos de networking.

De salientar ainda que se realizaram diversas palestras nos organismos públicos e privados com o tema “O Valor da Água”, nas quais foi promovida a modalidade waterbeep home e waterbeep plus, que disponibiliza ao cliente informação sobre o consumo da água e lhe permite comunicar a leitura do contador com validação online.

A EPAL deu, ainda, continuidade a diversas campanhas de promoção deste serviço, com destaque para a campanha “Serviços + Eficientes +Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes”, onde foram promovidas as modalidades deste serviço.

O waterbeep foi ainda divulgado no site EPAL e nas Redes Sociais da EPAL, tendo inclusive sido assinalado o seu 10º aniversário no mês de dezembro através de uma publicação.

Billmeter®




O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

Fill Forever:

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. “Leve no preço. Leve no ambiente”.

Para além de ser um produto disponível para venda, é manifestamente um dos veículos de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer, na sensibilização do consumo da água da rede pública.

O forte impacto junto da comunidade tem feito desta garrafa reutilizável um instrumento primordial para conferir sustentabilidade a ações e eventos, para além de promover a qualidade e excelência da água que produz.

a EPAL foi parceira sustentável dos seguintes eventos e atividades, através das suas garrafas Fill Forever: AdP – Águas de Portugal, Instituto Superior Técnico, Casa do Pessoal da EPAL, Clube Juventude Sport Clube de Évora, Universidade Lusófona, GNR, Espetáculo internacional “Face T(w)o” promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, Showcooking Dia Nacional da Água - Centro de Interpretação de Monsanto, Super Bock em Stock, 48 Hour Film Project, X Red Bull Francamente e Filmagens da longa-metragem: “O Presidente do Conselho”

Em 2023, estas garrafas continuaram a ser comercializadas nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira é mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.



Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.



A garrafa de assinatura de Álvaro Siza exclusiva da EPAL continuou a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL cativando o interesse de particulares e empresas.

Lisbon Tap Water Bottle:

A Lisbon Tap Water é uma garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

Pensada para espaços onde são realizados Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a *Lisbon Tap Water* apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de 1 litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais.

Durante o ano de 2023, continuou a registar-se o interesse dos consumidores e de empresas que pretendem adquirir uma peça que evoca a sustentabilidade do consumo de água da torneira.

Garrafa de barro COOL



COOL - Água "Naturalmente Fresca" é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.

As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como a única energia despendida proveniente das mãos do seu criador.

Esta peça está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL e plataforma *online* Planetiers.

Jarro Gota



O jarro Gota é o resultado da parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses há mais de um século. Com o mote “Se queres água toma”, inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

O jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária. Depois do sucesso do Jarro Gota Original (verde), lançado no dia 1 de outubro de 2020, Dia Nacional da Água, foram lançadas 7 novas cores no Dia Nacional da Água, que representam a ideia de diversidade e inclusão, usando algo da natureza para representar questões de direitos humanos. Quando o sol brilha sobre gotículas de água suspensas no ar, acontece um fenómeno que todos conhecemos como arco-íris. Embora não sejam as suas cores reais e não sejam 7, mas sim 8, os novos Jarros Gota personalizam este encontro entre a água e o sol.

A água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do ambiente, e o jarro Gota, peça exclusiva que acolhe a água, juntas celebram o Ambiente, a cerâmica portuguesa, a produção nacional de qualidade, e o convívio tão característico e essencial das mesas das famílias portuguesas.

Esta peça foi apresentada no Dia Nacional da Água, em 2021, e está, disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Chávenas de café “Bicas com História”



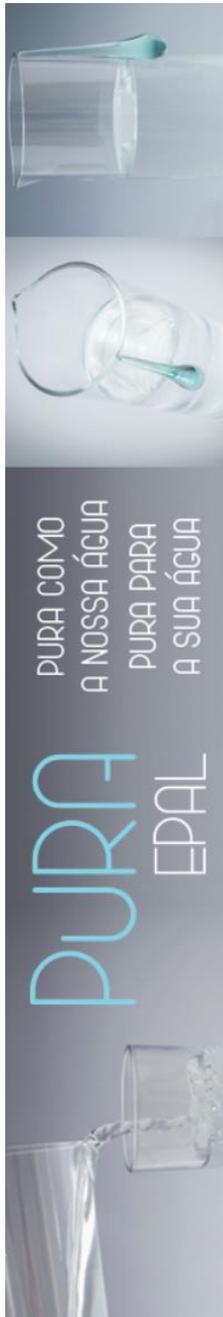
Uma coleção de 4 chávenas de café que representam os 4 núcleos do Museu da Água e coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

A coleção de chávenas de café, resulta de uma parceria entre a EPAL e a Vista Alegre, duas marcas intimamente associadas à História e à vida cultural portuguesas.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a melhor água e a Vista Alegre com as mais bonitas porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres; Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos; Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

Esta peça foi lançada em 2020, e está disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

Jarro PURA



O Jarro PURA é um jarro cujo objetivo é o de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira. A melhor. A mais sustentável.

A EPAL e a Atlantis/Vista Alegre criaram o Jarro PURA, cujo nome nos remete para o cristalino, para a importância da transparência, da confiança, em oposição ao opaco, à escuridão e à sombra.

O PURA é totalmente manufaturado e verdadeiramente único e original. Tal como a água e as suas gotas, não há dois jarros iguais, o que reforça o carácter exclusivo de cada peça.

Pela forma como é executado, sem recurso a moldes, é uma peça que só pode passar pelas mãos de verdadeiros e talentosos artesãos com vasta experiência na arte de trabalhar o vidro.

Assim como a água, o vidro tem a característica de não esconder, de se expor, de se mostrar e de se revelar, deixar-se atravessar pela luz, não ocultando o que está atrás de si. O Jarro PURA vem juntar-se à coleção de jarros e garrafas de água, partilhando o objetivo comum de sensibilizar a sociedade para o consumo de água da torneira.

A comercialização deste Jarro arrancou em 2021, sendo que o mesmo poderá ser adquirido no Museu da Água da EPAL e nas Lojas EPAL.

Bule AQUA NOVA

Pelo cunho pessoal de uma princesa portuguesa do século XVII – Dona Catarina de Bragança – o consumo de chá ganhou tradição, vindo a tornar-se a bebida da moda, primeiro em Inglaterra, e depois na Europa do século XVII, marcando os hábitos e costumes de gerações ao longo de séculos.

De regresso a Portugal, após a morte do marido, a rainha-consorte de Inglaterra seria a tutora de D. João V, seu sobrinho-neto, mentor da construção do Aqueduto das Águas Livres. Sendo uma bebida muitíssimo apreciada na Lisboa antiga, certamente confeccionada com a água que chegava à cidade através do Aqueduto, foi prestada uma homenagem com o novo Bule AQUA NOVA da COSTA NOVA.

O novo bule, recebe o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres, pretendendo ser também uma ode simbólica ao mar e a uma das obras de arquitetura mais emblemáticas e que mais contribuiu para o desenvolvimento da capital.

O Bule AQUA NOVA é uma peça pioneira feita em grés reciclado, a partir da matéria-prima que constitui uma marca própria – o EcoGres®, tornando-a ainda mais eficiente e ecológica, incorporando totalmente a circularidade do reaproveitamento.

Lançado em 2022, é possível encontrá-lo nas Lojas EPAL e nos Núcleos do Museu da Água.

Garrafa Souto Moura - Alma Mater by EPAL:

Lançada em 2023, esta peça de assinatura de Eduardo Souto Moura, um dos mais ilustres arquitetos da atualidade, detentor do Prémio Pritzker, é projetada numa conceção circular e constituída, também, por inúmeras circunferências, que se unem para compor uma peça exclusiva, minimalista no desenho, mas grandiosa na sua missão de acolher a água da torneira.

Os seus círculos representam o conceito circular que vemos em tudo o que nos rodeia.

O ciclo da água, o ciclo da vida, a transformação por que tudo passa para que se assegure a continuidade.

É essa circularidade que também devemos adotar em tudo o que fazemos. Só assim será possível continuar a usufruir das dádivas da natureza que, sendo finitas, devem ser respeitadas e usadas com consciência.

A Alma Mater, produzida pelo Depósito da Marinha Grande, uma marca de referência no nosso País, é feita de vidro, matéria-prima que dá forma a uma garrafa harmoniosa e ímpar, um objeto de autor que nos acompanha em todos os momentos.

A garrafa de assinatura de Souto Moura exclusiva da EPAL tem a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

Academia das Águas Livres



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL 2013, na sequência de uma lacuna em Portugal ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor. A oferta formativa disponibilizada inclui três cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, no âmbito do Sistema de Acreditação da Formação Contínua para Engenheiro, e também um curso reconhecido pela RELACRE.

Em 2023, para além das ações de formação dedicadas à Pós-graduação em Tecnologias e Gestão da Água, destaca-se a implementação de novos cursos, ampliando a oferta nas áreas de Operação, Manutenção, Desenvolvimento Pessoal e Informática. Pela primeira vez, foram implementadas ações de formação dos cursos “Influência, Persuasão e Gatilhos Mentais”, “Produtividade e Comunicação com Técnicas de PNL” e “Power BI”. A Academia realizou durante o ano 74 ações de formação, sendo que o nível de satisfação foi elevado, tendo atingido uma média de avaliação das ações de formação de 3,68, numa escala de de 1 a 4, refletindo a qualidade e eficácia dos programas que a AAL tem oferecido ao longo dos anos,

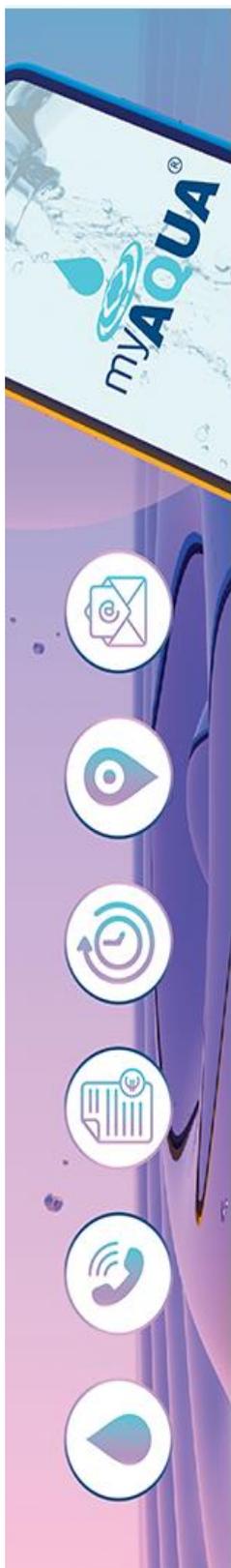
Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, “a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída”.

A Direção de Laboratórios da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2023, no âmbito das 31 prestações de serviços a clientes externos à EPAL, foram colhidas/rececionadas 2.430 amostras de água para análise, correspondentes a 9.631 determinações de parâmetros.

myAQUA:

O myAQUA® é uma aplicação desenvolvida pela EPAL para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com um único código de acesso.

A aplicação myAQUA foi reforçada recentemente com novas funcionalidades, proporcionando ao Cliente cada vez mais autonomia e facilidade na gestão do seu contrato. Esta já dispõe de autenticação.gov permitindo, assim, aceder à aplicação através da Chave Móvel Digital. Caso a versão do smartphone o permita, o Cliente também pode efetuar o login por *faceid* ou *fingerprint*.

No ano de 2023, a EPAL deu continuidade a diversas campanhas de promoção desta aplicação, com destaque para a campanha “Serviços + Eficientes +Sustentáveis a pensar nos nossos Clientes” promovendo as vantagens desta app. Estas campanhas concentraram a divulgação nos seguintes meios digitais: site EPAL, e-newsletter, SMS, assinatura de email e Redes Sociais.

O myAQUA conta já com mais de 180.000 downloads desde a sua criação. Atualmente conta com 121.918 utilizadores ativos, dos quais 55% através de smartphones com sistema Android e 45% com iPhone.

As entidades Gestoras que utilizam o myAQUA são o Grupo Aquapor (11), SIMAS Oeiras e Amadora, SIMAR Loures e Odivelas, Águas do Alto Minho, Águas do Norte, SMAS de Sintra, SMAS de Vila Franca de Xira, Tejo Ambiente, Águas do Interior Norte, SMAS de Castelo Branco, SMAS de Torres Vedras, EMAS Beja, Aquanena e Águas de Santo André, Município da Marinha Grande e Águas da Região de Aveiro.

H2O Quality:



O H2O Quality é uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, com informação atualizada diariamente, em português e em inglês.

A qualquer momento e onde quer que esteja, pode aceder ao H2O Quality e conhecer a qualidade da água que está a ser distribuída nesse local específico, com informação sobre os parâmetros, nomeadamente, cálcio, magnésio, cloro, cor, dureza, pH, entre outros, que poderá consultar em pormenor, visualizando os resultados e valores paramétricos. Caso pretenda saber a qualidade da água de um outro local em Lisboa, basta recorrer ao motor de pesquisa da aplicação e inserir a morada pretendida. Com esta aplicação, pode ainda visualizar, no mapa, a localização de bebedouros perto do local onde se encontra, encher a sua garrafa reutilizável e levar consigo a água da torneira, a opção mais sustentável e mais amiga do ambiente.

Lançada em julho de 2019, a app H2O Quality, que desde logo despertou muito interesse, tendo, no final de 2022, já sido concretizada a comercialização desta ferramenta digital à AdSA, encontrando-se em curso o projeto de implementação. A aplicação está disponível em 10 idiomas.

WattWater:

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 360.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Em 2023 foram mantidas as qualificações do Laboratório de Contadores de Água, nomeadamente a acreditação para o ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal eletromagnéticos.

O laboratório de contadores mantém-se como sendo o único Organismo de Verificação Metrológica (OVM) em todo o território nacional dedicado ao exercício do controlo metrológico legal deste tipo de instrumentos, por delegação do Instituto Português da Qualidade.

Sistema de Inspeções



A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativos.

CAL - Chave Águas Livres:



A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

Investimentos

Em 2023, o investimento global efetuado ascendeu a 31,3 milhões de euros, e a maioria do valor executado correspondeu essencialmente, à semelhança de anos anteriores, a construção e reabilitação de infraestruturas.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2021	2022	2023
Garantia da Capacidade	496.948	924.218	652 176
Ampliação da rede de Distribuição	415.032	924.218	652 176
Outros	81.917	-	-
Garantia da Fiabilidade e Segurança	6.201.415	11.506.936	20 767 601
Renovação da rede de Adução	729.369	4.617.521	4 839 520
Duplicação Castelo de Bode	124.639	123.720	103 627
Renovação da rede de Distribuição	2.250.123	3.758.049	827 667
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	769.678	1.132.635	5 687 511
Contadores	1.731.175	1.203.584	622 057
Equipamentos elétricos, mecânicos e instrumentação	358.860	546.792	8 438 253
Monitorização e controlo	-	-	248 967
Outros	237.571	124.634	1.294.854
Garantia da Qualidade	907.422	626.889	622 109
Laboratórios	555.214	178.520	628 150
Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra	-	-	44 596
Outros	352.208	448.369	5 820 340
Sustentabilidade e Inovação	2.610.186	2.278.044	-
Sistema de Gestão de Lamas	5.050	-	5 610 005
Eficiência Energética	2.539.986	2.272.594	210 335
Outros	65.150	5.450	885.940
Tecnologias de Informação e Comunicação	1.516.290	1.223.906	443.512
Infraestruturas e Telegestão	361.937	329.282	228.470
Hardware e Software	684.823	447.288	204.116
Aquamatrix	184.628	427.652	8.842
Outros	284.902	19.684	1.915.715
Outros Investimentos	1.637.749	1.881.311	1.005.954
Adaptação de Instalações	1.047.476	1.375.770	909.221
Outros	590.273	505.541	652 176
TOTAL	13.370.010	18.441.303	31 336 085

Importa ainda destacar:

- Concursos lançados durante o ano de 2023 – 18 concursos com um preço base total de 46 milhões de euros;
- Principais adjudicações efetuadas em 2023 – 11 adjudicações num total de 21 milhões de euros adjudicados.

O ano de 2023, caracterizou-se pela manutenção da forte instabilidade ao nível do aumento abrupto dos preços das matérias-primas, dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, com especial relevo na construção, situação excecional verificada nas cadeias de abastecimento resultantes da crise global na energia e da guerra na Ucrânia, que sucedeu e agravou a crise pandémica registada nos anos anteriores. Parte significativa desta disrupção que teve origem nos problemas mundiais que afetam a economia, levaram inclusivamente à prorrogação da vigência da legislação que reconhece a situação, concretamente o Decreto - Lei 36/2022, de 20 de maio, que “estabelece medidas excecionais e temporárias de revisão de preços em resposta ao aumento abrupto de custos com matérias-primas, materiais, mão de obra e equipamentos de apoio, com impacto em contratos públicos, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas, que venham a ser celebrados ou já em execução”, assumindo que existe uma “situação excecional nas cadeias de abastecimento e as circunstâncias migratórias resultantes da pandemia da doença COVID-19, da crise global na energia e dos efeitos resultantes da guerra na Ucrânia”.

Estas perturbações levaram a que vários concursos para contratação de empreitada lançados em 2022 e com realização financeira prevista para 2023 tivessem ficado desertos, a que cresceram alguns contratos não concretizados.

Concomitantemente, o mercado tem sido afetado de forma muito significativa por dificuldades de contratação de recursos, especializados e não especializados, situação que afeta de forma transversal os empreiteiros, as empresas de projeto e fiscalização, e o próprio Dono de Obra, a EPAL, confluindo todas estas situações em dificuldades de materialização dos investimentos previstos.

O processo de materialização dos investimentos tem também vindo a ser afetado pela demora que se regista nos processos de expropriação e servidão necessários para obtenção de terrenos, concretamente na emissão das Declarações de Utilidade Pública, situação que chega a implicar o protelamento do lançamento de algumas empreitadas em mais de um ano, após a conclusão do respetivo projeto.

As diversas situações referidas implicaram o ajustamento dos cronogramas de algumas empreitadas que se encontravam em curso, alguns atrasos no lançamento de procedimentos de contratação de novas empreitadas, incrementos no valor do preço base dos concursos, o pagamento de revisões de preços com valores significativos, bem como a análise de pedidos de reequilíbrio financeiro e de revisão extraordinária de preços apresentados por alguns empreiteiros.

Apesar das condicionantes elencadas, a EPAL desenvolveu um conjunto importante de projetos e lançou um número significativo de concursos destinados a assegurar a execução dos investimentos previstos, bem como a continuidade do serviço, aumentando a fiabilidade e resiliência em infraestruturas existentes.

Em 2023, a EPAL deu continuidade à implementação BIM, em curso desde 2018, destacando-se os projetos desenvolvidos para a Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta, para o Adutor Vila Franca de Xira/Telheiras (Troço A) e para o Projeto de Consolidação Estrutural e Conservação e Restauro dos Lanternins da AAL.

Grandes Adutores

No que respeita aos grandes adutores da EPAL, a atividade continuou a incidir, no essencial, em três linhas de ação: criação de alternativas ao sistema Alviela, reabilitação de adutores em serviço e duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, o principal sistema adutor da EPAL.

Relativamente à reabilitação dos grandes adutores, continuaram em desenvolvimento no ano de 2023 os seguintes projetos de execução:

- “Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras: troço compreendido entre a estação elevatória de Vila Franca de Xira e o Bairro da Mata”, visando a reabilitação de um troço de tubagem DN1500, numa extensão de cerca de 4,3 km;
- “Subsistema de Valadas – projetos de reabilitação da conduta de água bruta DN1000 de Valada – Vale da Pedra e das condutas de água tratada DN1000 e DN1250 de Vale da Pedra – Várzea das Chaminés”, numa extensão total de 23,5 km.

No que respeita à duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo de Bode, no ano 2023 deu-se continuidade à elaboração os seguintes projetos de execução:

- “Adutor Castelo do Bode - duplicação dos troços não duplicados: túneis e ligação da toma para o sistema Oeste em Alcanhões à linha 1 do adutor de Castelo do Bode”, incluindo:
 - Troço 3: Asseca/Chavões, DN1800 numa extensão de 6,3 km;
 - Troço 4: Aveiras/Obra Especial da Azambuja, DN1800 numa extensão de 1,83 km;
 - Troço 5: Obra Especial da Azambuja/Várzea das Chaminés, DN1800 numa extensão de 2,3 km (projeto em fase de revisão).

Em 2023 foi lançado o concurso da empreitada de “Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 1 – Torre Brogueira/Sobral” a qual contempla, principalmente, a realização de todos os trabalhos destinados a concretizar a duplicação do Adutor do Castelo do Bode, com a instalação de uma nova conduta DN1800mm, numa extensão de 4,3 km, paralelamente à linha da conduta existente.

Foram também lançados em 2023, os concursos das Empreitadas de “Reabilitação da Chaminé de Equilíbrio da Linha 1 do Adutor de Castelo do Bode”, a “Reabilitação do Adutor da Costa do Sol – Troço Rio Jamor” e a “Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta”.

Em 2023 procedeu-se à adjudicação da empreitada “Reabilitação da obra especial do adutor de castelo de bode, na Vala Real”, prevendo a demolição da obra especial existente no adutor de castelo de bode (linha 1) e a instalação, em vala, de uma nova conduta em aço DN1800, numa extensão de aproximadamente 630 m.

No ano 2023 prosseguiu-se a realização das seguintes empreitadas relevantes:

- “Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV”, empreitada destinada a criar alternativas ao aqueduto Alviela;
- “Duplicação do troço do adutor do Castelo do Bode, na zona compreendida entre Torre do Bispo e Alcanhões (Troço 2)”, numa extensão de cerca de 4,3 km.

Como referido, a materialização destas empreitadas foi fortemente impactada, de forma direta e indireta, pela conjuntura mundial, a qual afetou negativamente os custos de matérias-primas, materiais e equipamentos, os quais ascenderam para valores sem precedentes.

Energia e Equipamentos

No âmbito do Projeto EPAL 0%, no ano 2023, prosseguiu-se com o desenvolvimento das empreitadas referentes aos seguintes procedimentos:

- “Empreitada de Conceção-Constuição da instalação de produção (hídrica 1640 kw) (“up hídrica”) que integra a UPAC “Estação elevatória de Vila Franca de Xira” adjudicada por 4,7 milhões de euros;
- “Empreitada de conceção/construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica e sistema de regulação de cargas para autoconsumo da EE Amadora (1000 kW AC) e da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica para autoconsumo da EE Olivais (500 kW AC)”, adjudicada por 3,8 milhões de euros;

- “Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica de Telheiras (500 kW AC) e da Central Fotovoltaica do Parque das Nações (650 kW)”, adjudicada por 1,8 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção Construção de Minicentral Hidroelétrica - Asseiceira 0%”, adjudicada por 4,9 milhões de euros;
- “ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia”, adjudicada por 2,6 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados”, adjudicada por 3,3 milhões de euros;
- “ETA da Asseiceira – Empreitada de Conceção-Construção da Duplicação do Canal de Água Bruta e Mini Hidroelétrica, incluindo serviços de manutenção”, adjudicada por 3,9 milhões de euros;
- “Empreitada de Conceção-Construção da Central Fotovoltaica da Captação de Valada-Tejo (850 kW AC) e da Central Fotovoltaica da ETA de Vale da Pedra (650 kW AC), incluindo serviços de operação e manutenção”, adjudicada por 1,9 milhões de euros.

Em 2023, concluiu-se a “Empreitada de Remodelação do Quadro de Média Tensão – Norma bloco da Estação Elevatória I de Vila Franca de Xira”.

Procedeu-se ainda ao relançamento do procedimento da “Empreitada de Conceção-Construção da Unidade CLORH₂O da ETA de Asseiceira – Produção de Água Clorada, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio da ETA de Asseiceira, incluindo Serviços de Operação e Manutenção”, com um preço base de 6,2 milhões de euros, e da “Empreitada de Conceção-Construção para Fornecimento e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira incluindo serviços de manutenção”, com um preço base de 4,9 milhões de euros.

No final do ano de 2023, encontrava-se em preparação o lançamento dos seguintes concursos de empreitada:

- Empreitada de Conceção-Construção Subestação, Transformadores, Linha Subterrânea e Sistemas de Monitorização, Controlo, Gestão e Proteção UPAC VFX (GIS);
- Empreitada de Conceção-Construção da unidade de produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica (fotovoltaico mínimo 600 kW AC) dos reservatórios de Vila Franca de Xira para autoconsumo que integra a UPAC “Estação Elevatória de Vila Franca de Xira” (“UPAC”), incluindo serviços de operação e manutenção;

Reabilitação e Conservação de infraestruturas

Relativamente à reabilitação de estruturas de tratamento, transporte e reserva de água, a atividade da Direção de Engenharia durante o ano de 2023, abrangeu a elaboração de projetos de execução, adjudicação e acompanhamento de empreitadas de reabilitação de diversas infraestruturas, salientando-se o desenvolvimento do Projeto para a “Reabilitação do Reservatório Elevado de Água de Lavagem dos Filtros da Linha 1 da ETA da Asseiceira”.

No que respeita ao património edificado da EPAL, operacional e não operacional, verificou-se um aumento do número de estudos e projetos que visam, não só, o prolongamento da sua vida útil, como também a sua reformulação, procurando responder às novas necessidades dos serviços. Face ao número significativo de processos em curso, foram também desenvolvidos planos de interligação lógica entre os diversos processos e as suas subseqüentes intervenções, por forma a suportar as decisões futuras.

No ano de 2023 os processos associados à reabilitação das infraestruturas de edificado operacional e não operacional, na qual se inclui as infraestruturas de património histórico classificado, sobretudo fruto da consolidação da equipa afeta a estes processos, que embora exígua em número, representaram um total de mais de 40 processos relevantes, tendo alguns deles sido materializados em processos de empreitada, como é o caso:

- “Empreitada de implementação de medidas compensatórias no âmbito do SCIE e substituição/relocalização dos PT – Edifício Sede”, adjudicada por 1,4 milhões de euros;
- “Empreitada das novas instalações para a Academia das Águas Livres – Recinto de Campo de Ourique”, adjudicada por 1,2 milhões de euros;
- “Empreitada de Reabilitação do Edifício do Aquamatrix – Recinto do Arco”, adjudicada por 0,1 milhões de euros, cuja conclusão da obra ocorreu em julho de 2023;
- “Empreitada para Adaptação da Portaria, Oficinas, Balneários e Estacionamento – Recinto da Asseiceira”, adjudicada por 0,9 milhões de euros.

Encontra-se ainda em preparação o relançamento da “Empreitada de implementação de medidas de reabilitação/reformulação do recinto e do conjunto edificado - Recinto de Vila Franca de Xira”, cujo procedimento havia ficado deserto, encontrando-se o projeto de execução em reformulação para que se proceda ao seu relançamento.

Foi também possível desenvolver um conjunto de estudos e projetos, tendo em vista à reconversão e valorização do edificado não operacional, ou de infraestruturas desativadas, designadamente:

- Projeto de Consolidação Estrutural e Conservação e Restauro dos Lanternins do Aqueduto das Águas Livres;
- Novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras - Projeto de Licenciamento (Concurso de Conceção);
- Edifício Sede - Reabilitação de cozinha e espaços conexos, Balneários prestadores de serviço e outras salas;
- Reabilitação integral do edifício da EPAL - Rua das Portas de Santo Antão 169-185;
- Recinto de Campo de Ourique - Reformulação e abertura ao público - Projeto de execução
- Reabilitações pontuais na Galeria de São Carlos;
- Campus da Água no Recinto do Parque das Nações - Prestação de Serviços de Assessoria Técnica ao Projeto de Centralização de Funções - "Master Plan";
- Recinto do Parque das Nações – Diversas intervenções - Projeto de execução;
- LNEC - Estudo Segurança da Sede - Acordo de cooperação;
- Reabilitação Global do edificado da Sede (Edifícios Rosa e Amarelo);
- Recinto do Arco - Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para adaptação da funcionalidade dos espaços.

No que respeita à área do património histórico classificado, deu-se continuidade aos processos associados à conservação do Aqueduto das Águas Livres:

- "Elaboração do projeto de execução de conservação e restauro dos chafarizes da cidade de Lisboa – 3.ª Fase", abrangendo 10 chafarizes, a saber: o Chafariz das Janelas Verdes, o Chafariz de Santo António da Convalescença, o Chafariz da Armada, o Chafariz do Carmo, o Chafariz da Mãe de Água à Praça da Alegria, o Chafariz da Rua do Século, o Chafariz da Rua São João da Pedreira, o Chafariz de Entrecampos e o Chafariz de S. Domingos.
- "Empreitada de Recuperação do Interior do Aqueduto das Águas Livres entre a Meia Laranja e o Arco".
- Preparação do lançamento do procedimento da "Empreitada de Requalificação das superfícies exteriores do troço do Aqueduto das Águas Livres localizado no interior do Recinto de Campo de Ourique da EPAL".
- Conclusão da "Empreitada para reparação da patologia verificada no intradorso de um dos arcos do Aqueduto das Águas Livres (bloco do módulo 29)".

Reabilitação e renovação da Rede de Lisboa

Ao nível da reabilitação e renovação da rede de Lisboa, registou-se no ano de 2023 um incremento significativo da taxa de execução, apesar dos desafios colocados pela conjuntura mundial e pelas exigências no licenciamento das intervenções na cidade de Lisboa. Ainda assim, a rede substituída pela EPAL foi de 17,0 km no ano de 2023, valor que supera, em cerca de 49% o valor de 2022 (11,4 km), sendo o maior valor dos últimos treze anos.

No âmbito da reabilitação dos adutores de grande diâmetro instalados na cidade de Lisboa, destaca-se a continuação da empreitada de “Reabilitação da Adutora da Calçada de Carriche”, na qual se executou cerca de 1,7 km de adutor DN 800, representando um investimento de 1,9 milhões de euros.

Em termos operacionais, foi adjudicada uma empreitada plurianual de renovação de rede com DN inferior a 400, com um valor total próximo de 2,5 milhões de euros, para a substituição de cerca 12 km de tubagem, incluindo ramais e órgãos de manobra.

No âmbito dos projetos de renovação de rede com DN inferior a 400, mantém-se em curso a prestação de serviço “Aquisição de Serviços para Elaboração de Projetos para a Reabilitação da Rede de Distribuição de Lisboa” para a produção de projetos em diferentes áreas da cidade de Lisboa, identificadas no âmbito da matriz de Investimento da Rede de Distribuição, totalizando a reabilitação de cerca 26 Km, dividido por 14 polígonos.

Paralelamente, estão em desenvolvimento vários projetos de reabilitação de condutas de diâmetro relevante na área de Lisboa, incluindo a “Reabilitação da Conduto Camarate - Santo António dos Cavaleiros (Troços Ribeira da Póvoa)” e “Reabilitação do Adutor Olivais – Campo de Ourique”.

Em 2023 foram ainda construídos 103 novos ramais para abastecer os novos bebedouros públicos colocados na cidade de Lisboa, ao abrigo do protocolo entre a EPAL, CML e GEOTA, no âmbito da “Empreitada de Execução de 170 Ramais para Bebedouros em Lisboa”. Todos os ramais incluem uma caixa enterrada (arqueta) para instalar o contador e acomodar o equipamento para a telemetria.

Para a realização da Jornada Mundial da Juventude 2023, foram realizadas algumas intervenções / obras com o objetivo de aumentar a capacidade de vazão na Rede de Distribuição de Lisboa, assim como a construção de diversos ramais para abastecimento dos eventos que se realizaram por diferentes locais de Lisboa.

A atividade de Ampliação da Rede de Distribuição da cidade de Lisboa está fortemente dependente da dinâmica urbanística da própria cidade, que na última década regista uma elevada taxa de reabilitação imobiliária. Apesar das adversidades económicas e financeiras, em 2023 foi assegurado o acompanhamento da execução de 613 novos ramais, o valor que supera, em cerca de 6.6% o valor de 2022, sendo o maior valor dos últimos dez anos.

Contudo, é no indicador relativo a Ampliação de Novas Conduitas da Rede de Distribuição, na sequência de ligação de novas urbanizações, que regista um valor de 1,81 km instalados. Esta vertente está dependente da dinâmica imposta pelos promotores imobiliários, constituindo um fator de grande imprevisibilidade no planeamento desta atividade, obrigando a uma grande flexibilidade na compatibilização das diferentes intervenções.

Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da Empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

Em 2023, após a seca de 2022, foi um ano mais calmo. Com efeito, a seca severa que se traduziu na grande generalidade em todo o território português durante o ano transato obrigou à implementação de um conjunto de medidas para a monitorização diária e semanal da evolução dos níveis hídricos e das autonomias da Albufeira de Castelo do Bode, com o objetivo de minimizar outros usos, protegendo a reserva para o abastecimento de água para consumo humano aos 2,8 milhões de habitantes que a EPAL serve. Esta ano inverteu-se esse ciclo, com recuperação significativa dos níveis da Albufeira de Castelo do Bode.

Ainda no âmbito das alterações climáticas, a EPAL concluiu e encontra-se a desenvolver diversos estudos essenciais para a avaliação do estado quantitativo das origens de água da EPAL e indicadores de possíveis medidas de mitigação a médio e longo prazo, designadamente:

- Concurso para a prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Vulnerabilidade das captações e infraestruturas às alterações climáticas;

- Inspeções e ensaios de caudal às origens de água subterrâneas da EPAL atualmente fora de serviço, com o objetivo de reavaliar a sua aptidão funcional;
- Modelação da evolução hídrica das albufeiras para o trimestre seguinte.

A consolidação da informação de monitorização e de acompanhamento das medidas de mitigação nos Relatórios de Adaptação às Alterações Climáticas - RAAC foi mais um dos passos decisivos para manter este tema na agenda da Empresa, promovendo a partilha de informação na EPAL.

Importa ainda destacar a necessidade de efetuar uma ainda maior monitorização dos investimentos realizados, estando o histórico anual revertido no Plano de Ação para os Desenvolvimento dos Investimentos Estratégicos - PADIE 2024. Os investimentos estratégicos que se detalham no PADIE refletem uma análise criteriosa de prioridades de investimentos, estando alinhados estrategicamente em função da sua criticidade sustentada em análise de risco, complementada com a visão e missão da EPAL, do Grupo AdP e da Tutela.

Com efeito, a metodologia que tem vindo a caracterizar a elaboração do Plano de Investimentos da EPAL mantém-se com uma segmentação em blocos de investimento (Infraestruturas, Energia, Circularidade e Áreas).

O processo de elaboração do plano de investimentos (PAI) da EPAL é sempre precedido de atualização/validação dos critérios para as análises de risco de falha dos ativos e dos inputs resultantes. Em termos da metodologia de elaboração do PAI, as propostas de investimento foram divididas em sete blocos:

- Grupos/ Infraestruturas - Analisado por Grupos de Peritos (Rede de Distribuição, Rede de Adução, Contadores, Equipamentos, e Construção Civil) de acordo com as metodologias de análises de risco referidas no ponto anterior do presente documento.
- Energia - Analisado pelo coordenador destes projetos em articulação com as direções executantes, de modo a implementar projetos que visem o aumento da sustentabilidade energética da empresa.
- Circularidade - Analisado pelo coordenador destes projetos em articulação com as direções executantes, com vista a implementar projetos que garantam a valorização dos diferentes processos na empresa.
- Áreas - Neste bloco enquadram-se os investimentos:

- em Sistemas de Informação, refletindo as necessidades definidas no PESI (Plano Estratégico dos Sistemas de Informação).
- resultantes de medidas identificadas no PSA (Plano de Segurança da Água).
- resultantes de necessidades correntes das restantes áreas da empresa (ex: segurança e saúde, mobiliário, etc.).
- CTA das ETA - Visa a coordenação dos diferentes projetos em curso na ETA da Asseiceira e ETA de Vale da Pedra.
- Outros.

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos planos e estudos de apoio à decisão, destacam-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento e lançamento do processo de aquisição da prestação de serviços para desenvolvimento do Plano Diretor da EPAL e do Oeste, com vista à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Coordenação do Estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- Desenvolvimento do estudo (em curso) de soluções de intervenção no Adutor da Costa do Sol;
- Participação no estudo (em curso) de análise de soluções alternativas à atual captação no Castelo do Bode;
- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Estudo de Alternativas ao Aqueduto Alviela, nomeadamente:
 - Avaliação conjunta da solução para o troço 2 de forma articulada com a solução do estudo de otimização do abastecimento a Óbidos do Sistema do Oeste;
 - Captação da Ota até ao ponto de entrega de Cheganças;
 - Análise às soluções do Troço 4 e Troço 5 do Aqueduto Alviela.
- Participação na avaliação da solução de reabilitação do adutor da Costa do Sol, nomeadamente na zona da Ribeira do Jamor;
- Participação no Plano de Segurança da Água da EPAL.

Em relação às atividades no âmbito das alterações climáticas, destacam-se:

- Monitorização diária e semanal da evolução dos níveis hídricos e das autonomias da Albufeira de Castelo do Bode e elaboração do reporte semanal, a disponibilizar na plataforma ENKI, relativamente a níveis e autonomias dessa mesma albufeira;

- Elaboração de reportes semanais para as albufeiras críticas, identificando vulnerabilidades relativas a usos partilhados e efetuando previsões meteorológicas semanais para as mesmas;
- Desenvolvimento, em colaboração com a direção de operações e a direção de sistemas de informação, dos módulos Albufeiras e Clima, no âmbito da ferramenta informática WP – Water Performance, com monitorização em contínuo das origens de água e complementada com dados das estações meteorológicas na área de influência das mesmas;
- Elaboração da previsão meteorológica mensal no final do mês anterior, como forma de estimar a evolução quer do armazenamento das albufeiras quer da situação dos aquíferos;
- Elaboração dos Relatórios trimestrais de Adaptação às Alterações Climáticas da EPAL (RAAC), incluindo análise climática, hídrica e modelação de níveis de albufeiras à luz de previsões meteorológicas;
- Participação na *task force* da seca do Grupo AdP;
- Participação em vários Concelhos Locais relativos aos Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, na área de influência da EPAL.

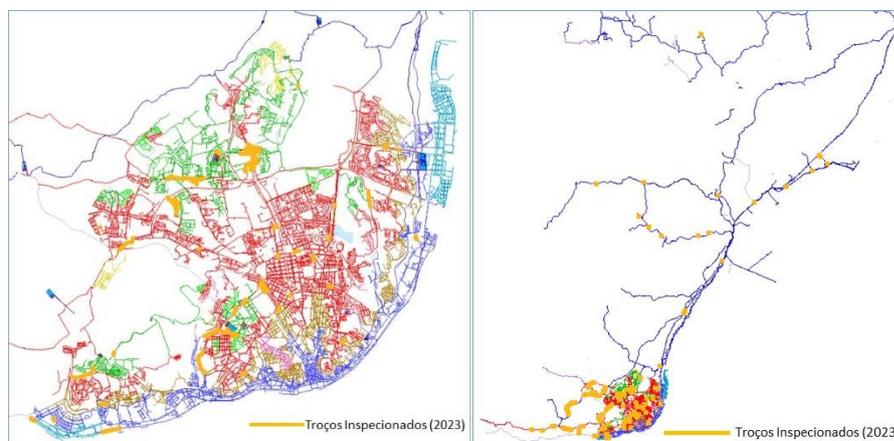
Em relação à gestão de perdas, procedeu-se durante o ano de 2023 à realização de diversos projetos e atividades, destacando-se:

- Colaboração no *stress test* realizado em maio para preparação das Jornadas Mundiais da Juventude, bem como participação e acompanhamento do evento;
- Avaliação das soluções avançadas para identificação de perdas em rede de distribuição e adução, as quais recorrem a tecnologias de alta-definição, designadamente, imagens de satélite, fibra ótica e hidrofoniação georreferenciada;
- Determinação do Balanço Hídrico da EPAL;
- Início da criação de sistema de monitorização do indicador Água Não Faturada e de potenciais fatores crítico contributivos para a sua melhoria;
- Revisão do Plano (estratégico) para a Redução de Água Não Faturada na EPAL – 2024/2033
- Planeamento do projeto de monitorização do subsistema do Oeste, através da setorização das infraestruturas em 41 ZMT, das quais 14 na Zona Norte, 8 na Zona Centro, 9 na Zona Sul e 10 nos Sistemas Autónomos
- Colaboração com o município de Entroncamento, Águas de Santo André e Águas do Centro Litoral na elaboração de Projetos de Zona de Monitorização e Controlo;
- Acompanhamento da prestação de serviços de deteção de fugas de água, providenciada pela empresa WTA – Waves Defender, Lda, a qual teve conclusão em outubro de 2023;

- Colaboração com a AdP Internacional e o Banco Mundial no projeto 'Cities of the Future';
- Colaboração com AdP Internacional na divulgação das soluções EPAL para entidades gestoras em Grenada - Saint Lucia, Karachi – Paquistão e Paraná – Brasil;
- Colaboração com a PPA na divulgação das soluções EPAL para a Croácia e Moldávia;
- Colaboração com a Águas do Algarve no âmbito do Plano de Contingência para Combate à Seca e Escassez Hídrica da Região do Algarve;
- Início do processo de treinamento das equipas com responsabilidade no controlo ativo de fugas, para colaboração com as autoridades de emergência em caso de catástrofe causada por terramoto com soterramento de vítimas;

Registaram-se ainda, em 2023, as seguintes ações de deteção de fugas e projetos de análise das ZMC na rede de distribuição de Lisboa, mais concretamente:

- Em 2023 foram concluídas 90 intervenções de projeto de análise de zona (PAZ), tendo sido analisados 810 km de rede de distribuição, assinaladas 237 roturas e reparadas 220. O PAZ com maior recuperação alcançada foi realizado na ZMC 3360 Forças Armadas onde foi recuperado um caudal de 147.6 m³/hora, o equivalente a 1.252.872 m³/ano.
- No ano de 2023 foram ainda inspecionados cerca de 29.5 quilómetros de rede não monitorizada, dos quais 15.5 na rede de distribuição de Lisboa e 14 na rede de transporte e adução. Todos os troços inspecionados foram georreferenciados em SIG, estando criadas as condições para com uma simples consulta do cadastro se identificar a referência dos processos que conduziram à realização dos trabalhos de deteção de fugas, a data de realização, o número de roturas detetadas e o nome dos respetivos técnicos;



- Estima-se que a contribuição para o balanço hídrico de 2023 da EPAL (Baixa) seja de 2,3 milhões de m³ (não incluindo as intervenções realizadas em zonas da rede onde não é possível quantificar os ganhos alcançados com o controlo ativo de perdas).

Importa enfatizar o impacto da continuidade de prestação de serviços WONE para entidades públicas e privadas proprietárias de redes de abastecimento de água. Em 2023 Foram efetuadas prestações de serviços para 18 entidades, das quais 8 são entidades gestoras de distribuição de água e as outras 10 são entidades públicas e privadas com redes de abastecimento internas, com alguma ineficiência ao nível das perdas.

Os trabalhos realizados envolveram a realização de campanhas de deteção de fugas de água, a disponibilização de licenças do software de gestão de perdas WONE e alguns trabalhos de consultoria.

Refira-se que 71% do volume faturado é realizado em Entidades Gestoras (diretas e serviços municipalizados), o que representa o papel determinante do serviço WONE no combate às perdas no setor. Do valor total, 43% diz respeito a serviços de consultoria para apoio na setorização e controlo da rede de EG, 29% refere-se a serviços específicos de deteção de fugas e os restantes 31% a serviços de disponibilização de licenças de acesso ao software WONE, o que traduz a diversificação e maturidade do serviço, bem como a robustez na continuidade do negócio.

De referir que no final de 2023, para além da EPAL, existiam 13 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água, perspetivando-se para 2024, em resultado da alteração do modelo de licenciamento da ferramenta, um aumento do número de entidades gestoras que adotem a solução WONE, ou que os atuais clientes aumentem a área de rede monitorizada.

O ano de 2023 fica ainda marcado pelo acréscimo de contactos recebidos por parte de potenciais clientes, sobretudo privados, solicitando informações ou efetivamente a colaboração da EPAL na prestação de serviços de deteção de fugas. Apesar de nem todos contatos se terem consubstanciado numa prestação de serviços efetiva, releva-se a missão contínua e referêcia da EPAL para o incentivo de entidades gestoras e particulares para a gestão eficiente do recurso Água.

As atividades no âmbito da área de inspeções registaram cerca de 99 inspeções na EPAL, destacando-se as seguintes:

- ETA da Asseiceira;
- Aqueduto Castelo do Bode – Troço intermédio (Troço entre a ETA e o P3187);

- Adutor Vila Franca de Xira – Troço inicial (no interior do recinto de Vila Franca de Xira);
- Adutor Vila Franca de Xira – Inspeções eletromagnéticas a duas zonas consideradas críticas (Vila Franca de Xira e Vialonga);
- ETA da Asseiceira – Anel de Água de Lavagem de Filtros da Linha 1;
- Reservatórios hidropneumáticos de Vila Franca de Xira;
- Inspeção a duas Obras especiais do Aqueduto de Castelo do Bode (Asseca e Aveiras).
- Vários reservatórios da EPAL e da ex-AdO;
- Várias estações elevatórias da EPAL e da ex-AdO.

No que concerne à gestão de energia, procedeu-se à realização das seguintes atividades:

- Gestão dos contratos de fornecimento de energia em articulação com as áreas operacionais e a holding (novos ramos, comunicação de leituras, mudança de potência e acompanhamento de processos de avarias);
- Análise de dados associados a energia reativa e articulação com as áreas operacionais para sua análise;
- Acompanhamento de contratos de produção de energia fotovoltaica nos ativos da EPAL;
- Monitorização e reporte sobre o estado de produção dos painéis de microprodução fotovoltaica;
- Acompanhamento de intervenções previstas no SGCIE e Relatórios de Execução e Progresso;
- Acompanhamento do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001;
- Revisão do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001;
- Apoio na recolha e análise de informação com vista ao desenvolvimento do processo de cálculo da pegada carbónica;
- Realizados e submetidos à DGEG relatórios de Acompanhamento e execução bienais relativos à execução prevista nos ARCE para as infraestruturas SGCIE (acima de 500 Tep);
- Acompanhamento da implementação das medidas previstas nos processos de auditorias energéticas no âmbito dos SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios;
- Acompanhamento do processo de realização de auditorias legais D.L. 68-A/2015 para IE abaixo de 500 Tep;
- Apoio à gestão de energia de acordo com metodologia desenvolvida no SGE e aprovada pela DGEG;

As principais atividades nas áreas de cadastro e licenciamento e integração de ativos foram as seguintes:

- Área de Cadastro
 - Continuação dos trabalhos para potenciar a otimização dos Interfaces entre sistemas, em especial, SIG, AQUAMATRIX, GIME e WATTWATER, através da identificação de potenciais chaves primárias, tendo-se efetuado esforços para concretizar as estratégias definidas para o carregamento da informação em falta;
 - Participação no Grupo de Trabalho para implementação da metodologia BIM, tendo presente a necessidade de normalização de tipologia de ativos e parametrização / codificação prévia de localizações e posições funcionais, alinhando este Grupo de Trabalho com o Grupo de Trabalho do Maximo. Participação no 1º Workshop *Building Information Modelling* promovido pela AdP (novembro) e no 1º WORKSHOP BIM / SIG – Infraestruturas Lineares e Geotécnicas (março).
 - Participação nas comissões especializadas de Sistemas de Informação e de Gestão de Ativos da APDA;
 - Início da definição da estrutura do futuro relatório de Cadastro;
 - Participação no 1.º Seminário de Desenvolvimento Sustentável do Município da Horta, em representação da EPAL, através da partilha de experiências e conhecimento, no âmbito do Sistemas de Informação Geográfica (SIG), enquadrados na Gestão de Ativos
 - Finalização dos trabalhos de unificação das bases de dados SIG numa única base de dados;
 - Continuidade dos trabalhos de definição e construção de procedimentos de automatização do cálculo da Matrizes de Risco da Rede: Baixa-Rede, Baixa-Adutores e Alta.
 - Participação no Grupo de Trabalho de Modelação Matemática, já após a aquisição do software de modelação da Bentley, onde se continuam a desenvolver rotinas de análise, validação e correção em massa da qualidade topológica das geometrias do SIG, para potenciar, no futuro, a existência de uma base fidedigna para criação de modelos hidráulicos da rede da EPAL;

- Área de Licenciamentos e Integração de Ativos
 - Preparação, instrução, análise e emissão de pareceres a processos decorrentes de intervenção de terceiros com potencial impacto nas infraestruturas operacionais da EPAL e da AdVT. Comparativamente com o ano anterior registaram-se mais dez processos de Licenciamento de Obra (LO) no âmbito do Decreto-Lei 230/91, num total de 28 Processos, destacando-se o LO-2023-015 - Construção do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes – Fase 1.
 - Continuou-se a proceder também à fiscalização das obras decorrentes dos Processos de Licenciamento.

- Relativamente aos Pareceres emitidos o número manteve-se estável (287 pareceres). Dos processos analisados e acompanhados em fase de projeto e obra, destacam-se os seguintes, quer pela sua abrangência e dimensão, quer pelo facto de alguns poderem vir a implicar desvio de infraestruturas, salientando-se ainda que existem pareceres que visam a correta instrução do Licenciamento:
 - Plano Geral de Drenagem da cidade de Lisboa
 - Variante Externa à Vila de Arruda dos Vinhos
 - Empreitada de Modernização da Linha do Oeste – IP
 - Desvio da Conduta da Costa do Sol na Rua das Beiras
 - Desvio da Conduta Adutora Santo António dos Cavaleiros / Guerreiros
 - Quadruplicação do Troço da Linha Férrea entre Castanheira do Ribatejo e Azambuja
 - Câmara Municipal de Loures – Nó de Acesso à A1 em São João da Talha
 - Câmara Municipal de Loures - Implementação de Rotunda na Rua do Estado da Índia (EN 10)

Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da Empresa nos serviços que presta.

Ultrapassados que foram os constrangimentos resultantes do período da pandemia, nomeadamente no que às questões de ordem logística colocadas ao normal funcionamento das equipas respeita, foi possível dar resposta às solicitações diárias sem grandes constrangimentos externos.

Este ano foi possível renovar o contrato principal de manutenção corretiva da rede e em estreita articulação com as equipas dos prestadores de serviços e empreiteiros, garantir a normal resposta às solicitações de manutenção corrente e de emergência.

Salienta-se positivamente o facto de ter sido possível reforçar as tarefas de manutenção preventiva que atingiram em 2023 graus de cumprimento bastante positivos.

A atividade nos vários departamentos de manutenção durante o ano de 2023 foi a seguinte:

- *Departamento de Distribuição*

Apesar das dificuldades de licenciamento para a execução de obras na via pública, foi efetuada a construção de 5 novas “caixas de entrada de homem” para acesso ao interior dos adutores da região de Lisboa. Estas novas caixas serviram para reparar adutores e melhorar as condições de intervenção futuras, permitindo reparações mais rápidas e menos intrusivas na vida normal da cidade.

Aproveitando as caixas de entrada de homem existentes e as novas caixas construídas em 2023, foram realizadas 25 reparações de adutores de grande diâmetro pelo seu interior. Nestas intervenções foram instaladas um total de 110 juntas de reparação interior tipo AMEX, 9 das quais do tipo curva ou tê. A opção por este tipo de reparação interior das condutas permite reduzir significativamente o impacto negativo que as reparações de grandes adutores sempre provocam no trânsito.

Em termos globais, o número de roturas esteve em linha com os anos anteriores.

Foram efetuadas 3.069 intervenções de trabalho de Rede. Na origem destas intervenções salienta-se as comunicações com origem em Particular (1906), pela Câmara Municipal/Juntas de Freguesia (190), Assistência a Clientes (307) e Detecção de Fugas (201).

Para a concretização destes trabalhos foram efetuadas 680 suspensões de abastecimento, 346 delas para trabalhar em troços de tubagem e 278 em ramais e 56 em troços de adutor.

Os tipos de Intervenção (OT's) mais frequentes em quantidade são as “Roturas particulares” com 700 OT's, as “Deslocações sem avaria” com 277 OT's, as “Verificações e pesquisas de ativos” com 200 OT's e os “Outros Trabalhos” com 242 OT's.

Pela sua relevância salienta-se também a execução de 124 reparações de condutas do “tipo A (manchão)” e as 177 reparações do “tipo B (2 juntas e troço de tubo)”. De salientar que estas são as intervenções com pior impacto na qualidade de serviço aos nossos Clientes porque implicam a suspensão de abastecimento durante várias horas a um número significativo de ramais.

As equipas de manutenção preventiva da região de Lisboa, concretizaram de modo bastante positivo os planos de manutenção preventiva da rede de distribuição e adutores da região de Lisboa. Foi possível concretizar 84,1% do plano de vigilância da Rede de Lisboa e 91,7% do plano de vigilância de Adutores. Foram cumpridos também cerca de 97,5% dos planos de manutenção preventiva da rede de distribuição (GE's) e 56,9% do plano de manutenção dos Equipamentos de apoio às intervenções na Rede.

De salientar que também foi assegurado o acompanhamento das obras de terceiros com interferência na rede de distribuição, tendo sido realizadas 225 reuniões de concessionárias organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

- *Departamento de Vila Franca de Xira*

Tendo uma área de abrangência muito significativa (inclui ainda o sistema Oeste da Águas do Vale do Tejo), em 2023 foi realizado um trabalho bastante relevante em termos de manutenção de melhoria de forma a salvaguardar a operacionalidade das instalações aumentando a sua fiabilidade. Assim, como principais atividades a destacar, podemos referir:

- *Asseiceira*
 - Substituição preventiva de troço de conduta de abastecimento a Torres Novas
 - Reparação do evaporador elétrico de CO₂
- *Vale da Pedra*
 - Diversas intervenções de beneficiação do aqueduto Alviela
 - Intervenções de manutenção de ciclo nas centrifugas de desidratação de lamas
- *Vila Franca de Xira*
 - Diversas intervenções no sifão 11 do Aqueduto Tejo, permitindo resolver problemas na infraestrutura que permitem, após vários anos, dispor do seu normal funcionamento, designadamente na adução à grande Lisboa da água proveniente das ETA da Asseiceira e de Vale da Pedra
 - Intervenção numa conduta DN 1000 de água tratada de Vale da Pedra (zona de Virtudes), com o corte do betão armado para instalação de uma boca de visita e de uma descarga, essenciais para futuras reparações nesta zona do traçado da conduta.

- *Departamento de manutenção eletromecânica*

Esta área é responsável por garantir a operacionalidade, fiabilidade e eficiência dos equipamentos eletromecânicos de maior potência e da instrumentação de todo o sistema. Paralelamente, dada a natureza dos trabalhos realizados, tem ainda sob a sua responsabilidade um conjunto de oficinas e competências que prestam apoio às restantes áreas da Empresa.

Destacam-se durante o ano de 2023 as seguintes intervenções da equipa de mecânica e oficial, por especialidade:

- Eletricidade
 - Na sequência de uma avaria do adutor Costa do Sol, apoio ao complexo desportivo do Jamor na reativação da central hidropressora para abastecimento de água ao edifício das piscinas, com o empréstimo, instalação e parametrização de um variador de velocidade para controlo da pressão na rede;
 - Instalação de sistema de alimentação ininterrupta para a iluminação de segurança das galerias visitáveis do aqueduto afetas ao Museu da Água;
 - Melhorias da EE de Telheiras com a substituição e comissionamento dos variadores de velocidade de 132kW, dos grupos 1 e 3 da zona superior na EE de Telheiras e substituição do quadro de comando e controlo do nível dos reservatórios hidropneumáticos;
 - Colaboração na execução do projeto de instalações elétricas para a implementação de um laboratório de análises de água na sede da AdVT na Guarda;
 - Concretização do plano de MP dos PT em cerca de 98%, com resolução de várias avarias, entre outros, nos Olivais EE1 e EE2 onde se intervir em vários disjuntores de MT repondo o seu normal funcionamento.
- Instrumentação
 - Colaboração no sistema da AdVT para permitir a monitorização de várias instalações na Telegestão, com instalação de equipamento de comunicação, aquisição de dados, sondas de pressão, caudal e painéis analisadores de qualidade da água. Realça-se que em algumas instalações não existe automação, pelo que não há controlo, somente aquisição de sinal;
 - Participação nos ensaios para a JMJ 2023, onde a equipa da instrumentação criou condições temporárias numa caixa de órgãos na rede de distribuição, para se obter dados on-line de pressão, caudal e turvação (local em fornecimento de energia e comunicações);
 - Continuação das atividades de substituição de painéis de analisadores da qualidade da água obsoletos ou com avarias, bem como a instalação de painéis novos. Neste âmbito destaca-se a intervenção na sala de analisadores da linha 2 da ETA da Asseiceira e da sala de analisadores da ETA de Vale da Pedra;
 - Instalação de mais instrumentação no sistema do Oeste, com principal foco na aquisição de níveis de reservatórios de clientes e de painéis de analisadores da qualidade da água. No caso do reservatório da Pena Seca, ponto de entrega do sistema Oeste, foi necessário instalar uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC) com recurso a painéis solares

- fotovoltaicos e respetivo sistema de armazenamento de energia, para alimentação de sistema de transmissão de sinais (nível, pressão e caudal) para o centro de comando, pois o local estava sem energia disponível da rede elétrica de serviço público;
- Substituição e comissionamento da válvula reguladora de CO₂ na linha 2 da ETA da Asseiceira;
 - Implementação de transmissão de sinais por protocolo de comunicação industrial, com forte ênfase nos medidores de caudal, evitando erros nas cadeias medida e na comunicação das totalizações dos medidores de caudal;
 - Continuação da renovação do parque de medidores de caudal obsoletos
- Mecânica
 - Grupos eletrobomba
 - Realizados 49 ensaio de rendimento a grupos eletrobomba, a maior de potência igual ou superior a 75kW, dando cumprimento ao plano definido;
 - Intervencionados 16 grupos eletrobomba em oficina, onde a maioria apresentava perdas de rendimento superiores a 5%, tendo-se registado a reposição da sua condição inicial (em alguns casos até ligeiras melhorias face ao indicado pela fabricante);
 - Destaca-se a intervenção realizada na EE2 de Valada Tejo, onde se conseguiu resolver um problema severo de vibrações dos grupos (vibrações superiores a 8mm/s), identificado durante a obra de renovação da instalação e associado à frequência natural da instalação. Após realizados um conjunto de melhorias em quatro grupos, foi possível efetuar a tradicional montagem de grupos verticais, sem necessidade de amarrar o motor à estrutura de construção civil e manter as vibrações abaixo de 2mm/s.
 - Instalações e Equipamentos
 - Alteração do circuito hidráulico DN700 da EE1 de Vila Franca de Xira, viabilizando a realização do ensaio aos dois ESP de 35m³/cada, com substituição de duas válvulas borboleta DN700 e reparação das duas válvulas de retenção DN700. Após esta intervenção, os ESP foram alvo de melhoria pelo interior, decapagem e pintura, substituição da rede de ar comprimido em inox (a existente apresentava algumas fugas junto aos ESP) e instalação de duas régua de controlo que permitiu

eliminar um terceiro ESP (intervenção com a colaboração com DVF que instalou um novo quadro de controlo dos ESP);

- Substituição de duas válvulas DN600 de cunha, de 1962, na entrada do reservatório do Contador Mor;
- Colaboração na reparação de rotura em conduta de aço DN1000mm sobre a ribeira de Alfragide, Rua do Proletariado, com a substituição de 12m de conduta DN1000 mm em aço, decapagem e pintura pelo interior do adutor enterrado em cerca de 10m e instalação de nova junta de dilatação;
- Execução de duas ligações de zonas para aumentar a resiliência do sistema de abastecimento em baixa e que condicionavam a realização de obras:
 - Interligação na EE de Campo de Ourique entre a ZSM/ZA/ZM em DN250mm, cujo principal objetivo é garantir reserva no reservatório de Campo de Ourique, quando há interrupção prolongada do principal adutor que o abastece. Esta ligação permite ainda deixar de usar alternativas de abastecimento com problemas de operação no reservatório do Pombal;
 - Interligação na EE de Telheira entre a elevação da Sintra/Amadora/ZSC em DN300 mm. Permite garantir o abastecimento à ZSC com a EE Telheiras parada por períodos alargados e transferir mais de 30.000m³/dia do sistema Circunvalação para o sistema Distribuição;
 - No âmbito do acompanhamento legal dos ESP foram realizados 18 ensaios e realizadas importantes intervenções de melhoria nos ESP dos Olivais (substituição da válvula de seccionamento do ESP da ZB DN400 e pintura do interior do ESP da ZM), Telheiras (alteração do sistema de ar comprimido com várias fugas), VFX EE1 e Alcanhões (alteração do ESP para em conjunto com outras alterações permitir o arranque do terceiro grupo).

Sistemas de Informação e Transição Digital

Em 2023, a EPAL garantiu a continuidade da certificação em matéria de Segurança da Informação e Gestão dos Sistemas, ISO 27001.

A telegestão da estação de tratamento de água de Vale de Pedra viu o seu sistema SCADA atualizado melhorando a sua performance.

O sistema integrado Water Performance, possui várias novas funcionalidades, dando resposta ao processo de digitalização de algumas direções operacionais, como o processo do controlo analítico dos dados da qualidade da água na ETA da Asseiceira, os dados do controlo de qualidade da água para o saneamento e o reporte de dados para a plataforma ENKI.

A nível da gestão de energia, os dados de energia das instalações de baixa tensão normal e baixa tensão especial passaram a ser monitorizados na aplicação WattWater. Adicionalmente, o WattWater passou a incluir os dados de energia Fotovoltaica das instalações do Parque das Nações e da ETA da Asseiceira.

Relativamente a apostas estratégicas, destaca-se ainda os protótipos realizados com as Águas do Alto Minho, relativamente à implementação do software WONE, e com as Águas do Algarve, relativamente à implementação do software WattWater.

Ao nível do sistema de cadastro da empresa, foi disponibilizada uma versão *light* do Web SIG para consulta: *Consumer Portal*. Esta solução visa disponibilizar a informação de forma mais rápida e sem possibilidade de edição.

Procedeu-se ainda durante o ano de 2023 à redefinição e levantamento dos novos requisitos e funcionalidades para os novos sites da Intranet, site EPAL e site AdVT.

RISCO E CONTROLO

A EPAL e, em particular, o seu Conselho de Administração dedicam atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2023 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019, e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na empresa e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas. As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, para que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhoria.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 a EPAL concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, que contemplou a elaboração de

- a) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas; e
- b) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A empresa procedeu ainda à atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta, com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será igualmente efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, que permitirá aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do modelo do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

Será igualmente promovida a sensibilização sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da EPAL um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

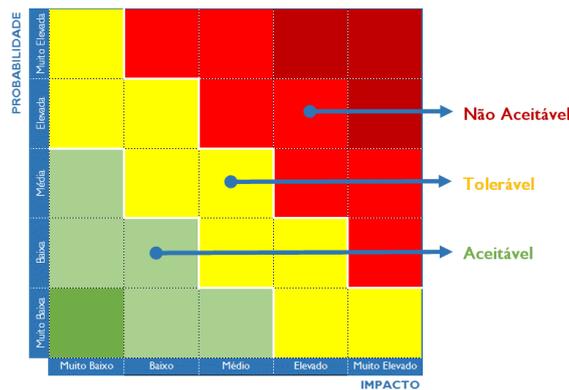
A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas

vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as que se observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco resulta a identificação de potenciais oportunidades para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua adesão à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se os principais riscos a que a EPAL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- R.2.1.1 -Contexto externo – Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador
- R.3.3.1 - *Supply chain* – Risco de disrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria-prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço
- R.3.4.5 - Novos negócios – Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g. AdP Valor, AdP Energias e AdP Internacional).

Estes riscos descritos foram avaliados como “Elevado” (4º nível de uma escala de 5 níveis, de Muito Baixo a Muito Elevado), sendo considerados “Não Aceitáveis”.

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

(os valores nos quadros deste capítulo são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

À semelhança dos anos anteriores, também o ano de 2023 foi afetado por acontecimentos que afetaram determinadamente a atividade socioeconómica do país, com reflexos diretos na atividade da Empresa.

Os conflitos que alteraram o contexto geopolítico e os efeitos decorrentes da inflação influenciaram determinadamente o aumento dos preços dos produtos e serviços, assim como se assistiu a um aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação que, originaram um aumento elevado das taxas de juro.

Estando a atividade da EPAL suportada na aquisição de reagentes e materiais, assim como em contratos de serviços continuados, os quais contemplam mecanismos de revisão de preços, os efeitos económicos e geopolíticos determinaram um aumento global dos gastos da Empresa, cujo balanço com as receitas (tarifas) não foi possível ser feito, visto que estas foram atualizadas a uma taxa significativamente inferior, não refletindo assim a realidade verificada durante o ano em apreço.

Estes efeitos económicos e geopolíticos tiveram especial impacto nos custos incorridos com a energia elétrica, tendo-se verificado em 2023 um aumento de 243% face ao ano anterior, tendo assim um impacto decisivo nos resultados da empresa. Também os gastos incorridos com os contratos de prestações de serviço tiveram um aumento significativo, como são exemplos os relacionados com a manutenção, que aumentaram cerca de 10%.

Importa ainda referir o aumento dos valores verificados na rubrica de gastos com pessoal, reconhecidos na sua quase totalidade devido a imposições legais, as quais a Empresa não poderia deixar de cumprir, designadamente a atualização salarial que resultou do acordo de valorização de rendimentos, tendo essa rubrica de gastos crescido cerca de 6% face ao período homólogo.

Bastante relevante foi o aumento das taxas de juro, as quais repercutiram-se no custo de financiamento em 2023, tendo-se verificado um aumento dos gastos financeiros de 56%.

No lado dos rendimentos, o volume de negócios da Empresa registou um aumento relevante face a 2022 (aumento de 6%), fruto da conjugação do aumento de clientes (sobretudo do segmento comércio e indústria), e do aumento dos volumes fornecidos.

Regista-se igualmente um crescimento assinalável dos rendimentos financeiros, nomeadamente juros decorrentes das aplicações dos excedentes financeiros da EPAL, com um crescimento total de cerca de 361% face a 2022.

Apesar dos constrangimentos referidos, no ano de 2023 atingiu-se um dos melhores resultados líquidos da EPAL, com um valor total de 56,7 milhões de euros.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, embora não seja exetável que o crescimento verificado na sua atividade durante o ano de 2023 se mantenha em igual nível para o ano de 2024. Não deixará, contudo, que a Empresa continue a ter todas as condições operacionais, económicas e financeiras, para fazer face aos compromissos assumidos.

Principais Indicadores:

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Volume de negócios (milhões EUR)	160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%
Volume de água vendida (milhões m3)	196,2	199,8	205,0	5,2	2,6%
Resultado líquido (milhões EUR)	49,7	58,0	56,7	(1,4)	-2,4%
EBITDA (milhões EUR)	98,9	110,7	103,1	(7,6)	-6,9%
Endividamento bancário (milhões EUR)	78,9	68,6	58,1	(10,4)	-15,2%
Endividamento líquido (milhões EUR)	(42,6)	(71,0)	(63,7)	7,2	-10,2%
Net Debt to EBITDA (n. º)	(0,4)	(0,6)	(0,6)	-	(3,6%)
Ativo total (milhões EUR)	847,1	856,0	851,2	(4,9)	(0,6%)
Capital próprio (milhões EUR)	654,1	671,9	682,4	10,5	1,6%
Passivo total (milhões EUR)	193,0	184,1	168,8	(15,3)	(8,3%)

Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2023 ascendeu a 56,7 milhões de euros, registando uma diminuição de 1,4 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de -2,4%.

Esta variação do resultado resultou essencialmente do incremento acentuados dos gastos operacionais, sobretudo na rubrica de energia elétrica (+13,4 milhões de euros face a 2022), apesar do aumento verificado no volume de negócios que não compensou esses aumentos.

(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Rendimentos totais	167,1	177,5	189,5	12,0	6,7%
Gastos totais	97,1	95,0	112,4	17,3	18,3%
IRC/ID	20,3	24,4	20,4	(4,0)	(16,4%)
Resultado Líquido	49,7	58,0	56,7	(1,4)	(2,4%)

Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 189,5 milhões de euros, representando um aumento de 6,7% face ao período homólogo (+12,0 milhões de euros).

	(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Volume de negócios		160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%
Subsídios ao investimento		1,7	1,5	1,6	0,0	1,9%
Reversão de Provisões e ajustamentos		0,3	0,4	0,3	-0,1	-19,3%
Outros rendimentos e ganhos operacionais		4,4	5,0	5,1	0,1	2,4%
Juros e rendimentos similares		0,2	0,6	2,6	2,0	360,6%
Rendimentos totais		167,1	177,5	189,5	12,0	6,7%

O volume de negócios apresenta um aumento de cerca 9,8 milhões de euros (+5,8%) face ao ano anterior, respeitando na sua quase totalidade ao aumento de aproximadamente 9,5 milhões de euros (+7%) na venda de água (componente variável).

Os rendimentos com subsídios ao investimento, com as reversões de provisões e outros rendimentos e ganhos operacionais apresentam variação imaterialmente relevantes.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um aumento bastante expressivo face ao ano de 2022 (mais 2 milhões de euros), em resultado da EPAL ter passado a dispor de remuneração dos seus excedentes pelo IGCP, para além dos obtidos decorrentes das necessidades de financiamento do Grupo AdP. Recorda-se que se encontra instituída uma política de tesouraria no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicados junto da *holding* que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 179,9 milhões de euros, representando um aumento de 9,8 milhões de euros face ao período homólogo (+5,8%).

	(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Vendas		159,3	168,5	178,7	10,2	6,1%
Prestações de Serviços		1,2	1,5	1,1	-0,4	-24,4%
Volume de negócios		160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%

A variação do volume de negócios deveu-se sobretudo ao aumento da rubrica de Venda de Água (+9,6 milhões de euros), influenciada pelo aumento da procura nos clientes diretos, tendo a rubrica de Quota de Serviço apresentado um aumento face ao período homólogo de 2% (+0,6 milhões de euros).

Regista-se um aumento de aproximadamente 4,0 milhões de euros (+7%) nos clientes diretos, devido ao aumento nos segmentos comércio e indústria (+11%) e domésticos (+4%). No que respeita aos clientes municipais e multimunicipais verificou-se um aumento significativo em 2023 neste segmento de 5,5, milhões de euros (+7%).

As Prestações de serviços registam uma diminuição de 24,4% (- 0,4 milhões de euros), atendendo à diminuição verificada na abertura e fecho de água e nos processos de abastecimento e ramais, apresentando valores similares aos do ano de 2021.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Vendas (milhões EUR)	159,3	168,5	178,7	10,2	6,1%
Procura (milhões m3)	196,2	199,8	205,0	5,2	2,6%

Na venda de água (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 5,2 milhões de m³ face aos volumes fornecidos em 2022. A água vendida em 2023 foi de 205,0 milhões de m³, sendo que 153,9 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 51,1 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um aumento de 3,5 milhões de m³ (+2%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 1,7 milhões de m³ (+4%) nos clientes diretos.

Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 112,4 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 17,3 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de 18,3%.

	(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Custo mercadorias vendidas e mat. consumidas		1,8	1,9	2,1	0,2	10,4%
Fornecimento e serviços externos		30,5	28,2	42,8	14,6	51,9%
Gastos com o pessoal		24,7	24,6	26,1	1,5	6,0%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos		27,9	27,6	26,8	-0,8	-2,9%
Perdas por imparidade		1,3	1,1	1,8	0,6	57,9%

	(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Provisões		0,2	0,5	0,3	-0,2	-32,2%
Impostos e taxas		3,9	4,0	4,2	0,2	4,9%
Outros gastos operacionais		5,5	5,9	6,5	0,5	9,2%
Juros e gastos similares		1,2	1,1	1,8	0,6	56,4%
Gastos totais		97,1	95,0	112,4	17,3	18,3%

O aumento dos gastos totais resulta em grande medida do significativo incremento verificado nos fornecimentos e serviços externos, sobretudo na energia elétrica, que concorre para 92% do aumento do valor da rubrica. Nas restantes rubricas destaca-se os gastos com pessoal, com um aumento de 6%, resultante do incremento salarial decorrente do acordo de rendimentos de valorização salarial.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas um aumento de cerca de 10,4% do valor face ao ano anterior, consubstanciada em cerca de 0,2 milhões de euros. Esta conta inclui sobretudo a utilização de reagentes para assegurar e reforçar o controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentando uma variação imaterial, que decorre em larga medida do fator preço e da pressão que em 2023 foi exercida sobre o preço destes produtos em consequência dos níveis de inflação verificados e dos conflitos mundiais.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos regista-se um aumento de cerca de 14,6 milhões de euros, resultante essencialmente do forte aumento nos gastos com energia elétrica (+13,4 milhões de euros). Assinala-se ainda o aumento da rubrica de manutenção (+0,7 milhões de euros), resultante da atualização dos índices de preços durante o ano de 2023.

A rubrica de gastos com o pessoal regista uma variação de +6% (+1,5 milhões de euros). A variação resulta do incremento salarial decorrente do acordo de rendimentos de valorização salarial (aumento médio de 5,1% + 1%), assim como concorreram para o apuramento desse aumento a variação na rubrica de seguros de saúde (+35%) e nos gastos com os refeitórios (+186 mil euros).

As perdas por imparidades de clientes e ativos regista uma variação face a 2022 de +0,6 milhões de euros, em resultado da constituição de uma imparidade em inventários de material cuja utilização não se prevê que suceda no curto prazo.

Na rubrica de outros gastos operacionais, destaca-se a componente tarifária acrescida que é atribuída à AdVT, conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017, no montante de 5,0 milhões de

euros, e que aumenta +0,4 milhões de euros face a 2022, resultante do aumento do volume de negócios da empresa.

No que respeita à rubrica de gastos financeiros, constata-se um aumento de 56,4% face ao ano anterior (cerca de 0,6 milhões de euros). O aumento das taxas de juro dos empréstimos teve um impacto significativo nos juros suportados pela Empresa, designadamente nos contratados a taxa variável.

Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 103,1 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 6,9% face ao verificado no ano anterior. Verifica-se, pois, um decréscimo de 7,6 milhões de euros do *cash flow* operacional face a 2022, mantendo-se, contudo, superior ao valor de 2020.

	(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Volume de negócios		160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%
Outros rendimentos operacionais		6,4	6,9	7,0	0,1	1,1%
Rendimentos Operacionais		166,9	176,9	186,9	9,9	5,6%
Custo das vendas		1,8	1,9	2,1	0,2	10,4%
Fornecimentos e serviços externos		30,5	28,2	42,8	14,6	51,9%
Gastos com o pessoal		24,7	24,6	26,1	1,5	6,0%
Perdas de imparidade		1,3	1,1	1,8	0,6	57,9%
Outros gastos operacionais		9,4	10,0	10,7	0,7	7,5%
Provisões		0,2	0,5	0,3	-0,2	-32,2%
Gastos Operac. (excl. depreciações)		68,0	66,3	83,8	17,5	26,4%
Cash flow operacional (EBITDA)		98,9	110,7	103,1	-7,6	-6,9%

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 57%, inferior ao valor de 2022, que foi de 65%.

	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
EBITDA	98,9	110,7	103,1	-7,6	-6,9%
Volume de negócios	160,5	170,0	179,9	9,8	5,8%
Margem EBITDA	0,62	0,65	0,57	-0,08	-12,0%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros

A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria. A variação favorável apresentada face a 2022 foi de 249,6% (+1,4 milhões de euros), e advém sobretudo do aumento dos rendimentos financeiros.

(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,2	0,6	2,6	2,0	360,6%
Gastos e perdas financeiros	1,2	1,1	1,8	0,6	56,4%
Resultados financeiros	-1,0	-0,6	0,8	1,4	249,6%

Verificou-se um aumento dos gastos financeiros (0,6 milhões de euros) e um aumento dos rendimentos financeiros (2,0 milhões de euros).

Cerca de 80% dos rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito à remuneração dos excedentes de tesouraria aplicados junto do IGCP (ressalva-se que de acordo com o Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado aplicável, a EPAL apenas poderá efetuar aplicações financeiras junto do IGCP), sendo que há igualmente um aumento significativo nos juros aplicados no Grupo AdP, em resultado da política de tesouraria do Grupo (autorizada pelo IGCP), cujo aumento face ao período homólogo resultou da maior necessidade de financiamento das empresas do Grupo.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,8 milhões de euros, mais 56,4% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivos custos com as garantias prestadas pelo Estado Português associadas. O aumento verificado nos gastos financeiros resulta sobretudo do aumento da taxa de juro da componente variável do serviço da dívida da Empresa.

A Empresa não recorre a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2023 reembolsos de capital no valor de cerca de 10,4 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização contratualizado.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 58,1 milhões de euros, o que corresponde na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 8 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 10,4 milhões de euros.

A dívida financeira líquida (que considera o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA) tem vindo a manter-se em níveis negativos, apresentando em 2023 um valor negativo de 63,7 milhões de euros.

(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Net Debt - Endividamento líquido	-42,6	-71,0	-63,7	7,2	-10,2%
Net Debt to EBITDA	-0,4	-0,6	-0,6	0,0	0,0%

Constata-se assim, apesar do esforço de tesouraria efetuado em 2023, decorrente do aumento dos pagamentos a terceiros em resultado do aumento dos preços, a manutenção em níveis bastante positivos dos valores do indicador “Net Debt to EBITDA”, que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo, como se pode constatar durante o ano de 2023.

No final de 2023 o rácio “Net Debt to EBITDA” apresenta um valor negativo, o que significa que o atual *cash flow* gerado pela Empresa faz face à totalidade do seu endividamento num espaço temporal inferior a 1 ano.

Posição Financeira

No final de 2023, o ativo da EPAL ascendia a 851,2 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 682,4 e 168,8 milhões de euros, respetivamente.

(milhões EUR)	2021	2022	2023	Variação 2023/2022	
Ativo não corrente	674,5	665,3	671,1	5,9	1%
Ativo corrente	172,6	190,8	180,0	-10,7	-6%
Total do ativo	847,1	856,0	851,2	-4,9	-1%
Capital próprio	654,1	671,9	682,4	10,5	2%
Passivo não corrente	132,3	119,4	106,1	-13,3	-11%
Passivo corrente	60,6	64,7	62,7	-2,0	-3%
Total do capital próprio e passivo	847,1	856,0	851,2	-4,9	-1%

A EPAL terminou o ano de 2023 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 80,2% e um fundo de maneo positivo de 117,4 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2023 confirma a plena sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2021	2022	2023
Autonomia Financeira	77,2%	78,5%	80,2%
Net Debt/EBITDA	-0,4	-0,6	-0,6
Fundo de maneiio (milhões EUR)	112,0	126,1	117,4
Solvabilidade	3,39	3,65	4,04

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total

NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente

Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 47,5 milhões de euros no final de 2023, menos 10,4 milhões de euros que o valor registado em 2022, evolução justificada pela ausência de recurso a novo endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento bancário.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma diminuição face ao período homólogo.

Evolução das dívidas totais

(milhões EUR)	2021	2022	2023
Clientes Diretos	23,5	24,1	26,4
Clientes Municipais e Multimunicipais	6,7	5,3	8,2
Prestação de Serviços	0,6	0,6	0,6
	30,8	30,1	35,1

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

As imparidades de clientes (líquidas de reversões) totalizaram 1,0 milhões de euros, aumentando face a 2022 em cerca de 0,2 milhões de euros, em resultado do aumento da dívida que se verificou em 2023.

Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 25,1 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 147,6%, utilizando uma taxa de desconto de 3,00% (3,60% em 2022), atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 17,0 milhões de euros.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL no último triénio é a seguinte (em milhares de euros):

	2021	2022	2023
Responsabilidades no fim do período	24.948	18.020	17.020
Valor dos ativos no fim do período	32.945	25.397	25.120
Excesso de cobertura plano de benefícios definidos	7.997	7.377	8.100

O fundo de pensões da EPAL apresentou em 2023 uma valorização bastante acentuada em todas as suas carteiras, sem exceção, embora inferior ao registado pelo *benchmark*.

Esta performance em 2023 veio mitigar a forte desvalorização ocorrida na nossa carteira em 2022 que, conforme foi na altura explicitado, deveu-se a uma tendência global (recorda-se que de acordo com a ASF a performance das carteiras dos fundos de pensões em 2022 apresentou o pior desempenho desde 2011).

A diminuição verificada na taxa de desconto (passou de 3,60% para 3,00%) implicou um aumento das responsabilidades por serviços passados, reduzindo assim o nível de financiamento do fundo de pensões. Adicionalmente informa-se que de acordo com a Norma n.º 21/96-R, de 5 de dezembro, o nível mínimo de financiamento face às exigências da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões se situa num valor confortável de 166,8%.

Ressalva-se que a política restritiva e prudente que a EPAL assume na gestão da carteira preserva, sobretudo, a estabilidade em contraponto ao risco, sendo a finalidade pagar as responsabilidades do Fundo de Pensões, sem necessidade de proceder a entregas por parte da EPAL. Assim, numa ótica de médio prazo, mantém-se uma rentabilidade positiva em todas as carteiras.

- Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A EPAL manteve em 2023 a sua própria identidade inovadora, de desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Inovação e Desenvolvimento (I&D) transversais à Empresa, muito alicerçada em projetos de inovação produtiva, e integrando ativamente os projetos desenvolvidos

Os projetos desenvolvidos centraram-se em três pilares fundamentais, focados na resolução de desafios diretos do negócio e escaláveis pela sua natureza:

- Circularidade de materiais
- Digitalização
- Eficiência energética e promoção de energias renováveis

No domínio da Circularidade de Materiais, depois de em 2020 ter sido obtida a desclassificação de lamas de ETA da categoria de resíduo, passando estas a poder ser comercializadas como matéria-prima na indústria cerâmica e como reagente no tratamento de águas residuais, nos últimos dois anos foram iniciados projetos com instituições de I&D e diversas empresas produtoras de pré-fabricados, tendo como objetivo obter a desclassificação e a aprovação da autorização de comercialização para produção de pavimentos e pré-fabricação ligeiros de betão.

Os projetos permitiram confirmar a viabilidade de valorização do subproduto Minerais do Tratamento de Água (MTA), produzido a partir de lamas de ETA, na produção de pavimentos betuminosos e na pré-fabricação ligeira de betão. Como prova de conceito foram produzidas peças de mobiliário urbano em betão pré-fabricado, utilizadas em diversas infraestruturas da EPAL. Durante o ano de 2023 foram concluídos os estudos que tinham sido iniciados em 2022, e preparou-se o dossier para envio à APA, no sentido de obtenção da desclassificação do resíduo, para a sua aplicação de MTA como agregado fino e filler, em produtos de betão pré-fabricado não estruturais, como sejam lancil, mobiliário urbano, caixas de visita de saneamento, caleiras, lajetas e pavimentos, materiais consumidos com regularidade em empreitadas do Grupo AdP.

Em 2023, também foram desenvolvidos estudos preliminares referente ao desenvolvimento de protótipo de secagem e calibração de MTA, em conjunto com o INEGI, por forma a potenciar as condições necessárias para integração deste produto nos mercados anteriormente referenciados.

Os insolúveis de cal são um outro resíduo que apesar de terem sido desclassificados, em 2020, como subproduto para utilização enquanto reagente no tratamento de águas residuais, terão seguramente valor acrescentado nas áreas da construção e da agricultura. Durante o ano de 2023 continuaram os ensaios (3 anos) que tinham sido iniciados em 2022 com entidades reconhecidas na área, nomeadamente LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), ADISA (Associação para Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia) e ESAPL (Escola Superior Agrária de Ponte de Lima). Este projeto tem como objetivo final a desclassificação, prevendo-se que em 2025 seja possível a submissão à Direção Geral de Alimentação e Veterinária para autorização de comercialização.

Durante o ano de 2023, foram realizados protocolos de ensaios para utilização de LETA e insolúveis de cal no piloto da ETAR de Castelo Branco (pertencente à Águas do Vale do Tejo).

Ainda em 2023 foram revistas as peças de concurso para a instalação de uma unidade de produção de cloro, Hipoclorito e Hidróxido de Sódio na ETA da Asseiceira, com recurso a eletrólise salina e utilização de energia renovável produzida na ETA de Asseiceira. A unidade irá contribuir para uma utilização de cloro de modo mais seguro para a comunidade e trabalhadores, mais resiliente face a perturbações de cadeias de abastecimento fruto de greves, pandemias e outras perturbações de mercado e integrada na descarbonização das operações realizadas pela EPAL.

Foi igualmente concluído o estudo de viabilidade técnica-económica para geração de oxigénio *on site*, em complementaridade com o oxigénio adquirido a fornecedores externos. Esta produção poderá permitir uma redução de custos com a aquisição de oxigénio, tornar a Empresa mais resiliente face a perturbações de cadeias de abastecimento e variações de preço e reduzir as emissões carbónicas de âmbito 3.

No ano de 2023 foi finalmente concluído o estudo de viabilidade económica, iniciado em 2021, para a valorização de origens de água do Aqueduto das Águas Livres e do Alviela, reforçando a redundância de origens de água, viabilização de rega, resiliência e amenização de espaços urbanos.

No respeitante à promoção de energias renováveis no âmbito do programa de neutralidade, foram fortemente impulsionados vários projetos, onde prosseguiram os trabalhos de:

- construção das centrais fotovoltaicas da EE Telheiras (500 kW) e do Parque das Nações (650 kW)
- construção da central hidroelétrica de Asseiceira (1.55 MW)

- construção da central fotovoltaica da EE Amadora (1 MW) e da EE Olivais (500 kW)
- construção da central fotovoltaica da EE Valada-Tejo (850 kW) e da ETA de Vale da Pedra (650 kW)
- construção do parafuso de Arquimedes e central fotovoltaica da Asseiceira (600 kW)
- construção da central hidroelétrica de Várzea das Chaminés (1.6 MW)

Foram ainda preparadas as peças de concurso associadas a microrrede de ETA da Asseiceira-Castelo do Bode e EE Vila Franca de Xira com gestão de várias fontes de produção de energia híbrida (fotovoltaica, eólico e hídrica), desenvolvido com apoio do INESC TEC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Tecnologia e Ciência), e impulsionados vários projetos para tornar possível o lançamento, já em 2024, das empreitadas respeitantes à Central Fotovoltaica dos reservatórios de Vila Franca de Xira, à Central Agrivoltaica de Espadanal e ao Gerador eólico da EE de Vila Franca de Xira.

Em matéria de projetos na área da Digitalização e da Eficiência Energética sublinha-se a implementação da empreitada para a instalação de infraestruturas de telemetria e criação do Centro de Controlo de Energia e Emissões (CCEE). Esta inclui a execução da infraestrutura física de medição de variáveis nas instalações e ferramentas de BI suportadas na plataforma EPAL WattWater para a criação de SCADA elétrico. Este investimento permitirá que sejam monitorizadas as infraestruturas relevantes pelo seu consumo de energia e capacidade de produção instalada, permitindo a monitorização do consumo de energia nos equipamentos, nos usos de energia, sistemas e recintos, que representam cerca de 80% do consumo de energia e da capacidade de produção da Empresa

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Até à data da elaboração e aprovação do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Conforme disposto pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, através das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, *"o relatório de gestão e contas a elaborar deve integrar um capítulo individualizado, convenientemente fundamentado, relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, (...), bem como evidenciar o cumprimento e níveis de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2023, (...)"*

Essas instruções foram divulgadas através do ofício ref.ª SAI_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024, e aplicam-se à EPAL.

1) Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

Conforme disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da EPAL, S.A., são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

As orientações estratégicas respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidas na Deliberação Unanime por Escrito, em 3 de novembro de 2023.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato.

O Conselho de Administração da EPAL, eleito em 17 de abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao referido normativo em 13 de novembro de 2023, tendo a proposta sido instruída de acordo com as regras aplicáveis (designadamente as constantes na nota técnica da UTAM, observando o disposto na Portaria 317-A/2021), aguardando nesta data a respetiva aprovação da proposta apresentada.

De acordo com a Lei, a celebração do contrato de gestão só ocorre após a obtenção de parecer prévio da UTAM, e subsequente concordância dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa, quanto à proposta integral de contrato de gestão, incluindo os objetivos.

Sem prejuízo do que antecede, será feita a avaliação tendo por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais propostos, bem como as fórmulas de cálculo para o apuramento do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador.

Os objetivos propostos para o mandato 2023/2025 foram os seguintes:

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
1. Objetivos individuais							
1.1.	CARLOS MARTINS Duplicação do Bode Fase 1 e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	até finais de novembro de 2023	em dezembro de 2023	em janeiro de 2024	Não lançamento até 31 de janeiro de 2024	25%
1.2.	LUÍSA BRANCO Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento utilizados nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.	Aprovação em CA dos Relatórios de Implementação elaborados por LAB.	até 30/11/2023	entre 01/12/2023 e 31/12/2023	entre 01/01/2024 e 31/01/2024	CA não aprovou relatório de implementação dos ensaios previstos até 31/01/2024	25%
1.3.	TELMA CORREIA Programa "Geração EPAL"	Taxa de participação = Número de jovens que participam no shadow board/ Número total de jovens elegíveis	Tx participação ≥ 75%	75% < Tx participação ≤ 65%	65% < Tx participações 50 %	Tx participação < 50%	25%
1.4.	RUI LOURENÇO Endividamento Bruto	Varição do endividamento bruto face ao proposto em PAO	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	25%
1.5.	PEDRO PINTO Plano de Recuperação de Dívida de Clientes	Apresentação do Plano de Recuperação de Dívida de Clientes para 2024 – Aprovação em RCA	até 31.12.2023	em janeiro de 2024	em fevereiro de 2024	Se não ocorrer a apresentação do plano para 2024 para aprovação pelo CA até 29.02.2024	25%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
2. Objetivos Setoriais							
2.1.	Qualidade da Água Fornecida	AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)	AQA ≥ 99,00%	98,5% ≤ AQA < 99,00%	97,00% ≤ AQA < 98,5%	AQA < 97,00%	20%
2.2.	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%) = (Ações executadas/Ações previstas) x 100	Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00%	80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00%	70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00%	Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00%	10%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
3. Objetivos Estratégicos							
3.1.	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$, variação face ao PAO proposto	VAR ≤ -1%	-1% < VAR ≤ 0%	0% < VAR ≤ +1%	VAR > +1%	15%
3.2.	Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões	$VAR = (RO\ Real\ n / RO\ Real\ n-1) - 1$ (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%
3.3.	RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)	$VAR = (RoA\ Real / RoA\ PAO) - 1$ (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%
3.4.	Respeito pelos prazos de pagamento	$VAR = (PMP\ Real / PMP\ PAO) - 1$ (indicador em %)	VAR < 0%*	0% ≤ VAR < +5%	+5% ≤ VAR < +10%	VAR ≥ +10%	5%
* Com limite de 29 dias, inclusive							
3.5.	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 55%, da capacidade de Produção (kWh) prevista para o primeiro período da Ficha da Neutralidade da EPAL	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 45% e inferior ou igual a 55%, da capacidade de Produção (kWh) prevista para o primeiro período da Ficha da Neutralidade da EPAL	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 35% e inferior ou igual a 45%, da capacidade de Produção (kWh) prevista para o primeiro período da Ficha da Neutralidade da EPAL	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for igual ou inferior a 35%, da capacidade de Produção (kWh) prevista para o primeiro período da Ficha da Neutralidade da EPAL	5%
Avaliação Global							100%

Os resultados verificados no ano de 2023 foram os seguintes:

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global	
		100%	80%	50%	20%					
1. Objetivos individuais										
1.1.	CARLOS MARTINS	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	até finais de novembro de 2023	em dezembro de 2023	em janeiro de 2024	Não lançamento até 31 de janeiro de 2024	25%	26/12/2023	80%	20%
1.2.	LUÍSA BRANCO	Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento utilizados nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.	até 30/11/2023	entre 01/12/2023 e 31/12/2023	entre 01/01/2024 e 31/01/2024	CA não aprovou relatório de implementação dos ensaios previstos até 31/01/2024	25%	06/12/2023	80%	20%
1.3.	TELMA CORREIA	Taxa de participação = Número de jovens que participam no shadow board/ Número total de jovens elegíveis	Tx participação ≥ 75%	75% < Tx participação ≤ 65%	65% < Tx participação ≤ 50%	Tx participação < 50%	25%	65,0%	80%	20%
1.4.	RUI LOURENÇO	Variação do endividamento bruto face ao proposto em PAO	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	25%	-20%	100%	25%
1.5.	PEDRO PINTO	Apresentação do Plano de Recuperação de Dívida de Clientes para 2024 – Aprovação em RCA	até 31.12.2023	em janeiro de 2024	em fevereiro de 2024	Se não ocorrer a apresentação do plano para 2024 para aprovação pelo CA até 29.02.2024	25%	13/12/2023	100%	25%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global	
		100%	80%	50%	20%					
2. Objetivos Setoriais										
2.1.	Qualidade da Água Fornecida	AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)	AQA ≥ 99,00%	8,5% ≤ AQA < 99,00%	0,00% ≤ AQA < 98,59	AQA < 97,00%	20%	99,76%	100%	20%
2.2.	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%) = (Ações executadas/Ações previstas) x 100	Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00%	80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00%	70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00%	Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00%	10%	97,2%	100%	10%

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023		Cálculo	Grau de Cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global
			100%	80%	50%	20%				
3. Objetivos Estratégicos										
3.1.	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$, variação face ao PAO proposto	VAR ≤ -1%	-1% < VAR ≤ 0%	0% < VAR ≤ +1%	VAR > +1%	15%	-1%	100%	15%
3.2.	Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões	$VAR = (RO Real n / RO Real n-1) - 1$ (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%	10%	100%	10%
3.3.	RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)	$VAR = (RoA Real / RoA PAO) - 1$ (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%	6%	100%	10%
3.4.	Respeito pelos prazos de pagamento	$VAR = (PMP Real / PMP PAO) - 1$ (indicador em %)	VAR < 0%*	0% ≤ VAR < +5%	+5% ≤ VAR < +10%	VAR ≥ +10%	5%	-17%	100%	5%
3.5.	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 55%, da capacidade de	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 45% e inferior ou igual a 55% da	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for superior a 35% e inferior ou igual a 45% da	Quando a capacidade de Produção (kWh) adjudicada até ao final de 2023, for igual ou inferior a 35% da	5%	52,0%	80%	4%

A avaliação média global do ano foi de 96,0%, considerando-se assim uma avaliação global positiva, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de auditoria pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP.

b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2023, por Despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, datado de 29 de dezembro de 2023, e do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, datado de 30 de dezembro de 2023.

Nos termos do n.º 7 e do n.º 8 do artigo 39.º do RJSPE, foi aprovado o relatório de análise n.º 206/2023, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, no qual se conclui que o Plano de Atividades e Orçamento da EPAL para 2023 se encontrava em condições de merecer aprovação. O Relatório de Análise foi aprovado pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, tendo sido concedidas as autorizações legalmente necessárias.

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	42.696.067	56.659.345	13.963.278	Maior Volume de negócios e menos gastos que o previsto
EBITDA	91.048.259	103.090.215	12.041.956	Maior Volume de negócios e menos gastos que o previsto
Resultado Operacional ⁽¹⁾ (EBIT)	62.482.216	74.760.439	12.278.223	Maior Volume de negócios e menos gastos que o previsto
Volume de Negócios ⁽²⁾	175.193.983	179.855.415	4.661.432	Maior volume vendido
Endividamento ⁽⁴⁾	72.526.325	58.132.280	(14.394.045)	Menor realização do plano de investimentos
Dívida Financeira Líquida ⁽³⁾ / EBITDA	(0,3)	(0,6)	(0,3)	Rácio inferior ao previsto (dívida inferior)
Disponibilidades ⁽⁵⁾	102.098.510	15.878.999	(86.219.511)	Apoio de tesouraria à AdP SGPS – 106 M€

(1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

(2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

(3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

(4) Passivo remunerado

(5) Caixa conforme balanço

c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Plano de Investimento	PAO 2023	Executado 2023							Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
		Total	Fontes de Financiamento					Outras		
			Autofinanciamento (Receltas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR			
Investimentos constantes do PAO:	59 895	31 168	31 168	0	0	0	0	0	-28 727	
Investimento em curso a 31.12.2022	20 916	10 054	10 054						-10 863	Esta rubrica agrega um elevado número de Investimentos, disseminando-se o desvio por esses investimentos; verificaram-se atrasos nas componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos (incluindo conflito na Ucrânia e alterações CCP). Individualmente, destaca-se o atraso de cerca de 1 milhão de euros na execução da Nova Academia da Água.
Investimento iniciado em 2023, constante das fichas de acompanhamento dos RET	14 432	14 673	14 673						241	Globalmente, não se verificam desvios. Destaca-se, todavia, a maior realização face ao previsto do investimento Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões, que compensa a menor realização nos investimentos ETA Asseiceira - Asseiceira 0% - Mini-central hidroelétrica e Duplicação do Canal de Água Bruta, Gerador de Energia Elétrica de Fonte Hídrica e de Fonte Fotovoltaica da ETA da Asseiceira e Interligações em Média Tensão.
Investimentos materialmente relevantes	0	0	0						0	Não foram aprovados investimentos materialmente relevantes.
Restante Investimento previsto	24 547	6 441	6 441						-18 106	Esta rubrica agrega um elevado número de Investimentos, novos e de substituição, disseminando-se o desvio por esses Investimentos. Verificaram-se atrasos nas componentes formais do processo (elaboração da solução técnica para projeto e desenvolvimento das peças para concurso) devido a constrangimentos internos e externos (incluindo conflito na Ucrânia e alterações CCP). Destaca-se o desvio de cerca de 2,2 milhões de euros nas Aquisições de Bens.
Investimento realizado não constante do PAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não foram executados Investimentos não previstos no PAO 2023.

d) Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.

Não aplicável, pois a Empresa não tem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado.

e) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, pois a Empresa não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

2) Gestão do risco financeiro - descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pela holding do Grupo com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final. No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo. Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas são inicialmente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos.

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	1 760 090	1 099 933	1 150 067	1 293 675	1 428 913
Taxa média financiamento (%)	2,78%	1,49%	1,37%	1,36%	1,30%

Os encargos financeiros no ano de 2023 aumentaram em cerca de 56,4%, em resultado do aumento das taxas de juro que influenciaram determinadamente os desembolsos contratados a taxa variável. Contudo, a variação não foi mais elevada pois cerca de 55% do financiamento da EPAL encontra-se contratado a taxa fixa, o que permitiu estabelecer o valor da variação em níveis mais baixos.

A taxa média de financiamento (incluindo juros e outros encargos associados, tais como comissões de garantia) em 2023 foi de 2,78%, superior à verificada no período homólogo pela alteração das condições de mercado, nomeadamente ao nível das taxas de juro.

A informação respeitante a esta capítulo encontra-se complementada na nota 4 – Políticas de Gestão de Risco, das Notas às Demonstrações Financeiras constante no presente relatório.

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023 (LOE2023), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023):

No ano de 2023 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução 10,4 milhões de euros (-15,1%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo financiamento.

Variação do Endividamento (execução)	2023	2022
	Valores (€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	58.132.280	68.482.225
Capital Social	150.000.000	150.000.000
Novos investimentos no ano 2023 (com expressão material)	-	
Variação do Endividamento	(4,7%)	

A Empresa cumpre integralmente o disposto no n.º 1 do art.º 560.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, apresentando uma redução de 4,7% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR- Financiamento remunerado.

Capital - Capital social e outros instrumentos de capital próprio.

Novos investimentos - os investimentos com expressão material, na parte não comparticipada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 134.º do DLEO 2023, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000 ou a 10% do orçamento anual da Empresa. Em 2023 a Empresa não tem investimentos enquadráveis nesta categoria.

4) Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("*arrears*"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

Verificou-se que em 2023 o prazo médio de pagamento a fornecedores correntes, apresenta uma redução de 5 dias face a 2022, cumprindo o previsto na legislação em apreço.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

Prazo médio de pagamentos	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Valor	%
Prazo (dias)	25	30	-5	-16,7%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes. No caso das aquisições de investimento inclui as cauções para garantia se serão libertadas atentos os prazos legais para o efeito.

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-180 dias	180-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	761.030	73.440	97.069	258.901	
Aquisição de Investimentos	332.442	67.974	135.065	312.589	
Total	1.093.472	141.414	232.134	571.490	

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas.

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da Empresa.

6) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável).

Não aplicável, atendendo que não foram emitidas reservas na última certificação legal de contas.

7) Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da EPAL, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do setor público e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

A política remuneratória dos órgãos sociais da EPAL, comum à das empresas do grupo Águas de Portugal, segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 19 de março, à definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da

sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a EPAL uma empresa com classificação "A";

- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da EPAL.

Em 2023 foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado. As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice 1 das instruções sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2023.

Atendendo que durante o ano de 2023 se procedeu à eleição dos novos órgãos sociais para o mandato 2023/2025, a apresentação da informação respeitará os períodos temporais dos mandatos exercidos durante o ano em apreço (informação referente ao mandato 2020/2022 e informação referente ao mandato 2023/2025).

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2023, encontra-se ainda complementada toda a informação referente às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração (constam do ponto D. do capítulo VII do Relatório do Governo Societário de 2023 da Empresa).

a) Órgãos Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023 (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC)

i) Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferiram qualquer remuneração no ano em apreço.

Em Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2023, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade para o mandato 2023-2025.

Até à data de 17 de abril de 2023 os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 24 de junho de 2020 eram os seguintes:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
(Início-Fim)				Bruta (1)
2020-2022	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650,00	0,00

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
(Início-Fim)				Bruta (1)
2020-2022	Vice-Presidente	AdP SGPS SA	-	0,00
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	0,00
				0,00

Após 17 de abril de 2023 os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos para o mandato 2023/2025 são os seguintes:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
(Início-Fim)				Bruta (1)
2020-2022	Presidente	AdP, SGPS, SA	650,00	0,00
2020-2022	Vice-Presidente	Não aplicável	-	0,00
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	0,00
				0,00

ii) Conselho de Administração

São apresentados de seguida as informações constantes no apêndice 1 das instruções divulgadas através do ofício ref.^a SAI_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024.

Em 17 de abril de 2023, através de Deliberação Unânime por Escrito, procedeu-se à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2023-2025, designadamente do Conselho de Administração.

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente ao mandato 2020/2022, terminado em 17 de abril de 2023, são as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.966,48	2.386,59
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	5.369,83	2.147,93
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Barnabé Francisco Primo Pisco (falecido 2022)	Sim	A	n.a.	n.a.

Obs: As remunerações indicadas não estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor, e que foram aplicadas em 2023.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação data da autorização e forma	
2020-2022	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	DUE	24/jun/20	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	4
2020-2022	Vice-Presidente	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	DUE	24/jun/20	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	3
2020-2022	Vogal	Telma Susana Rodrigues Correia	DUE	24/jun/20	Não	Câmara Municipal Amadora	EPAL	n.a.	1
2020-2022	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco *	DUE	24/jun/20	Não	EPAL	EPAL	n.a.	2
2020-2022	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	DUE	24/jun/20	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	n.a.	2

* Falecido em 2022

Membro do CA	Acumulação de funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
José Manuel Leitão Sardinha	AdVT	Presidente	Público	AG 29/jul/2020
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT	Vice-Presidente	Público	AG 29/jul/2020
Telma Susana Rodrigues Correia	AdVT	Vogal	Público	AG 29/jul/2020
Barnabé Francisco Primo Pisco *	-	-	-	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT	Vogal	Público	AG 29/jul/2020

* Falecido em 2022

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual auferida (€)			Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	Fixa	Variável	Valor Bruto		
José Manuel Leitão Sardinha	30.808,16	-	30.808,16	1.928,30	28.879,86
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	29.120,99	-	29.120,99	1.456,10	27.664,90
Telma Susana Rodrigues Correia	25.885,32	-	25.885,32	1.294,21	24.591,10
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	25.885,32	-	25.885,32	1.294,21	24.591,10
Barnabé Francisco Primo Pisco (falecido)	-	-	-	-	-
			111.699,79	5.972,82	105.726,97

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros			
	Diário	Enc. anual da empresa	(Identificar)	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Comunic.	Viaturas	Deslocações	Enc. anual da empresa
José Manuel Leitão Sardinha	7,14	506,94	Seg. Social	7.809,25	1.007,94	484,68	127,46	3.973,79	0,00	4.101,25
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14	500,52	CGA /ADSE	6.795,48	223,66	377,49	143,74	2.930,34	0,00	3.074,08
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14	469,59	CGA /ADSE	6.074,79	201,29	335,55	140,00	2.946,15	0,00	3.086,15
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14	502,55	Seg. Social	6.065,45	111,83	237,68	142,31	3.612,42	0,00	3.754,73
Barnabé Francisco Primo Pisco (falecido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		1.979,59		26.744,96	1.544,72	1.435,40	553,51	13.462,71	0,00	14.016,22

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	Sim	49 143,99	AOV	2018	2024	823,90	3 295,61	12
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	529,22	2 116,88	12
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	499,04	1 996,14	12
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	545,03	2 180,10	12
Barnabé Francisco Primo Pisco (falecido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Membro do CA	Gastos anuais associados a deslocações de serviço				
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras	Gastos totais com viagens
José Manuel Leitão Sardinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telma Susana Rodrigues Correia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Barnabé Francisco Primo Pisco*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* falecido em 2022

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente ao mandato 2023/2025 iniciado em 17 de abril de 2023 são as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Carlos Manuel Martins	Sim	A	5.966,48	2.386,59
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado *	Sim	A	5.966,48	2.147,93
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Pedro Pinto de Jesus	Sim	A	4.773,18	1.909,27

Obs: As remunerações indicadas não estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

* Foi autorizada a Vice-Presidente a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos				N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação data da autorização e forma	
2023-2025	Presidente	Carlos Manuel Martins	DUE	17/abr/23	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	1
2023-2025	Vice-Presidente	Lúisa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	DUE	17/abr/23	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	n.a.	4
2023-2025	Vogal	Telma Susana Rodrigues Correia	DUE	17/abr/23	Não	Câmara Municipal Amadora	EPAL	n.a.	2
2023-2025	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	DUE	17/abr/23	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	n.a.	3
2023-2025	Vogal	Pedro Pinto de Jesus	DUE	17/abr/23	Não	Câmara Municipal Lisboa	EPAL	n.a.	1

Membro do CA	Acumulação de funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data de autorização e forma
Carlos Manuel Martins	AdVT	Presidente	Público	AG 17/abr/2023
Lúisa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT	Vice-Presidente	Público	AG 17/abr/2023
Telma Susana Rodrigues Correia	AdVT	Vogal	Público	AG 17/abr/2023
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT	Vogal	Público	AG 17/abr/2023
Pedro Pinto de Jesus	-	-	-	-

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual auferida (€)			Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	Fixa	Variável	Valor Bruto		
Carlos Manuel Martins	79.099,51	-	79.099,51	3.955,30	75.144,21
Lúisa Maria Branco dos Santos Mota Delgado*	71.831,79	-	71.831,79	3.591,70	68.240,08
Telma Susana Rodrigues Correia	63.850,44	-	63.850,44	3.192,39	60.658,06
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	63.850,44	-	63.850,44	3.192,39	60.658,06
Pedro Pinto de Jesus	63.279,54	-	63.279,54	3.163,80	60.115,74
			341.911,73	17.095,58	324.816,14

* - Face à autorização concedida à Vice-Presidente, Lúisa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025, serão processados retroativos durante o ano de 2024, respeitante ao período compreendido entre 17 de abril de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros			
	Diário	Enc. anual da empresa	(Identificar)	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Comunic.	Viaturas	Deslocações	Enc. anual da empresa
Carlos Manuel Martins	7,14 €	1 213,80 €	CGA/ADSE	18 484,94	775,36	1 029,95	281,00	10 779,46	0,00	11 060,46
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14 €	1 234,60 €	CGA/ADSE	16 762,18	551,70	931,15	282,00	7 260,98	0,00	7 542,98
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14 €	1 158,33 €	CGA/ADSE	14 984,47	496,52	827,69	280,00	6 669,46	0,00	6 949,46
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14 €	1 178,10 €	Seg. Social	14 961,43	993,04	823,96	280,00	17 583,21	0,00	17 863,21
Pedro Pinto de Jesus	7,14 €	1 239,61 €	Seg. Social	14 827,95	387,68	827,69	280,00	8 085,31	0,00	8 365,31
		6 024,45		80 020,98	3 204,29	4 440,44	1 403,00	50 378,42	0,00	51 781,42

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Carlos Manuel Martins	Sim	Sim	49143,99	AOV	2018	2024	823,90	7 268,65	6
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	532,20	4 435,31	6
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	502,01	4 193,83	6
Rui Manuel Gonçalves Lourenço *	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	699,18	14 803,01	6
Pedro Pinto de Jesus	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2024	599,06	4 093,30	6

* A viatura do vogal Rui Lourenço sofreu recálculos de extensão de renda, com efeitos retroativos ao início do contrato (ano de 2018)

Membro do CA	Gastos anuais associados a deslocações de serviço				
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras	Gastos totais com viagens
Carlos Manuel Martins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telma Susana Rodrigues Correia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pedro Pinto de Jesus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

iii) Órgãos de Fiscalização

São apresentados de seguida as informações constantes no apêndice 1 das instruções divulgadas através do ofício ref.^a SAI_DGTF/2024/269, de 6 de fevereiro de 2024

Conselho Fiscal

Através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 2 de novembro de 2023, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2023-2025.

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal correspondente ao mandato 2019/2021 terminado em 2 de novembro de 2023 são as seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado mensal	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		

2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	AG	05/abr/19	1.670,61	2
2019-2021	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	05/abr/19	1.252,96	2
2019-2021	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	AG	05/abr/19	1.252,96	2
2019-2021	Vogal Suplente	Luis Miguel Barros Martins Damas	AG	05/abr/19	-	2

Nome	Remuneração Anual Bruta
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	19 442,10
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	13 928,84
Eduardo José Santos Clemente	14 580,69
	47 951,62

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal correspondente ao mandato 2023/2025 iniciado em 2 de novembro de 2023 são as seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado mensal	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2023-2025	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	DUE	02/nov/23	1.670,61	3
2023-2025	Vogal	Isabel Maria Paz Mendes	DUE	02/nov/23	1.252,96	1
2023-2025	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	DUE	02/nov/23	1.252,96	3
2023-2025	Vogal Suplente	Luis Miguel Barros Martins Damas	DUE	02/nov/23	-	3

Nome	Remuneração Anual Bruta
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	2.777,44
Isabel Maria Paz Mendes *	-
Eduardo José Santos Clemente	2.082,96
	4.860,40

* Obs: A remuneração da vogal Isabel Mendes será apenas processada no ano de 2024 (montante estimado – 2.579 euros)

Revisor Oficial de Contas

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas para o mandato 2019/2021, por deliberação da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019.

Da DUE de 2 de novembro de 2023 constava um ponto sobre a eleição do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2023-2025, ponto esse que acabou por ser retirado da ordem de trabalhos por não se encontrarem reunidas as condições para a sua discussão e aprovação.

Assim, e nos termos dos estatutos da sociedade, continua o Revisor Oficial de Contas a exercer o respetivo mandato até que novo Revisor Oficial de Contas eleito inicie o exercício do respetivo cargo.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por	183	20161485	AG	5 abril de 2019	Sim	5	5.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	24 março de 2021	Sim	4	4.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 abril de 2019	Sim	5	5.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome ROC	Valor anual do contrato de prestação de serviços		Valor anual de serviços adicionais	
	Valor anual	Identificação do serviço	Valor anual	Identificação do serviço
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.	13.741,00	Revisão legal de Contas	-	-
PricewaterhouseCoopers Tax Services, Lda.	-	-	4.800,00	Revisão da declaração Modelo 22

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações vigentes em 2023

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2023 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

8) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações.

Membro do CA (Mandato 2020/2022)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80,00	127,46	-
Lúisa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80,00	143,74	-
Telma Susana Rodrigues Correia	80,00	140,00	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80,00	-	Falecido em 2022
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80,00	142,31	-
		553,51	

Membro do CA (Mandato 2023/2025)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações

Carlos Manuel Martins	80,00	281,00	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80,00	282,00	-
Telma Susana Rodrigues Correia	80,00	280,00	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80,00	280,00	-
Pedro Pinto Jesus	80,00	280,00	-
		1.403,00	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço.

Membro do CA (Mandato 2020/2022)	Plafond mensal de combustíveis e portagens	Gastos anuais associados a deslocações de serviço			
		Combustíveis	Portagens	Total	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	566,82	503,23	174,95	678,18	
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	510,13	468,36	340,15	808,51	
Telma Susana Rodrigues Correia	453,45	775,41	174,60	950,01	
Barnabé Francisco Primo Pisco *	453,45	-	-	-	Falecido em 2022
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	453,45	1.099,77	207,60	1 307,37	
				3 744,07	

Membro do CA (Mandato 2023/2025)	Plafond mensal de combustíveis e portagens	Gastos anuais associados a deslocações de serviço			
		Combustíveis	Portagens	Total	Observações
Carlos Manuel Martins	566,82	1.611,00	1 229,95	2.840,95	
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	510,13	1.560,32	1 265,35	2.825,67	
Telma Susana Rodrigues Correia	453,45	1.888,57	587,06	2.475,63	
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	453,45	2.208,40	571,80	2.780,20	

Membro do CA (Mandato 2023/2025)	Plafond mensal de combustíveis e portagens	Gastos anuais associados a deslocações de serviço			
		Combustíveis	Portagens	Total	Observações
Pedro Pinto de Jesus	453,45	2.064,00	765,00	2.829,00	
				13.751,45	

9) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

10) Elaboração (de três em três anos) e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a cada três anos, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens (período de referência 2023).

O relatório encontra-se disponível em:

<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=12>

11) Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

De acordo com a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, no seu artigo 7.º, as entidades do setor público empresarial elaboram, anualmente, planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da

discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicá-los no respetivo sítio na Internet. Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da mesma Lei, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial;
- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a EPAL elaborou o Plano para a Igualdade de Género para 2024 de acordo com o «Guião para a implementação de planos de igualdade para as empresas», disponível no sítio na Internet da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e que contempla a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, estruturadas em 7 áreas agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores
- Igualdade no Acesso a Emprego
- Formação Inicial e Contínua
- Igualdade nas Condições de Trabalho
- Proteção na Parentalidade
 - Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

No âmbito da referida legislação a EPAL submeteu, para análise, pela CITE, o Plano para a Igualdade de Género a vigorar no próximo ano e procedeu à respetiva publicação, no seu sítio da internet, que poderá ser acedido através do seguinte endereço:

<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-igualdade-g%c3%a9nero-2024.pdf?sfvrsn=4>

12) Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção

(RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6.º do RGPC).

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, a EPAL possui Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da EPAL, encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>.

Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na EPAL em 2009, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2024, já adaptado às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, ou implementados, mas não eficazes, e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas, sem prejuízo do carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/quem-somos/governo-da-sociedade/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>.

13) Contratação pública, indicando, designadamente:

a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2023, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos

para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

A Empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido até à data, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Durante o ano de 2023 não foram submetidos a visto prévio quaisquer contratos.

14) Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina

dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

- 15) Eficiência operacional, prevista no n.º 1, 2 e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, prevista no n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 34.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no Decreto-lei de execução orçamental. Conforme disposto no ponto 3.1. do Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto, e n.º 1 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, deve ser garantido em 2023 o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 ou 2022, consoante o que registar volume de negócios superior. No caso EPAL, o comparativo a adotar será o ano de 2022 visto ser o que apresenta o volume de negócios superior.

Na sequência do Despacho de Aprovação do PAO 2023 a EPAL passou a monitorizar um novo indicador de eficiência operacional que deduz ao rácio os impactos em gastos com a atividade Aquamatrix, uma vez que os seus rendimentos não concorrem para o volume de negócios. O relatório de análise técnica do documento em apreço, sancionado pelo despacho de aprovação do PAO 2023, indicou:

Recomenda-se ainda que os Gastos operacionais fiquem limitados a 79,808 milhões de euros e, nessa circunstância, desconsiderando os Gastos operacionais decorrentes de fatores excepcionais e da atividade AQUAmatrix, em 2023 não se verificará uma degradação da Eficiência operacional.

Face ao referido, concordando e querendo, a proposta de “Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2025” apresentada pela EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. reúne as condições para merecer aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Dessa forma dever-se-á ajustar os gastos globais da Empresa, retirando os gastos incorridos com esta atividade. O novo indicador aprovado no PAO 2023 e que permite neutralizar o efeito desta atividade – Aquamatrix –, consubstanciou-se em monitorizar o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de

negócios, excluindo os efeitos dessa atividade nos gastos, uma vez que o impacto desta em rendimentos não ocorre na rubrica de volume de negócios, mas sim nos outros rendimentos operacionais.

Os gastos com esta atividade em 2023 ascenderam a 1,0 milhões de euros, dos quais:

- 0,7 milhões de euros relativos a gastos com o pessoal; e
- 0,3 milhões de euros relativos a fornecimento e serviços externos.

Para efeitos de apuramento do rácio estes valores considerados no quadro infra na linha "(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais".

Na alínea c) do n.º 2 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 18 de agosto, é referido que nos casos em que o rácio de eficiência operacional seja afetado por fatores excecionais, designadamente os decorrentes da crise geopolítica, com impacto orçamental significativo, devidamente fundamentados, pelo aumento do preço unitário dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes, ou por requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva área setorial podem autorizar que o respetivo impacto seja deduzido do cálculo do rácio.

Em termos de impacto económico registam-se:

- a rubricas de eletricidade, com acréscimo de 13,4 milhões de euros (mais de 130% no custo unitário); e
- a rubrica de reagentes, com um impacto de 0,1 milhões de euros.

Para efeitos de apuramento do rácio estes valores considerados no quadro infra na linha "(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais".

Prevê-se ainda que, caso se tenha verificado um aumento dos gastos operacionais, decorrente de situações excecionais, designadamente da crise geopolítica, deverá ser feita uma apresentação detalhada desses gastos.

Os gastos excecionais verificados em 2023 decorrem essencialmente de dois fatores, designadamente da crise geopolítica (a afetar os fornecimentos e serviços externos), e do acordo de valorização de rendimentos (a afetar os gastos com o pessoal).

Ao nível dos impactos da crise geopolítica destaca-se:

- De forma mais transversal e decorrente dos impactos dos preços da energia e dos aumentos no salário mínimo nacional diversos contratos que previam expressamente fórmulas de revisão de preços tiveram gastos acrescidos por esta via, apenas para os contratos mais relevantes de tratamento de lamas, conservação e reparação de equipamento básico e operação/manutenção, apurou-se um valor de 0,3 milhões de euros.

Ao nível dos gastos com o pessoal, os factos que não permitem a comparabilidade decorrem:

- da aplicação do acordo de valorização de rendimentos (por via da atualização das rubricas pecuniárias do Acordo de Empresa), que se traduziu num gasto acrescido de 1,6 milhões de euros;

Os factos não comparáveis referidos acima foram considerados no quadro infra na linha "(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais".

No que respeita aos gastos operacionais, os gastos com deslocações, alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e estudos o Despacho de aprovação do PAO da Empresa prevê:

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

iii. O aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, que inclui o Aluguer Operacional de Viatura a alocar à atividade AQUAmatrix, e dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em até 48,5 mil euros face ao estimado para 2022, limitando o montante global destes encargos a 2,502 milhões euros em 2023;

Os gastos operacionais foram igual e determinantemente influenciados pelos fatores extraordinários acima referidos, sobretudo nos gastos incorridos com a frota automóvel.

Ao nível dos gastos com frota, a impossibilidade de celebração de novos contratos, com o correspondente prolongamento dos contratos existentes, representou:

- um acréscimo de 0,5 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos; e
- uma redução de 0,2 milhões de euros na rubrica de gastos em amortizações do exercício.

Efetivamente, a não celebração de novos contratos e o correspondente prolongamento dos contratos existentes representou um acréscimo líquido de 0,3 milhões de euros nos gastos com frota (incremento

de rendas em FSE e redução de gastos em amortizações), refletindo-se assim na variação apresentada face ao exercício de 2022 e ao valor constante no PAO 2023.

Tendo assim a EPAL cumprido com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresenta-se no quadro seguinte o detalhe considerado no cálculo do mesmo:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.*	2023/2022		2023/2019	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	103.090.215	89.928.259	89.149.853	13.940.362	15,6%	279.609	0,3%
(1) CMVMC	2.103.849	1.991.110	1.906.319	197.530	10,4%	343.293	19,5%
(2) FSE	42.767.416	52.446.724	28.160.199	14.607.217	51,9%	9.097.040	27,0%
(3) Gastos com o pessoal	26.101.115	26.214.988	24.629.113	1.472.002	6,0%	739.700	2,9%
i. Relativos aos órgãos sociais	-570.898	-653.686	-502.166	-68.732	13,7%	32.707	-5,4%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais	-678.005	-118.748	-565.299	-112.707	19,9%	-678.005	-
iii. Efeito do acordo para a melhoria de rendimentos	-1.641.369	-1.556.833	0	-1.641.369	-	-1.641.369	-
iii. Valorizações remuneratórias, que sejam o	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e dos gastos com incidência	463.996	0	574.403	-110.407	-19,2%	1.560.051	-142,3%
iv. Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	0	0	-	0	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii	23.674.840	23.885.722	24.136.052	-461.212	-1,9%	13.085	0,1%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores externos	16.476.600	26.674.162	1.911.356	14.565.244	762,0%	16.476.600	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional=	54.495.780	53.978.660	52.784.275	1.711.505	3,2%	-6.296.567	-10,4%
(7) Volume de negócios (VN)	179.855.415	175.193.983	170.009.334	9.846.081	5,8%	12.904.427	7,7%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores externos	0	0	0	0	-	0	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	179.855.415	175.193.983	170.009.334	9.846.081	5,8%	12.904.427	7,7%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	30,3%	30,8%	31,0%	-2,5 p.p.		-6,1 p.p.	
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	102.661	92.500	57.333	45.328	79,1%	25.725	33,4%
ii. Gastos com Ajudas de custo	7.555		4.262	3.293	77,2%	-35.238	-82,3%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	2.306.551	2.129.466	2.128.696	177.856	8,4%	521.628	29,2%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres	296.509	280.000	263.175	33.334	12,7%	6.803	2,3%
(11) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr alínea	2.713.276	2.501.966	2.453.466	259.810	10,6%	518.918	23,6%
N.º de viaturas	267	268	267	0	0,0%	0	0,0%

16) Recursos Humanos e massa salarial (artigo 131.º do DLEO 2023 | Despachos, de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças)

Face a dezembro de 2022 não ocorreu nenhuma variação no n.º global de trabalhadores.

	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
				Δ Absol.	Var. %
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	653	660	653	-	-

N.º Órgãos Sociais (OS)	11	12	11	-	-
N.º Cargos de Direção (CD)	17	20	20	(3)	(15,0%)
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	625	628	622	3	0,5%
N.º Trabalhadores/N.º CD	37	31	31	6	18,2%
Gastos com Pessoal/Total	26.101.115	25.727.285	24.629.113	1.472.002	6,0%

A evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos nos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado das Finanças é apresentada no quadro seguinte:

Despachos de 15-12-2022 e 12-05-2023, SET e SEF	
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) – EPAL	5,4%

Refira-se que a atualização aplicada aos trabalhadores da EPAL decorreu da atualização do seu Acordo de Empresa.

17) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLOE 2023)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;

- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

À data de 31 de dezembro de 2023, as disponibilidades e aplicações da EPAL centralizadas no IGCP eram de 15.587.644 euros.

As disponibilidades e aplicações financeiras que se encontravam junto do IGCP, no final de cada trimestre de 2023, eram as seguintes:

IGCP (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	5 604 407	5 353 512	9 290 664	1 587 644
Aplicações financeiras	115 000 000	65 000 000	75 000 000	14 000 000
Total	120 604 407	70 353 512	84 290 664	15 587 644

As disponibilidades que se encontravam junto da banca comercial, no final de cada trimestre de 2023, eram as seguintes:

Banca Comercial* (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Caixa Geral de Depósitos	74 646	304 036	84 144	54 019
Banco BPI	22 373	47 025	30 299	21 788
BBVA	31 508	6 789	15 088	3 164
Banco Santander	116 566	113 788	157 848	128 443
Millennium BCP	4 795	22 681	9 264	16 677
Novo Banco	60 877	58 374	63 185	40 414
Bankinter	3 633	3 597	1 998	3 000
Total	314 398	556 292	361 826	267 505
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Ressalva-se, contudo, que alguns montantes indicados no quadro anterior, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período, e que foram transferidos no dia útil seguinte para a conta da EPAL junto do IGCP.

18) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivos resultados.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

19) Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do Código das Sociedades Comerciais, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexo ao RGS.

Não aplicável, atendendo que a EPAL não é EIP.

20) Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação reportada a 31 de dezembro de 2023, e assegurado que esta informação se encontra atualizada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).

Conforme orientações da DGTF, a Empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Cumprimento das Orientações Legais - 2023	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S / N / NA		
Objetivos de Gestão	S		<i>Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"</i>
2. Objetivos Setoriais			
Qualidade da Água Fornecida		100%	
Plano de Manutenção		100%	
3. Objetivos Estratégicos			
Eficiência de Gestão		100%	
Resultado Operacional com correção de imparidades e provisões		100%	
RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)		100%	
Respeito pelos prazos de pagamento		100%	
Plano de Neutralidade Energética		80%	
1. Objetivos individuais			
Duplicação do Bode Fase I e Instalação de 3 grupos eletrobomba na Estação Elevatória de Vila Franca de Xira		80%	

Cumprimento das Orientações Legais - 2023	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S / N / NA		
Capacitação da Direção de Laboratórios da EPAL (LAB) para verificação de que os produtos químicos utilizados no tratamento nos sistemas de abastecimento cumprem o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto.		80%	
Programa "Geração EPAL"		80%	
Endividamento Bruto		100%	
Plano de Recuperação de Dívida de Clientes		100%	
Metas a atingir constantes no PAO 2023	S		Ponto 1 b) e c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Investimento		52,0%	Ponto 1 c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Nível de Endividamento		-255,9%	Ponto 1 b) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	NA		-
Gestão do Risco Financeiro	NA	2,78%	Taxa média de financiamento 2023 (Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-4,7%	Varição do endividamento face a 2022 (Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
Evolução do PMP a fornecedores	S	-5	Varição do PMP a fornecedores (Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	-	945.038	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Recomendações do Acionista na aprovação de contas	NA	-	Não foram emitidas recomendações (Ponto 5 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
Reservas emitidas na última CLC	NA	-	A CLC não apresentava reservas (Ponto 5 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
Remunerações/honorários:			
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2023		23.068 EUR	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
• Não utilização de cartões de crédito	S	n.a.	Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito (Ponto 8 a) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
• Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	n.a.	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal (Ponto 8 b) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais")
• Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	n.a.	Ponto 8 c) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	n.a.	Ponto 8 d) do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			A empresa não realizou qualquer despesa não documentado ou confidencial
• Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	n.a.	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S		
• Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres		n.a.	Ponto 10 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção		n.a.	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

Cumprimento das Orientações Legais - 2023	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S / N / NA		
Contratação Pública			
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa • Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas • Contratos submetidos a visto prévio do TC 	S	n.a.	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
	NA	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
	NA	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		
Medidas tomadas na adesão ao Sistema Nacional de Compras		n.a.	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	-2,5 p.p.	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP • Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial • Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado 	S	98,3%	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31/dez/2023
	S	268 mil EUR	Saldo a 31/dez/2023
	NA	-	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Auditorias do Tribunal de Contas	NA	n.a.	Ponto 18 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	n.a.	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Apresentação da demonstração não financeira	NA	n.a.	Ponto 19 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

PERSPETIVAS FUTURAS

A EPAL apresenta no contexto das empresas do setor e da AdP SGPS uma particular situação que decorre do seu histórico, o qual tem efeitos diretos na gestão dos seus ativos operacionais. A vida útil das suas infraestruturas críticas para assegurar o abastecimento aos seus clientes municipais e finais na cidade de Lisboa determina que a renovação e reabilitação assumam particular acuidade.

Assegurar a excelência do serviço de abastecimento de água na cidade de Lisboa e aos clientes municipais está no centro dos nossos propósitos, e constitui a mais forte motivação para toda a equipa.

Identificamos como pilares estratégicos de curto prazo: (i) requalificação e valorização dos ativos; (ii) resiliência dos sistemas; (iii) eficiência e sustentabilidade; (iv) inovação e digitalização de processos e operações; (v) reforço de processos colaborativos.

A EPAL está a promover um Plano Diretor de Abastecimento à área EPAL e Oeste que será ferramenta complementar à gestão de ativos operacionais na identificação de investimentos prioritários de médio e longo prazo.

O conhecimento e a informação sobre as infraestruturas atuais, complementado com sistemáticas campanhas de inspeção tem permitido estabelecer prioridades para investimentos estruturantes de curto prazo com foco no futuro, visando assegurar crescente resiliência dos sistemas e segurança do serviço prestado.

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024 vamos prosseguir o reforço de investimentos na área operacional, sem prejuízo de orientar a ação para prosseguir metas de eficiência que se traduzem em investimentos para a neutralidade carbónica, com particular enfoque nas energias renováveis, reforço da economia circular, com ênfase na redução de perdas e gestão das lamas de ETA.

A promoção de medidas tendentes a redução de água não faturada, determinará a breve prazo uma aposta em telemetria e na melhoria de canais de comunicação com clientes, na fiscalização e no cumprimento de níveis de serviço alinhados com o novo quadro regulamentar previsto pela ERSAR a partir de 2024.

A EPAL, enquanto empresa de excelência no setor, tem a responsabilidade acrescida de difundir e promover boas práticas junto de outras entidades gestoras e em particular de se assumir como um parceiro em processos colaborativos.

Vamos prosseguir e dinamizar de forma crescente o envolvimento em projetos de inovação, e vamos implementar os projetos candidatados, aprovados e financiados em 2023, com todos os nossos parceiros, criando um ambiente organizacional interno favorável ao fomento da criatividade.

A iniciativa “Geração EPAL” que recentemente teve lugar constitui um primeiro passo para o envolvimento dos mais jovens e na promoção de ideias criativas, sendo nosso objetivo implementar a ideia gerada e mais votada, no evento, no decorrer de 2024.

Estamos apostados em envolver de forma direta parceiros do setor, universidades e politécnicos, na dinamização da Academia das Águas Livres. Concluídas que estejam as novas instalações vamos reforçar com medidas de natureza institucional essa abertura, tendo em vista responder de forma efetiva às crescentes necessidades de formação presentes e futuras.

Estamos a realizar planos, projetos e obras tendentes a qualificar as infraestruturas, dotando-as de melhores condições operacionais e de maior eficiência energética, a valorização de ativos não operacionais, com muita energia no projeto “Campus da Água”.

A orientação para ganhos de eficiência continuará a nortear os nossos propósitos e estará sempre presente, nuns casos com a otimização de processos e meios, noutros casos através do recurso a uma abordagem suportada na modernização tecnológica e na transição digital.

Em 2024 continuaremos a promover medidas de boa articulação com os nossos principais parceiros, desde logo com a Tutela, com todos os acionistas, as entidades reguladoras, clientes e todos as empresas envolvidas diretamente nas atividades da EPAL.

Cientes de que o nosso nível de ambição deve estar sustentado em recursos humanos cada vez mais capacitados, empenhados e felizes, vamos prosseguir iniciativas que promovam a sua formação técnica, momentos de entrosamento organizacional e tomando medidas que promovam os princípios de trabalho digno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do primeiro ano do mandato deste Conselho de Administração, o balanço global traduz-se num sentimento de missão cumprida, pois pese embora constrangimentos decorrentes de ter por referência o Plano de Atividades e Orçamento de 2022, foi possível fomentar a motivação dos nossos trabalhadores e trabalhadoras para a concretização e cumprimento de objetivos ambiciosos.

Importa salientar que o ano 2023 ainda foi marcado por um ambiente organizacional influenciado pelo período pós-COVID19 e que se agravou com um contexto de inflação, resultante de conflitos internacionais de relevância geoestratégica, que impactaram sobretudo o setor das obras públicas e o fornecimento de equipamentos e reagentes usados na nossa atividade, influenciando o desempenho operacional, manutenção e investimento.

Os resultados alcançados, que sempre tiveram em conta as orientações acionistas e as expectativas dos clientes, foram pautados com as orientações da Tutela, articulados com normativas e recomendações dos reguladores, que determinam que neste momento de balanço se faça um conjunto de agradecimentos, reconhecendo que o caminho percorrido e as metas alcançadas têm na sua base um trabalho partilhado.

Aos membros do Conselho de Administração, agradeço o forte espírito de equipa e a permanente colaboração no acompanhamento da gestão da EPAL, cujo funcionamento articulado permitiu ultrapassar todas as dificuldades.

Expresso um reconhecimento aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, pelo constante acompanhamento da atividade da EPAL, sempre pautado pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções, merecendo particular destaque o trabalho colaborativo e de proximidade que marcou o exercício de 2023.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos e entrosamento no acompanhamento das atividades da Empresa.

Ao Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, pela articulação institucional e relacionamento permanente, que contribuiu para o resultado conseguido na concretização das atividades e no reforço do espírito "Nós AdP", com enquadramento no Quadro Estratégico de Compromisso que procuramos ter como referência estratégica geral.

Um agradecimento à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR, enquanto entidade reguladora do setor, onde encontramos disponibilidade para convergência em matéria de investimentos e dos normativos aplicáveis à qualidade da água.

Destacamos igualmente a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto regulador ambiental, com quem se evoluiu num conjunto de matérias de interesse comum, nomeadamente no processo tendente a novos contratos relacionados com barragens, bem como um vasto conjunto de entidades e serviços da Administração Pública, credores de reconhecimento pelo interesse e disponibilidade evidenciados nas relações estabelecidas.

Um agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços da EPAL, que tiveram uma postura de parceria e que asseguraram qualidade e desempenho condicente com as necessidades e níveis de serviço da Empresa, realçando o trabalho coordenado e alinhado com as certificações da EPAL.

A todos os utilizadores do sistema, deixamos o nosso apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a colaboração estabelecida, que muito contribuiu para resultados e objetivos alcançados.

Um muito especial agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL, que, ao longo do ano, com o seu empenho e profissionalismo, souberam dar sempre o melhor de si, contribuindo decisivamente para a excelência dos resultados alcançados e para harmoniosa articulação organizacional.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 56.659.344,55 euros (cinquenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 45.327.475,64 euros (quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 11.331.868,91 euros (onze milhões, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e oito euros e noventa e um cêntimos) para Resultados Transitados.

ANEXO AO RELATÓRIO ANUAL DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2023, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

CONTAS INDIVIDUAIS

Demonstração da posição financeira

Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2023	31 dezembro 2022
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	4.693.333	4.906.667
Ativos fixos tangíveis	6	636.424.726	631.161.433
Ativos sob direito de uso	7	528.413	531.011
Propriedades de investimento	8	13.027.736	13.095.515
Outros ativos financeiros	9	192.228	184.308
Impostos diferidos ativos	32	2.966.023	2.761.728
Clientes	10	59.330	47.824
Outras contas a receber	11	13.255.196	12.591.991
Total dos ativos não correntes		671.146.985	665.280.476
Ativos correntes			
Inventários	12	2.015.776	2.919.503
Clientes	10	32.460.365	27.423.437
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	399.194	-
Outras contas a receber	11	129.262.933	52.863.316
Caixa e seus equivalentes	13	15.878.999	107.545.661
Total do ativo corrente		180.017.267	190.751.918
Total do ativo		851.164.252	856.032.394
Capital próprio			
Capital social	14	150.000.000	150.000.000
Reservas e outros ajustamentos	14	52.167.314	52.167.314
Resultados transitados	14	423.579.335	411.723.366
Resultado líquido do exercício		56.659.345	58.037.658
Total do capital próprio		682.405.994	671.928.338
Passivos não correntes			
Provisões	15	1.152.078	991.744
Subsídios ao investimento	17	27.391.516	28.760.723
Empréstimos	18	47.481.773	58.026.325
Passivos da locação	7	385.813	116.258
Impostos diferidos passivos	32	29.695.194	31.537.877
Total do passivo não corrente		106.106.375	119.432.928
Passivos correntes			
Empréstimos	18	10.650.506	10.555.427
Passivos da locação	7	147.788	45.327
Fornecedores e outros passivos correntes	19	51.853.589	47.735.488
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	-	6.334.885
Total do passivo corrente		62.651.883	64.671.128
Total do passivo		168.758.258	184.104.056
Total do capital próprio e do passivo		851.164.252	856.032.394

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

unidade: euros	nota	2023	2022
Rédito de contratos com clientes	21	179.855.415	170.009.334
Gasto das vendas/ variação de inventários	22	(2.103.849)	(1.906.319)
Fornecimentos e serviços externos	23	(42.767.416)	(28.160.199)
Gastos com pessoal	24	(26.101.115)	(24.629.113)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(26.835.796)	(27.642.503)
Provisões e reversões do exercício	26	(173.798)	(452.185)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	27	(1.611.438)	(767.844)
Subsídios ao investimento	17	1.567.957	1.539.462
Outros gastos e perdas operacionais	28	(10.701.920)	(9.957.163)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	5.126.380	5.006.778
Resultados operacionais		76.254.418	83.040.248
Gastos financeiros	30	(1.772.727)	(1.133.657)
Rendimentos financeiros	31	2.618.146	568.433
Resultados financeiros		845.419	(565.224)
Resultado antes de impostos		77.099.837	82.475.024
Imposto corrente	32	(22.700.033)	(25.812.385)
Imposto diferido	32	2.259.541	1.375.019
Resultado líquido do exercício		56.659.345	58.037.658
Resultado por ação (básico e diluído)	14	1,89	1,93

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	notas	2023	2022
Resultado líquido do exercício		56.659.345	58.037.658
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	14	248.438	(529.596)
Total do rendimento integral do exercício		56.907.783	57.508.062

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2022		150.000.000	30.000.000	22.171.377	402.321.113	(4.064)	49.659.244	654.147.671
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	(529.596)	-	-	(529.596)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	49.659.244	-	(49.659.244)	-
		150.000.000	30.000.000	22.171.377	451.450.761	(4.064)	-	653.618.074
Resultado líquido do exercício de 2022							58.037.658	58.037.658
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(39.727.395)	-	-	(39.727.395)
		-	-	-	(39.727.395)	-	-	(39.727.395)
Posição no fim do exercício de 2022		150.000.000	30.000.000	22.171.377	411.723.366	(4.064)	58.037.658	671.928.338
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	14	-	-	-	248.438	-	-	248.438
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	14	-	-	-	58.037.658	-	(58.037.658)	-
		150.000.000	30.000.000	22.171.377	470.009.462	(4.064)	-	672.176.776
Resultado líquido do exercício de 2023							56.659.345	56.659.345
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(46.430.127)	-	-	(46.430.127)
		-	-	-	(46.430.127)	-	-	(46.430.127)
Posição no fim do exercício de 2023		150.000.000	30.000.000	22.171.377	423.579.335	(4.064)	56.659.345	682.405.994

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	notas	31 dezembro 2023		31 dezembro 2022	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		199.430.468		196.310.206	
Pagamentos a fornecedores		(54.024.219)		(38.300.305)	
Pagamentos ao pessoal		(40.485.273)		(36.648.586)	
Caixa gerada pelas operações		104.920.976		121.361.315	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	32	(28.955.492)		(23.018.494)	
Outros recebimentos / (pagamentos)		(7.495.781)		(13.217.239)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		68.469.703		85.125.582	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(29.093.433)		(15.924.125)	
Outros ativos	11, 13	(192.250.000)	(221.343.433)	(137.500.000)	(153.424.125)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		501.095		506.034	
Outros ativos	11, 13	118.250.000		105.500.000	
Subsídios ao investimento	17	242.334		151.097	
Juros e rendimentos similares		1.380.956	120.374.385	159.923	106.317.054
Fluxos das atividades de investimento [2]			(100.969.048)		(47.107.071)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	18	(10.455.900)		(10.369.829)	
Capital dos passivos de locação	7	(494.529)		(765.598)	
Juros e gastos similares		(1.786.761)		(1.135.306)	
Dividendos	14	(46.430.127)	(59.167.317)	(39.727.395)	(51.998.128)
Fluxos das atividades de financiamento [3]			(59.167.317)		(51.998.128)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			(91.666.662)		(13.979.617)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13		107.545.661		121.525.278
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13		15.878.999		107.545.661

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves
Vogal do Conselho de Ad

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Informação geral

1.1. Identificação da empresa

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2023, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado e rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Para o ano de 2023, as tarifas foram definidas pelo Decreto-Lei n.º 87-C/2022, de 2 de dezembro.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

É opinião do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo, nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2. – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2. - vida útil e imparidade de ativos tangíveis
- Nota 7.2. – vida útil das locações
- Nota 10.2. – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2. – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 16.2. – benefícios dos empregados
- Nota 32 – estimativa para impostos

2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 –Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa 	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas 	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas 	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação 	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules 	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2024 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants" 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IAS 7 e IFRS 7 – Acordos financeiros com fornecedores 	Requisitos de divulgação que permita avaliar de modo é que os acordos financeiros com fornecedores afetam os passivos, os fluxos financeiros, e a gestão do risco de liquidez.	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade 	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2024.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado

integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft.

4. Políticas de gestão de risco

4.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa, e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada da sensibilidade dos encargos financeiros da EPAL:

	31.12.2023	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	897.757	1.171.850	623.663

4.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis, representam em média aproximadamente 35% a 40% do total de fornecimentos e serviços externos (22% e 46% extraordinariamente em 2022 e 2023, respetivamente).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, SA, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros e encargos.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
<i>Passivo</i>				
Financiamentos BEI	18	10.650.506	39.785.781	7.695.992

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a empresa escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período de tempo (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2023 (nota 18)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2025	7.222.222	6.111.111
2028	5.000.000	-
2029	19.692.992	-
2030	1.805.556	-
	<u>33.720.770</u>	<u>6.111.111</u>

Os empréstimos bancários dizem respeito apenas a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, o qual é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, passa por manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	notas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Financiamentos obtidos	18	58.132.280	68.581.753
Passivos da locação	7	533.602	161.585
Disponibilidades	13	(15.878.999)	(107.545.661)
Apoios de tesouraria ao acionista	11	(106.000.000)	(32.000.000)
Endividamento Líquido		<u>(63.213.118)</u>	<u>(70.802.324)</u>
Capitais Próprios	14	682.405.994	671.928.338
Subsídios ao investimento	17	27.391.516	28.760.723
Capital e Subsídios		<u>709.797.510</u>	<u>700.689.061</u>
Dívida Líquida/Capital Total		<u>(0,09)</u>	<u>(0,10)</u>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2023, a estratégia da EPAL manteve-se na redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades), e um aumento do capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. Essa centralização de fundos na AdP SGPS, quando necessária, tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, de forma a evitar ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de abastecimento de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas esperadas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento reiterado no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição por classe de risco de contraparte é a seguinte:

Carteira de clientes	Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa
	Unid: euros	
Risco	Baixo	Médio
Exposição bruta	10.762.066	30.784.324
Imparidade	-	(14.354.856)
Exposição líquida	10.762.066	16.429.469

Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2023, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos Financeiros Bancários	nota	2023	2022
Depósitos à Ordem	13	1.855.149	4.515.238
Depósitos a Prazo	13	14.000.000	103.000.000
Outros Ativos Financeiros	9	192.228	184.308
		16.047.376	107.699.546

Rating	2023	2022
A-	15.722.249	52.544
Baa2	-	53.468
Ba2	-	24.669
BB	-	6.312
BBB-	42.709	-
BBB	243.909	19.413
BBB+	38.509	107.543.141
	16.047.376	107.699.546

Face ao ano anterior, a EPAL considera que não houve variação significativa do risco de crédito.

4.5 Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Os riscos para a Empresa encontram-se descritos no capítulo Contexto Regulatório, do Relatório de Gestão deste ano.

5. Ativos intangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 Detalhe e movimento

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os seguintes valores:

	2023	2022
Propriedade Industrial e outros direitos	4.693.333	4.906.667
	<u>4.693.333</u>	<u>4.906.667</u>

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As amortizações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

2023:

Valor bruto	31.12.2022	Aumentos	31.12.2023
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2022	Aumentos (nota 25)	31.12.2023
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.494.725)	(213.333)	(1.708.058)
	(1.494.725)	(213.333)	(1.708.058)
Valor líquido	4.906.667	(213.333)	4.693.333

2022:

Valor bruto	31.12.2021	Aumentos	31.12.2022
Propriedade Industrial e outros direitos	6.401.391	-	6.401.391
	6.401.391	-	6.401.391
Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos (nota 25)	31.12.2022
Propriedade Industrial e outros direitos	(1.281.391)	(213.333)	(1.494.725)
	(1.281.391)	(213.333)	(1.494.725)
Valor líquido	5.120.000	(213.333)	4.906.667

A movimentação em 2023, tal como em 2022, resume-se ao reconhecimento da amortização anual, não se verificando qualquer alteração ao valor bruto.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (*deemed cost*), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem. Caso uma componente do bem seja substituída é identificada e desreconhecida a quota parte do valor do ativo e o respetivo impacto reconhecido em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 de:

	2023	2022
Terrenos e Recursos Naturais	118.098.373	117.934.373
Edifícios e Outras construções	83.456.556	86.050.593
Equipamento Básico	390.483.907	403.736.218
Equipamento de Transporte	145.458	127.108
Equipamento Administrativo	3.255.613	3.389.764
Outros ativos fixos tangíveis	2.065.898	1.911.517
Ativos fixos tangíveis em curso	38.918.921	18.011.859
	636.424.726	631.161.433

Os ativos tangíveis ascendiam a 636,4 milhões de euros no final de 2023, mais 5,3 milhões de euros que em 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

Valor bruto	31.12.2022	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2023
Terrenos e Recursos Naturais	117.934.373	-	164.001	-	-	118.098.373
Edifícios e Outras construções	221.332.690	0	1.670.698	-	-	223.003.388
Equipamento Básico	1.091.118.575	1.065.506	5.526.899	-	(7.298)	1.097.703.682
Equipamento de Transporte	1.363.090	55.951	0	-	(116.080)	1.302.961
Equipamento Administrativo	31.523.658	163.415	1.087.473	-	(264)	32.774.281
Outros ativos fixos tangíveis	26.509.579	191.951	503.130	-	(7.925)	27.196.734
Ativos fixos tangíveis em curso	18.011.860	29.859.262	(8.952.201)	-	-	38.918.921
	1.507.793.823	31.336.085	-	-	(131.568)	1.538.998.341

Amortizações acumuladas	31.12.2022	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2023
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(135.282.096)	(4.181.188)	-	-	-	(139.463.284)
Equipamento Básico	(687.382.357)	(19.928.265)	-	-	7.298	(707.303.323)
Equipamento de Transporte	(1.235.982)	(37.602)	-	-	116.080	(1.157.504)
Equipamento Administrativo	(28.133.893)	(1.385.039)	-	-	264	(29.518.667)
Outros ativos fixos tangíveis	(24.598.062)	(540.700)	-	-	7.925	(25.130.836)
	(876.632.390)	(26.072.793)	-	-	131.568	(902.573.615)
Valor líquido	631.161.433	5.263.293	-	-	-	636.424.726

O movimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi:

Valor bruto	31.12.2021	Aumentos	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2022
Terrenos e Recursos Naturais	117.934.373	-	-	-	-	117.934.373
Edifícios e Outras construções	219.229.723	3.791	2.099.175	-	-	221.332.690
Equipamento Básico	1.085.420.707	1.709.239	4.199.928	-	(211.299)	1.091.118.575
Equipamento de Transporte	1.292.343	95.897	8.200	-	(33.350)	1.363.090
Equipamento Administrativo	30.191.979	389.955	941.724	-	-	31.523.658
Outros ativos fixos tangíveis	26.325.085	116.313	70.569	-	(2.389)	26.509.579
Ativos fixos tangíveis em curso	9.205.347	16.126.108	(7.319.595)	-	-	18.011.860
	1.489.599.557	18.441.303	-	-	(247.038)	1.507.793.823

Amortizações acumuladas	31.12.2021	Aumentos (nota 25)	Transferência	Reclassificação	Dimin./alienações e abates	31.12.2022
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(131.123.901)	(4.158.195)	-	-	-	(135.282.096)
Equipamento Básico	(667.230.898)	(20.362.758)	-	-	211.299	(687.382.357)
Equipamento de Transporte	(1.242.925)	(26.407)	-	-	33.350	(1.235.982)
Equipamento Administrativo	(26.588.132)	(1.545.761)	-	-	-	(28.133.893)
Outros ativos fixos tangíveis	(24.087.982)	(511.772)	-	-	1.692	(24.598.062)
	(850.273.838)	(26.604.893)	-	-	246.341	(876.632.390)
Valor líquido	639.325.720	(8.163.590)	-	-	(697)	631.161.433

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Equipamento básico” incluía ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 3,9 milhões de euros (4,6 milhões de euros em 2022).

As aquisições ocorridas no exercício de 2023 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 31,3 milhões de euros e respeitam essencialmente a:

- Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões;

- Reabilitação de condutas da rede de distribuição;
- Reabilitação do sistema de Alenquer IV
- Reabilitação da adutora da Calçada de Carriche;
- Central hídrica da Asseiceira;
- EE Vila Franca de Xira – remodelação dos quadros elétricos;
- Central fotovoltaica de Valada Tejo.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2023, registou um acréscimo de 20,9 milhões de euros, com um incremento de 29,9 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 9,0 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 38,9 milhões de euros, respeita essencialmente às intervenções no Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões (8,4 milhões de euros), à central hídrica da Asseiceira (5,2 milhões de euros), à reabilitação da adutora da Calçada de Carriche (5,1 milhões de euros), às intervenções no sistema de Alenquer IV (4,8 milhões de euros), às intervenções de reabilitação da rede de distribuição (2,1 milhões de euros). Os restantes investimentos em curso respeitam a intervenções de montantes mais reduzidos, relacionados sobretudo com diversas intervenções de reabilitação de infraestruturas.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multiriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 6.1.

As depreciações do exercício de 2023, no montante de 26,1 milhões de euros (26,6 milhões de euros em 2022), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (nota 25).

Em 2023 foram capitalizados gastos com pessoal (1,7 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,4 milhões de euros) no valor global de 2,1 milhões de euros (notas 23 e 24).

7. Locações

7.1 Políticas Contabilísticas

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

*Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("*Right-of-use asset*")*

Na data de início da locação, o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação, o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja exetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);

- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
 - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o respetivo movimento ocorrido no período é como segue:

Ativos sob direito de uso	31/12/2022			2023			31/12/2023			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício (nota 25)	Abates e dimin. do exercício no valor bruto	Abates e dimin. do exercício nas amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de transporte	183.973	(23.394)	160.579	479.294	(111.460)	-	-	663.266	(134.854)	528.413
Licenças	1.212.323	(841.891)	370.432	-	(370.432)	1.212.323	(1.212.323)	-	-	-
Total	1.396.296	(865.285)	531.011	479.294	(481.892)	1.212.323	(1.212.323)	663.266	(134.854)	528.413

7.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são os seguintes:

Capital em dívida	31/12/2023	31/12/2022
Não corrente	385.813	116.258
Corrente	147.788	45.327
	<u>533.602</u>	<u>161.585</u>

Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	31/12/2023	31/12/2022
Equipamento de transporte	533.602	161.585
Licenças informáticas	-	-
	<u>533.602</u>	<u>161.585</u>

Futuros pagamentos mínimos	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	162.842	49.950
De 1 a 5 anos	400.205	121.160
Mais de 5 anos	-	-
	<u>563.048</u>	<u>171.109</u>

Juros	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	15.054	4.623
De 1 a 5 anos	14.392	4.901
Mais de 5 anos	-	-
	<u>29.446</u>	<u>9.524</u>

Valor presente dos pagamentos mínimos	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	147.788	45.327
De 1 a 5 anos	385.813	116.258
Mais de 5 anos	-	-
	<u>533.602</u>	<u>161.585</u>

7.4 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2023 ascenderam a 2,0 milhões de euros. As despesas contabilizadas como gasto em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou prazo inferior a 12 meses.

Total de pagamentos da locação	31/12/2023	31/12/2022
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	494.529	765.598
Contabilizadas como gasto em resultados (nota 23)	1.508.288	884.963
	<u>2.002.817</u>	<u>1.650.561</u>

8. Propriedades de investimento

8.2 Políticas Contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Depreciações

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 6.1).

Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

Imparidade e justo valor

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas regularmente por entidades independentes e

especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

8.3 Detalhe e movimento

O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Terrenos	12.883.738	12.883.738
Edifícios	2.454.269	2.454.269
	15.338.006	15.338.006
Depreciações acumuladas	(2.310.270)	(2.242.492)
	13.027.736	13.095.515

Depreciações acumuladas	nota	2023	2022
Saldo inicial		(2.242.492)	(2.174.190)
Depreciações do exercício	25	(67.779)	(68.301)
Outros		-	-
Saldo final		(2.310.270)	(2.242.492)

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014 culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

Justo valor

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente,

que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor.

Em 31 de dezembro de 2023 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 97% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2022 apresenta um valor de 21,0 milhões de euros através do método de mercado, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2023 ascende a 12,9 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total (cerca de 2,5%), foi avaliado igualmente em dezembro de 2022 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,9 milhões de euros, e o seu valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2023, ascende a 0,2 milhões de euros.

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor determinado nas demonstrações financeiras da Empresa é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

9. Outros ativos financeiros

9.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.

9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos “outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Ativo não corrente:		
Outros ativos financeiros	192.228	184.308
	<u>192.228</u>	<u>184.308</u>

O montante registado na rubrica “Outros ativos financeiros”, que ascendia a 192.228 euros, em 31 de dezembro de 2023, corresponde essencialmente a valores cativos à ordem dos tribunais (97.801 euros) e aos valores do Fundo de compensação do trabalho (94.426 euros).

10. Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor, e os respetivos custos de transação são adicionados ao justo valor.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o ativo for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos financeiros”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência das mesmas é remoto.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.

- o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:

- o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.

- o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e

obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do período. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	8.219.505	8.219.505
Clientes gerais	59.330	26.203.111	26.262.441
	59.330	34.422.615	34.481.945
Estimativa de serviços a faturar	-	12.392.605	12.392.605
	59.330	46.815.220	46.874.550
Imparidade	-	(14.354.856)	(14.354.856)
	59.330	32.460.365	32.519.695

	31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total
Municípios	-	5.305.533	5.305.533
Cientes gerais	47.824	24.003.749	24.051.573
	47.824	29.309.282	29.357.105
Estimativa de serviços a faturar	-	11.454.223	11.454.223
	47.824	40.763.504	40.811.328
Imparidade	-	(13.340.067)	(13.340.067)
	47.824	27.423.437	27.471.261

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2023, de 32.460.365 euros (27.423.437 euros em 2022).

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por natureza de dívida em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes - conta corrente	20.067.057	15.968.282
Clientes - juros de mora	702	932
Clientes de cobrança duvidosa	14.354.856	13.340.067
Estimativa de serviços a faturar	12.392.605	11.454.223
	46.815.220	40.763.504
Perdas por imparidade de clientes	(14.354.856)	(13.340.067)
	32.460.365	27.423.437

A desagregação do saldo corrente de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2023	2022
Clientes Diretos	32.074.219	29.420.690
Clientes Municipais e Multimunicipais	14.741.001	11.342.814
	46.815.220	40.763.504

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição e respetiva imparidade de saldos a receber de clientes, detalhada por antiguidade é como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Empresas do Grupo	TOTAL
	Municípios (1)	Outros	Total	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total		
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Baixo	
Exposição bruta	10.762.066	2.590.025	13.352.091	549.335	753.978	30.784.324	32.087.637	1.434.822	46.874.550
Imparidade	-	-	-	-	-	(14.354.856)	(14.354.856)	-	(14.354.856)
Exposição líquida	10.762.066	2.590.025	13.352.091	549.335	753.978	16.429.469	17.732.781	1.434.822	32.519.695

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

Segmento de negócio Tipologia de clientes	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
	Outros				Estado, Setor Público e outros			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	2.576.375	-	-	2.576.375	13.678.246	(356.211)	3%	13.322.035
Vencida até 180 dias	13.650	-	-	13.650	3.748.765	(97.626)	3%	3.651.139
Vencida há mais de 180 dias	-	-	-	-	14.111.291	(13.901.018)	99%	210.272
	2.590.025	-	-	2.590.025	31.538.302	(14.354.856)	46%	17.183.447

O movimento das imparidades de clientes no ano foi o seguinte:

	nota	Negócio "Baixa"			TOTAL
		Municípios	Estado e Setor Público	Outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		0	0	13.340.067	13.340.067
Aumento	27			1.168.072	1.168.072
Reversão	27			(153.284)	(153.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		0	0	14.354.856	14.354.856

11. Outras contas a receber

11.1 Políticas Contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a outras contas a receber, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 16 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego
- 17 – Subsídios ao investimento

11.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Operações com pessoal:						
. Excesso de cobertura de Fundo de Pensões	8.100.000	-	8.100.000	7.377.000	-	7.377.000
. Outras operações com pessoal	-	24.541	24.541	-	21.601	21.601
Contas a receber diversas:						
. Taxas a receber de clientes por conta da CML	-	16.399.262	16.399.262	-	14.946.282	14.946.282
. Apoio Tesouraria Acionista	-	106.000.000	106.000.000	-	32.000.000	32.000.000
. Adiantamentos a fornecedores	-	57.455	57.455	-	34.755	34.755
. Outras contas a receber	5.155.196	2.227.364	7.382.560	5.214.991	2.463.300	7.678.291
Acréscimos de rendimentos:						
. Acr. rendimentos com juros de mora clientes	-	115.545	115.545	-	-	-
. Outros acréscimos de rendimentos	-	3.081.080	3.081.080	-	2.544.068	2.544.068
Encargos diferidos:						
. Seguros	-	830.055	830.055	-	599.965	599.965
. Outros encargos diferidos	-	525.610	525.610	-	507.471	507.471
Estado e outros entes públicos	-	383.725	383.725	-	139.321	139.321
	13.255.196	129.644.637	142.899.833	12.591.991	53.256.763	65.848.754
Imparidade	-	(381.703)	(381.703)	-	(393.447)	(393.447)
	13.255.196	129.262.933	142.518.130	12.591.991	52.863.316	65.455.307

O montante considerado em outras contas a receber não corrente corresponde à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2023 o valor da dívida bruta, que ascende a 5,0 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (1,4 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante 0,6 milhões de euros.

Verifica-se em 2023 um excesso de cobertura respeitante ao Plano de Pensões de Benefício Definido da EPAL, apresentando um valor total de 8.100.000 euros (7.377.000 euros em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS era de 106 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 ascendia a 32 milhões de euros).

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo). Encontram-se ainda reconhecidos os valores por receber relativos a subsídios, correspondentes a candidaturas aprovadas que se encontram ainda em execução.

As taxas a receber de clientes da CML correspondem aos valores faturados pela EPAL aos clientes direitos da cidade de Lisboa e que constituem receita da CML (designadamente a tarifa de saneamento, o adicional e as taxas de resíduos).

12. Inventários

12.1 Políticas Contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Mercadorias	1.849.530	2.740.343
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166.246	179.160
	<u>2.015.776</u>	<u>2.919.503</u>

	2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	2.446.180	(596.650)	1.849.530
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166.246	-	166.246
	<u>2.612.426</u>	<u>(596.650)</u>	<u>2.015.776</u>

	2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	2.740.343	-	2.740.343
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	179.160	-	179.160
	<u>2.919.503</u>	<u>-</u>	<u>2.919.503</u>

Os movimentos constam da nota 22.

13. Caixa e equivalentes de caixa

13.1 Políticas Contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam descobertos bancários.

13.2 Detalhe

O detalhe de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Numerário	23.851	30.423
Depósitos à ordem	1.855.149	4.515.238
Depósitos a prazo	14.000.000	103.000.000
	<u>15.878.999</u>	<u>107.545.661</u>
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u><u>15.878.999</u></u>	<u><u>107.545.661</u></u>

O valor de depósitos a prazo - 14 milhões de euros - respeita a CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) constituídos junto do IGCP com vencimento no início de janeiro de 2024.

14. Capital próprio

14.2 Políticas Contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.3 Capital Social

O capital social da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

14.4 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi determinado conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	56.659.345	58.037.658
Número de ações		
Número médio de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>1,89</u>	<u>1,93</u>

14.5 Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentava a seguinte desagregação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	<u>(4.064)</u>	<u>(4.064)</u>
	<u>52.167.314</u>	<u>52.167.314</u>

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

14.6 Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentava o seguinte saldo:

	2023	2022
Resultados transitados	423.579.335	411.723.366

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	2023	2022
Saldo Inicial	411.723.366	402.321.113
Aplicação do resultado líquido	58.037.658	49.659.244
Dividendos pagos	(46.430.127)	(39.727.395)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	248.438	(529.596)
Saldo Final	423.579.335	411.723.366

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, a 43.430.127 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2023.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro

- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido (notas 11 e 16). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes das remensurações do Fundo de Pensões não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas

15. Provisões, ativos e passivos contingentes

15.1 Políticas Contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da EPAL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da EPAL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2 Estimativas e julgamentos

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por

variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3 Detalhe e movimento

O detalhe das provisões a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Provisões:		
Processos judiciais em curso	508.281	341.645
Acidentes de trabalho	83.797	90.099
Outras provisões - judiciais	560.000	560.000
	1.152.078	991.744

O movimento nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi conforme se segue:

2023:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	341.645	325.907	(152.108)	(7.162)	508.281
Acidentes de trabalho	90.099	-	-	(6.302)	83.797
Outras provisões - judiciais	560.000	-	-	-	560.000
	991.744	325.907	(152.108)	(13.463)	1.152.078

2022:

	Saldo inicial	Aumentos (nota 26)	Reversões (nota 26)	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	318.377	70.959	(28.773)	(18.918)	341.645
Acidentes de trabalho	96.352	-	-	(6.254)	90.099
Outras provisões - judiciais	150.000	410.000	-	-	560.000
	564.730	480.959	(28.773)	(25.172)	991.744

Processos judiciais em curso

A EPAL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa demonstram-se como se segue:

	2023	2022
Banco Europeu de Investimento (nota 18)	58.026.325	68.482.225
Tribunais	5.175.900	5.175.900
Outros	539.196	539.196
	<u>63.741.422</u>	<u>74.197.321</u>

16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

16.1 Política Contabilística

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma, quando existam.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008, a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Benefício definido (BD)

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos no resultado do exercício quando são efetuadas alterações aos benefícios atribuídos no plano de pensões.

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) dos ganhos e perdas atuariais apurados em consequência de alterações nos pressupostos atuariais e ajustamentos de experiência; e (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo os montantes incluídos no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período a Empresa reconhece na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui:

(i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido dos benefícios atribuídos, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) o efeito de alterações aos benefícios do plano correspondentes a serviços passados; e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no

período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista no sistema de benefícios acordado.

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído.

16.2 Estimativas e julgamentos

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios.

16.3 Detalhe e movimento

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2023 e 2022, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2023	2022
Contribuições da Empresa	419.113	411.453
Contribuições dos colaboradores	28.001	30.871
	<u>447.114</u>	<u>442.324</u>

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ascendeu a 419.113 euros (411.453 euros em 2022).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2023 por uma entidade externa independente.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados, foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2023	2022
Taxa de desconto	3,00%	3,60%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 4 meses	66 e 4 meses

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 6 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2023	2022
Custo dos serviços correntes	3.000	13.000
Juro líquido	(265.000)	(36.000)
Total de gastos	(262.000)	(23.000)

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2023	2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	17.020.000	18.020.000
Justo valor dos ativos do fundo	25.120.000	25.397.000
Ativo com planos de benefícios definidos (nota 11)	8.100.000	7.377.000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	-	-
Passivo com planos de benefícios definidos	-	-

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 de janeiro 2023	18.020.000	(25.397.000)	(7.377.000)
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	3.000	-	3.000
Juro líquido	611.000	(876.000)	(265.000)
Benefícios pagos/previstos	(2.118.000)	2.011.000	(55.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(140.000)	-	(140.000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	644.000	-	644.000
(ganhos)/ perdas de rendimento		(858.000)	(858.000)
A 31 de dezembro 2023	17.020.000	(25.120.000)	(8.100.000)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2023	2022
Instrumentos de capital próprio	2.965.334	2.179.707
Instrumentos de dívida	21.512.093	21.115.144
Outros	642.573	2.102.149
	25.120.000	25.397.000

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Pressuposto		
Taxa de desconto	+0,5%	-3,2%

Um aumento de 0,5% na taxa de desconto (de 3,00% para 3,50%) dá origem a uma redução de 3,2% no valor das responsabilidades (540 mil euros).

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

Política de investimento do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão sempre que as circunstâncias da sua aplicabilidade assim o determinem ou em consequência de alterações legislativas que ocorram..

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;

- O Fundo de Pensões poderá investir em valores mobiliários expressos em moedas distintas do Euro, até ao limite máximo permitido legalmente. Atualmente, esse limite é de 30%, podendo, no entanto, ser excedido, desde que a Entidade Gestora efetue a adequada cobertura do risco cambial;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como ‘obrigação não Euro’, independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de ‘BBB’ ou equivalente. A componente de obrigações com rating de ‘BBB’ não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação ‘BBB’ abrange os títulos de dívida com ratings ‘BBB-’ e ‘BBB+’. As obrigações com rating inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 10% do valor patrimonial. O investimento em obrigações high yield só poderá ser efetuado através de fundos de investimento para assegurar diversificação. O investimento em valores mobiliários representativos de dívida com notação de risco inferior a investment grade, quer em mercados desenvolvidos, quer em mercados emergentes, deverá ser feito mediante a utilização de instituições de investimento coletivos que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva n.º 2009/65/CE, alterada pela Diretiva n.º 2014/91/CE, não podendo a exposição ultrapassar 15% do valor total do Fundo;
- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente “Government” das obrigações não deverá representar menos de 10% da classe obrigacionista. Por “Government” entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e high yield (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;

- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 15%, máximo permitido legalmente;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- i) Num mercado regulamentado; ou
- ii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rendibilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da '*Time Weighted Rate of Return*'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o *benchmark*, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

17. Subsídios ao investimento

17.1 Políticas Contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os “Subsídios ao investimento” apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2023	Rédito por reconhecer em 2022
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216.801	216.801	4.927	177.383	39.418	44.345
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5.684.192	5.684.192	106.961	4.614.586	1.069.606	1.176.567
COMPART. OURÉM	550.553	550.553	10.360	446.954	103.599	113.959
COMPART. T.NOVAS	435.315	435.315	8.191	353.401	81.914	90.105
COMPART. TOMAR	497.804	497.804	9.367	404.131	93.673	103.040
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3.027.720	3.027.720	56.973	2.457.988	569.733	626.706
COMPART. ENTRONCAMENTO	4.959	4.959	93	4.026	933	1.026
COMPART. V.N.BARQUINHA	72.726	72.726	1.444	55.402	17.324	18.768
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11.125.239	11.125.239	220.848	8.475.058	2.650.181	2.871.030
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7.635.576	7.635.576	63.630	6.999.278	636.299	699.928
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9.405.370	9.405.370	188.107	5.455.115	3.950.255	4.138.362
COMPART RESERV PATRIARCAL	74.820	74.820	384	65.227	9.593	9.976
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22.472.817	22.472.817	449.456	12.584.777	9.888.039	10.337.496
SANTA MARGARIDA	274.339	274.339	5.487	153.629	120.709	126.196
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/LEIRIA	4.472.789	4.472.789	107.191	3.079.305	1.393.484	1.500.675
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87.104	87.104	1.729	66.354	20.750	22.479
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139.941	139.941	3.354	96.343	43.598	46.952
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139.941	139.941	3.354	96.343	43.598	46.952
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66.118	66.118	1.585	45.520	20.599	22.183
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66.118	66.118	1.585	45.520	20.599	22.183
PROJECTO SPRINT	21.604	21.604	0	0	21.604	21.604
EDP	373.874	373.874	25.574	274.152	99.722	125.295
MINISTÉRIO DA SAUDE	375.061	375.061	5.377	79.640	295.421	300.798
FUNDO AMBIENTAL	200.427	200.427	28.495	29.745	170.682	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	6.381.352	6.381.352	258.703	1.487.545	4.893.807	5.152.511
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE	186.599	88.845	0	0	186.599	186.599
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES	796.746	133.251	0	0	796.746	796.746
OE AZAMBUJA	239.115	239.115	4.782	86.082	153.033	157.816
TOTAL	75.025.020	74.263.771	1.567.957	47.633.504	27.391.516	28.760.723

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

	2023	2022
Subsídios ao investimento	1.567.957	1.539.462
	<u>1.567.957</u>	<u>1.539.462</u>

Em 2023 foi reconhecido o novo subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental à aquisição de viaturas elétricas, no montante global de 200 mil euros.

18. Empréstimos

18.2 Políticas Contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.3 Detalhe e movimento

Os empréstimos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários - BEI		
Não corrente	47.481.773	58.026.325
Corrente	10.544.552	10.455.900
Juros e encargos a liquidar	105.955	99.528
	58.132.280	68.581.753

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 15).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	58.026.325	10.555.427	68.581.753
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.544.552)	10.544.552	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.455.900)	(10.455.900)
Variação na especialização de juros nominais	-	6.427	6.427
Saldo final	47.481.773	10.650.506	58.132.280

	31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	68.482.225	10.432.585	78.914.810
Reclassificação de não corrente para corrente	(10.455.900)	10.455.900	-
Obtenção de empréstimos	-	-	-
Reembolso de capital de empréstimos	-	(10.369.829)	(10.369.829)
Variação na especialização de juros nominais	-	36.772	36.772
Saldo final	58.026.325	10.555.427	68.581.753

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital (e encargos) dos empréstimos BEI em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe

	2023	2022
Maturidade:		
até 1 ano	10.650.506	10.555.427
1 a 2 anos	10.635.863	10.544.552
2 a 3 anos	10.729.912	10.635.863
3 a 4 anos	9.160.116	10.729.912
4 a 5 anos	9.259.891	9.160.116
superior a 5 anos	7.695.992	16.955.883
	58.132.280	68.581.753

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital (e encargos) a reembolsar relativo aos empréstimos BEI apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	2023	2022
Taxa juro variável		
até 1 ano	5.159.925	5.144.085
1 a 2 anos	5.111.111	5.111.111
2 a 3 anos	5.111.111	5.111.111
superior a 3 anos	8.972.222	14.083.333
	24.354.369	29.449.640
Taxa juro fixa		
até 1 ano	5.490.582	5.411.342
1 a 2 anos	5.524.752	5.433.441
2 a 3 anos	5.618.801	5.524.752
superior a 3 anos	17.143.776	22.762.578
	33.777.911	39.132.112
	58.132.280	68.581.753

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 58% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 42% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela EPAL, no final de 2023, correspondem a empréstimos BEI (58.026.325 euros de capital).

Atendendo ao facto de não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI a Empresa se poderia financiar, atendendo aos montantes e prazos envolvidos, não sendo assim possível dessa forma determinar a que taxas a EPAL se poderia financiar atualmente para as maturidades contratadas, não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

19.1 Políticas Contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de fornecedores e outras contas a pagar é o seguinte:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores						
- Fornecedores de investimento	-	1.579.088	1.579.088	-	1.862.818	1.862.818
- Fornecedores gerais		3.557.055	3.557.055	-	3.345.765	3.345.765
Outras contas a pagar						
- Taxas Saneamento e RSU - CML	-	23.862.945	23.862.945		22.100.573	22.100.573
- CTA - AdVT	-	3.922.067	3.922.067		3.968.804	3.968.804
- Outros		1.753.092	1.753.092		1.380.342	1.380.342
Acréscimos de gastos e diferimentos						
- Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal		4.835.968	4.835.968		4.273.173	4.273.173
- Serviços prestados por fornecedores e não faturados		4.348.264	4.348.264		3.336.902	3.336.902
Estado e outros entes públicos		7.995.109	7.995.109		7.467.112	7.467.112
	-	51.853.589	51.853.589	-	47.735.488	47.735.488

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	2023	2022
Estado e outros entes públicos passivos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	489.876	521.763
Contribuições para a Segurança Social	900.137	798.823
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	2.702	2.809
Taxa de Recursos Hídricos	6.602.394	6.143.719
Estado e outros entes públicos passivos	7.995.109	7.467.112

20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2023	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos	43.609.205	-	43.609.205
Outros ativos financeiros	192.228	-	192.228
Caixa e seus equivalentes	15.878.999	-	15.878.999
	59.680.431	-	59.680.431
Empréstimos	-	58.132.280	58.132.280
Fornec. e outros passivos	-	34.674.247	34.674.247
	-	92.806.527	92.806.527

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2022	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Clientes e outros ativos	38.304.520	-	38.304.520
Outros ativos financeiros	184.308	-	184.308
Caixa e seus equivalentes	107.545.661	-	107.545.661
	146.034.490	-	146.034.490
Empréstimos	-	68.581.753	68.581.753
Fornec. e outros passivos	-	32.658.301	32.658.301
	-	101.240.054	101.240.054

A rubrica de clientes e outros ativos não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

21. Rédito de contratos com clientes

21.1 Políticas Contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho (*"performance obligation"*), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água:

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água:

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m³), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente.

A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

21.2 Detalhe e movimento

O rédito reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Venda de água e quota de serviço	178.714.675	168.500.127
Prestação de serviços	1.140.739	1.509.207
Rédito de contratos com clientes	179.855.415	170.009.334

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2023 a 178,7 milhões de euros, em resultado dos cerca de 205,0 milhões de m³ vendidos (199,8 milhões de m³ em 2022).

No final de 2023 a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a cerca de 368 mil clientes diretos.

Em 2023, as prestações de serviços ascenderam a 1,1 milhões de euros (1,5 milhões de euros em 2022).

22. Gastos das vendas

A rubrica de "Gasto das vendas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.103.849	1.906.319
	2.103.849	1.906.319

A rubrica de custo das vendas inclui sobretudo os consumos de reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento, assegurando a qualidade da água para consumo humano.

Matérias subsidiárias	Total a 31.12.2023	Total a 31.12.2022
Inventário Inicial (nota 12)	179.160	174.109
Compras	2.090.935	1.911.370
Inventário final (nota 12)	166.246	179.160
CMVMC	2.103.849	1.906.319

23. Fornecimentos e serviços externos

23.1 Políticas Contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no período a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

23.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Eletricidade	18.935.443	5.524.282
Conservação e reparação	7.319.208	6.664.530
Trabalhos especializados	5.903.626	5.390.772
Rendas e alugueres	1.508.288	884.963
Comunicação	1.398.030	1.247.127
Vigilância e segurança	1.128.993	945.784
Limpeza, higiene e conforto	876.139	728.172
Combustíveis	605.270	676.192
Seguros	492.880	426.734
Publicidade e propaganda	348.407	489.284
Subcontratos	257.653	1.249.433
Outros forn. serv. externos	4.397.154	4.176.644
	43.171.091	28.403.917
FSE capitalizados (nota 6)	(403.676)	(243.719)
	42.767.416	28.160.199

Em termos de FSE, em 2023, destaca-se:

- A eletricidade com 18,9 milhões de euros. Em 2022 tinha ocorrido uma forte redução do gasto, devido essencialmente ao impacto do contrato de AT/MT que entrou em vigor em janeiro de 2021 aliado ao valor historicamente baixo da componente regulada das tarifas em 2022 (TAR foram mesmo negativas em grande parte do ano). Em 2023 os novos contratos que o Grupo celebrou no mercado refletiam já os preços com um forte impacto da crise geopolítica internacional, factor esse que conduziu a um incremento significativo do gasto de eletricidade no corrente ano;
- A Conservação e Reparação no montante global de 7,3 milhões de euros, reflete os gastos da Empresa com as ações de manutenção preventiva e corretiva, no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos. Em 2023 foi penalizada pelas revisões de preços decorrentes da conjuntura económica do país;
- O aumento verificado em 2023 na rubrica de rendas e alugueres, decorre da utilização do expediente prático previsto na IFRS16 (nota 7) aos contratos de locação com um término contratual até 12 meses, o que implica o aumento nesta rubrica.

24. Gastos com o pessoal

24.2 Políticas Contabilísticas

Ver política contabilística na nota 16 e 2.3.1..

24.3 Detalhe

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações	29.596.912	28.124.619
Encargos sobre remunerações	6.776.013	6.439.788
Seguros	2.161.756	1.546.771
Indemnizações por rescisão	-	-
Outros gastos com pessoal	1.225.801	1.354.220
	<u>39.760.482</u>	<u>35.980.991</u>
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1.678.879)	(1.680.249)
Redebitos à AdLVT	(11.980.488)	(11.156.037)
	<u>26.101.115</u>	<u>24.629.113</u>

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados nos quadros de pessoal da EPAL os trabalhadores/as provenientes das entidades agregadas na Águas do Vale do Tejo. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, não considerando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2023, de 642 trabalhadores/as, número idêntico ao registado no ano de 2022.

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2023	2022
Conselho de administração	510.109	438.365
Conselho Fiscal	55.551	53.918
Revisor Oficial de Contas	13.182	13.182
	<u>578.842</u>	<u>505.465</u>

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais, encontra-se divulgada no Relatório do Governo Societário e no capítulo do cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão.

Número médio de colaboradores

	2023	2022
Órgãos sociais	12	11*
Colaboradores	1.049	1.033
EPAL	634	635
Afetos à gestão delegada da AdVT	415	398

* A 31 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração era composto por apenas 4 membros, na sequência do falecimento no início de novembro do Eng. Barnabé Primo Pisco, que não foi substituído.

25. Amortizações e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Gastos de amortização e reversões do período” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

	2023	2022
Propriedades de investimento (nota 8)	67.779	68.301
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	26.072.793	26.604.893
Ativos fixos intangíveis (nota 5)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 7)	481.892	755.974
	<u>26.835.796</u>	<u>27.642.503</u>

Os gastos com amortizações totalizaram 26,8 milhões de euros em 2023 (27,6 milhões de euros em 2022), dos quais 26,1 milhões de euros relativos a ativos fixos tangíveis, 213 mil euros a ativos intangíveis, 68 mil euros a propriedades de investimento e 482 mil euros a ativos sob direito de uso (IFRS16).

26. Provisões e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Provisões e reversões do período” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é conforme se segue:

	2023	2022
Provisões - processos judiciais (nota 15)	325.907	70.959
Provisões – outras (nota 15)	-	410.000
	<u>325.907</u>	<u>480.959</u>
Reversão de provisões - processos judiciais (nota 15)	(152.108)	(28.773)
	<u>(152.108)</u>	<u>(28.773)</u>
	<u>173.798</u>	<u>452.185</u>

27. Perdas por imparidade e reversões do período

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do período” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é conforme se segue:

	2023	2022
Perdas por imparidade – clientes (nota 10)	1.168.072	1.117.717
Perdas por imparidade – inventários (nota 12)	596.650	-
	<u>1.764.722</u>	<u>1.117.717</u>
Reversão de perdas por imparidade – clientes (nota 10)	(153.284)	(349.873)
	<u>(153.284)</u>	<u>(349.873)</u>
	<u>1.611.438</u>	<u>767.844</u>

Em 2023, o valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituídas deduzidas de reversões) foi de 1,0 milhões de euros (0,8 milhões de euros em 2022) (ver nota 10).

As perdas por imparidade em inventários ascendem em 2023 a 596.650 euros.

28. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é:

	2023	2022
Componente tarifária acrescida	5.027.797	4.603.320
Impostos e taxas	4.207.343	4.010.782
Encargos com cobranças	820.687	814.968
Donativos	41.200	142.731
Indemnizações por roturas	223.768	82.607
Quotizações	35.098	45.033
Outros	346.028	257.723
	<u>10.701.920</u>	<u>9.957.163</u>

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à Águas do Vale do Tejo. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a Águas do Vale do Tejo fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0811 euros/m³ (0,0790 euros/m³ em 2022), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 5,0 milhões de euros em 2023 (4,6 milhões de euros em 2022).

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2,6 milhões de euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (1,1 milhões de euros).

29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta os seguintes valores:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	5.020.962	4.911.437
Rend. e ganhos em invest.não financeiros	86.686	72.598
Outros	18.731	22.742
	<u>5.126.380</u>	<u>5.006.778</u>

Na rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ascende a 5,0 milhões de euros e 4,9 milhões de euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1,3 milhões de euros em 2023 (1,3 milhões de euros em 2022).

30. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.631.442	950.353
Locações	12.637	9.624
Outros juros	-	24.100
Garantias de financiamento	128.648	149.580
	<u>1.772.727</u>	<u>1.133.657</u>

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,6 milhões de euros em 2023 e 1,0 milhões de euros em 2022. O incremento de 72% nos juros suportados decorre da escalada a que se assistiu nas taxas de juro, as taxas variáveis situaram-se entre 2,17% no início de 2023 e 4,05% no final desse mesmo ano.

O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa dispõe para os financiamentos BEI, correspondendo às comissões de garantias prestadas pelo Estado Português.

Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS16.

31. Rendimentos financeiros

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros obtidos	1.978.785	357.296
Outros rendimentos e ganhos financeiros	639.361	211.137
	<u>2.618.146</u>	<u>568.433</u>

Em 2023 os juros obtidos são essencialmente resultantes de aplicações financeiras junto do IGCP (1,5 milhões de euros) e do apoio de Tesouraria à AdP SGPS (0,4 milhões de euros).

Os outros rendimentos e ganhos financeiros respeitam maioritariamente à atualização financeira da dívida de antiga Águas do Oeste (agora Águas do Vale do Tejo) descrito na nota 11.2..

32. Imposto sobre o rendimento

32.1 Políticas Contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a EPAL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta

nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

32.2 Detalhe e movimento

O gasto com o imposto do exercício de 2023 ascendeu a 20,4 milhões de euros, dos quais 22,7 milhões de euros relativos a imposto corrente deduzidos de 2,3 milhões de euros de imposto diferido.

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento do exercício	23.003.801	25.841.901
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	(303.767)	(29.516)
Imposto corrente	22.700.033	25.812.385
Impostos diferidos	(2.259.541)	(1.375.019)
Imposto diferido	(2.259.541)	(1.375.019)
Total de imposto	20.440.492	24.437.365

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento - ativo	399.194	-
	399.194	-
	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento - passivo	-	6.334.885
	-	6.334.885

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Estimativa de Imposto	23.003.801	25.841.901
Retenções na fonte	(478.620)	(84.739)
Pagamentos adicionais por conta	(5.760.135)	(4.694.848)
Pagamentos por conta	(17.164.239)	(14.727.429)
Imposto a pagar/recuperar	(399.194)	6.334.885

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	77.099.837	82.475.024
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.877	4.877
Multas e juros compensatórios	-	24.100
Outros	(3.825.801)	(70.609)
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2.420.323	2.497.193
Imparidade	1.587.312	995.607
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.227.693	1.249.491
Provisões	-	480.959
Outros	(881.323)	1.115.413
Lucro tributável	77.632.919	88.772.055
Imposto	16.302.913	18.199.279
Derrama	1.164.494	1.299.949
Derrama estadual	5.391.963	6.204.691
Tributações autónomas	144.431	137.982
Ajustamentos a exercícios anteriores	(303.767)	(29.516)
Total de imposto corrente e ajustamentos	22.700.033	25.812.385
Efeito de impostos diferidos no exercício	(2.259.541)	(1.375.019)
Total dos gastos do exercício	20.440.492	24.437.365
Taxa efetiva de imposto do exercício	26,5%	29,6%

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

O detalhe dos impostos diferidos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 era de:

	2023	2022
Imposto diferido ativo	2.966.023	2.761.728
	2.966.023	2.761.728
Imposto diferido passivo	29.695.194	31.537.877
	29.695.194	31.537.877
	(26.729.171)	(28.776.149)

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a movimentação em 2023 é:

	2023			2022		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos						
Provisões e imparidades						
Provisão para Pensões	83.797	29,4%	24.636	90.099	29,4%	26.489
Provisão para Cobranças Duvidosas	7.176.361	29,4%	2.109.850	6.721.348	29,4%	1.976.076
PPI de existências	596.650	29,4%	175.415	-	29,4%	-
Provisão para outros riscos e encargos	560.000	29,4%	164.640	560.000	29,4%	164.640
Outros						
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	1.076.968	29,4%	316.629	1.312.383	29,4%	385.841
Atualização ADO e Sintra - conversão para IFRS	594.737	29,4%	174.853	709.802	29,4%	208.682
Imposto Ativo	10.088.513	29,4%	2.966.023	9.393.633	29,4%	2.761.728
Passivos por Impostos Diferidos						
Reavaliações Legais	11.082.170	29,4%	3.258.158	12.309.863	29,4%	3.619.100
Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis	38.757.348	29,4%	11.394.660	41.168.256	29,4%	12.103.467
Reavaliações Livres - Terrenos	42.948.537	29,4%	12.626.870	46.295.691	29,4%	13.610.933
Mais valias reinvestidas	116.005	29,4%	34.106	120.882	29,4%	35.539
Provisão para Pensões	8.100.000	29,4%	2.381.400	7.377.000	29,4%	2.168.838
Imposto Passivo	101.004.060	29,4%	29.695.194	107.271.692	29,4%	31.537.877
Imposto Líquido	(90.915.547)	29,4%	(26.729.171)	(97.878.059)	29,4%	(28.776.149)

	2022			Reforços/reversões em resultados			Reforços/reversões reservas			2023		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos												
Provisões e imparidades												
Provisão para Pensões	90.099	29,4%	26.489	(6.302)	29,4%	(1.853)	-	-	-	83.797	29,4%	24.636
Provisão para Cobranças Duvidosas	6.721.348	29,4%	1.976.076	455.013	29,4%	133.774	-	-	-	7.176.361	29,4%	2.109.850
PPI de existências	-	29,4%	-	596.650	29,4%	175.415	-	-	-	596.650	29,4%	175.415
Provisão para outros riscos e encargos	560.000	29,4%	164.640	-	29,4%	-	-	-	-	560.000	29,4%	164.640
Outros												
Reposição de proveitos tributados (IRC 97/98/99)	1.312.383	29,4%	385.841	(235.415)	29,4%	(69.212)	-	-	-	1.076.968	29,4%	316.629
Atualização ADO e Sintra - conversão para IFRS	709.802	29,4%	208.682	(115.065)	29,4%	(33.829)	-	-	-	594.737	29,4%	174.853
Imposto Ativo	9.393.633	29,4%	2.761.728	694.880	29,4%	204.295	-	-	-	10.088.513	29,4%	2.966.023
Passivos por Impostos Diferidos												
Reavaliações Legais	12.309.863	29,4%	3.619.100	(1.227.693)	29,4%	(360.942)	-	-	-	11.082.170	29,4%	3.258.158
Reavaliações Livres - Activos Amortizáveis	41.168.256	29,4%	12.103.467	(2.410.908)	29,4%	(708.807)	-	-	-	38.757.348	29,4%	11.394.660
Reavaliações Livres - Terrenos	46.295.691	29,4%	13.610.933	(3.347.154)	29,4%	(984.063)	-	-	-	42.948.537	29,4%	12.626.870
Mais valias reinvestidas	120.882	29,4%	35.539	(4.877)	29,4%	(1.434)	-	-	-	116.005	29,4%	34.106
Provisão para Pensões	7.377.000	29,4%	2.168.838	-	-	-	723.000	29,4%	212.562	8.100.000	29,4%	2.381.400
Imposto Passivo	107.271.692	29,4%	33.265.946	(6.990.632)	-	(2.055.246)	723.000	29,4%	212.562	101.004.060	29,4%	29.695.194
Imposto Líquido	(97.878.059)	29,4%	(30.584.902)	7.685.513	-	2.259.541	(723.000)	29,4%	(212.562)	(90.915.547)	29,4%	(26.729.171)

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

33. Saldo e transações com partes relacionadas

33.1 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

33.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023:

2023	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simarut, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.	AdP Energias, S.A.
Activo																
Acionistas - Emprestimos	106.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	6.142	39.770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acrescimos Rendimentos	84.346	-	-	2.796.680	10.306	15.500	34.474	44.650	9.719	-	-	16.000	20.540	12.545	-	-
Outras contas a receber	544	-	-	6.537.282	1.218	19.045	-	-	-	-	-	297	40.353	149	297	-
Total	106.084.891	6.142	39.770	9.333.963	11.525	34.545	34.474	44.650	9.719	-	-	16.297	60.893	12.694	297	-
Passivo																
Fornecedores	(1.934)	297	-	-	-	-	297	446	-	-	-	-	-	297	-	297
Acrescimos Gastos	331.643	42.135	-	1.382.098	-	-	-	-	-	-	-	-	1.188	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	3.922.067	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	329.708	42.432	0	5.304.165	-	-	297	446	-	-	-	-	1.188	297	-	297
Rendimentos																
Vendas e prestações serviços	-	2.691	88.773	18.115.312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	218	8.338	25.450	4.124	109.465	184.758	49.646	69.890	21.330	7.200	-	16.000	265.516	14.132	-	-
Juros	378.355	-	-	524.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	378.573	11.029	114.223	18.643.751	109.465	184.758	49.646	69.890	21.330	7.200	-	16.000	265.516	14.132	-	-
Gastos																
Fornecimento e serv. Externo	3.758.900	17.184	-	2.115.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	(149)	(149)	1.147	(1.782)	(149)	(5.764)	(149)	(149)	(149)	(297)	(297)	(297)	(297)	(12.694)	(74)	-
Gastos com pessoal afeto concessão	-	-	-	(12.036.826)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos	149	594	1.782	(7.371)	297	446	594	593	297	593	297	1.188	297	743	446	
Total	3.758.900	17.630	2.929	(9.928.866)	(1.485)	(149)	(5.319)	446	-	444	-	(297)	891	(12.397)	668	446
Dividendos	46.430.127	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022:

2022	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Algarve, S.A.	AdP Internacional S.A.	Simarut, S.A.	Simdouro, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Águas do Alto Minho, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	Águas do Douro e Paiva, S.A.
Activo															
Acionistas - Emprestimos	32.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	4.299	32.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acrescimos Rendimentos	25.200	-	-	3.040.742	9.832	15.815	12.340	25.937	1.460	5.500	800	11.200	10.246	-	1.400
Outras contas a receber	544	-	-	6.652.773	18.836	-	21.993	5.289	1.877	7.380	-	13.776	135.864	346	-
Total	32.025.744	4.299	32.555	9.713.515	28.668	15.815	34.333	31.226	3.337	12.880	800	24.976	146.109	246	1.400
Passivo															
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	923	-	-	-	-	-	-	959
Acrescimos Gastos	300.934	-	-	1.221.958	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	3.968.804	-	-	-	-	-	-	453	-	-	-	-
Total	300.934	-	-	5.190.762	-	-	-	923	-	453	-	-	-	-	959
Rendimentos															
Vendas e prestações serviços	-	2.674	114.408	15.497.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	6.780	6.428	7.782	127.931	130.552	189.269	40.536	72.493	51.762	11.500	5.049	48.820	319.481	6.649	9.049
Juros	232.721	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	239.501	9.302	122.190	15.625.072	130.552	189.269	40.536	72.493	51.762	11.500	5.049	48.820	319.481	6.649	9.049
Gastos															
Fornecimento e serv. Externo	3.649.007	-	-	19.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com pessoal	1.980	480	-	180	-	(15.863)	2.130	-	-	-	-	-	-	-	780
Gastos com pessoal afeto con	-	-	-	(11.136.956)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Gastos	149	149	297	(22.149)	-	-	-	-	-	-	594	-	-	149	-
Total	3.651.136	629	297	(11.139.489)	180	-	(15.863)	2.130	-	-	594	-	-	149	780
Dividendos	39.727.395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação.

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário e no capítulo do Cumprimento das orientações legais do relatório de gestão.

34. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2023 foram os seguintes:

	Revisão Legal de Contas	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC	13.182	-	13.182
PricewaterhouseCoopers Tax Services		5.000	5.000
	13.182	5.000	18.182

35. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Outros assuntos

Nada a referir.

37. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL não tem conhecimento, em 13 de março de 2024, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal do Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal do Conselho de Administração

Pedro Pinto de Jesus
Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Marcos Faria Miguel

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2023.
2. O Conselho Fiscal, nomeado por Decisão Social Unânime por escrito de 2 de novembro de 2023, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu, em 23 de março de 2023, o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2023, tendo o mesmo sido aprovado por Despacho conjunto da Tutela Financeira e da Tutela Setorial, em 29 e 30 de dezembro de 2023, respetivamente.
5. No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento.

6. Durante 2023, não foram apresentados ao Conselho Fiscal os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, pelo que não foram emitidos os respetivos pareceres.
7. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2023, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
8. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
9. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2023.
10. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal, emitido Parecer favorável ao mesmo.
11. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, datada de 14 de março de 2024, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dá como reproduzida, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.
12. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade.

13. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2023; e
- b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 14 de março de 2024

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

(Presidente)

Isabel Maria Paz Mendes

(Vogal)

Eduardo José Santos Clemente

(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 851.164.252 euros e um total de capital próprio de 682.405.994 euros, incluindo um resultado líquido de 56.659.345 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003